

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Práticas administrativas em Uruk entre 3500 e 2900 a.C.

(versão corrigida)

Gabriel Lohner Gróf

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre em História.

Programa de Pós Graduação em História Social.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Rede

São Paulo

2013

Nome: GRÓF, Gabriel Lohner.

Título: Práticas Administrativas em Uruk entre 3500 e 2900 a.C.

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre em História.

Programa de Pós Graduação em História Social.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Rede

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Resumo: Entre 3500 e 2900 a.C. as sociedades do Oriente Próximo passam por grandes transformações socioculturais. O mundo proto-urbano, que abarcava um amplo horizonte geográfico, começa dar sinais de declínio e esta crise é sentida de formas diferentes nos mais diversos locais, que desaparecem ou se retraem. Em Uruk, já em um avançado momento de urbanização, esta retração cultural promoveu efeitos diversos dentre os quais surgem novos mecanismos de administração baseados no arquivamento de tabletes protocuneiformes. Estes novos mecanismos acabaram gerando uma hipertrofia documental que coloca problemas para a instituição geradora da informação, que passa a se tornar cada vez mais autocentrada.

Palavras-Chave: prática, administração, arquivo, materialidade

Abstract: Between 3500/2900 BC Near Eastern societies are undergoing major transformations. The proto-urban world, which covered a broad geographic horizon, begins to show signs of decline and this crisis is felt in different ways in different places, which disappear or retract. In Uruk, already in an advanced moment of urbanization, this retraction promoted cultural effects many of which are new administrative mechanisms based on archiving proto-cuneiforms tablets. These new mechanisms have been generating a large volume of documents that posed problems for the information institution, which goes on to become increasingly self-centered.

Key-words: practice, administration, archive, materiality

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente ao Prof. Dr. Marcelo Rede pela dedicação e profissionalismo com que conduziu este processo de orientação, sempre se prontificando a marcar reuniões quando necessário, disponibilizando os livros de sua biblioteca pessoal quando preciso e lendo meus textos nem sempre (arrisco a dizer quase nunca) agradáveis quando possível.

À CAPES pelo auxílio financeiro.

À minha família: meus pais João e Cecília; meus irmãos André, Paula e Rodrigo; avós Elza e Miguel (*in memoriam*), Dulce e João (*in memoriam*). Aos meus tios Zé Eduardo, Luiz e Francisca e primas Filó e Sofia. Agradeço também à Tarsila pelo companheirismo e pela sua inteligência inspiradora.

Um agradecimento especial a todos os meus amigos sem exceção, sobretudo àqueles que participaram diretamente do processo de redação deste texto (em ordem alfabética): Ana Paula, pelas suas ótimas sugestões ao trabalho e pelo seu otimismo inato que me ajudou de forma decisiva nos momentos críticos; Janaína, pelo seu entusiasmo e sagacidade que tanto contribuíram para várias ideias aqui expostas; Nicoli, por disponibilizar seu computador quando preciso e pelos momentos de amizade; Pietro pela revisão textual e pelas sugestões de redação.

Índice

Introdução.....	6
A origem do protocuneiforme: contexto, cronologia e interpretações.....	16
Práticas administrativas mesopotâmicas.....	43
Problemáticas urukianas e invenção do protocuneiforme.....	81
Conclusão.....	114
Bibliografia.....	121
Anexo.....	131

1. Introdução

As profundas transformações ocorridas no sul mesopotâmico em meados do V para o IV milênio a.C. resultaram em uma decisiva alteração das relações comunitárias com a esfera produtiva e ideológica. Em um processo cujas origens encontramos no alvorecer do Neolítico, a sociedade proto-urbana mesopotâmica emergia como uma organização política complexa, hierárquica, onde a noção de *controle* era o paradigma da coesão social. Neste momento, há o desenvolvimento da divisão do trabalho reforçada por uma economia de caráter redistributivo capitaneada por instituições que se confundem com o aparelho estatal emergente. A institucionalização do poder e das relações do homem mesopotâmico com a sua realidade material e mítica é um aspecto crucial na configuração do Estado formado em Uruk. A cidade, que surge intrinsecamente ligada ao advento do Estado, consagra materialmente a diferenciação social através de seu papel como instância decisória supradoméstica e como o local por excelência da divisão social do trabalho.

Esse quadro geral de mudanças foi interpretado de formas diversas ao longo do século XX. Entre as décadas de 20 e 40, a teoria da difusão cultural forneceu as bases interpretativas para a abordagem dos fenômenos ocorridos no quarto milênio, com destaque para o modelo de Estado – cujo paradigma seria Uruk - idealizado por Gordon Childe (CHILDE, 1958, 1961). Novas problemáticas surgidas na década de 40 e 50, influenciadas pelo neoevolucionismo e pela ecologia cultural levaram à busca de padrões regionais que coincidissem com as mudanças no sítio de Uruk: neste sentido, a potencial variabilidade ecológica do sul mesopotâmico e a necessidade da superação de condições adversas teriam estimulado uma organização social hierárquica e centralizada (ADAMS, NISSEN, 1972; WRIGHT, 1972; JOHNSON, 1987). Na década de 70, há a utilização do modelo de Sistema-Mundo, formulado por Immanuel Wallerstein, para interpretar a relação entre Uruk e os então recém-descobertos sítios extra-iraquianos, havendo uma profunda reformulação no debate, orientado a partir da expansão do fenômeno de Uruk e da natureza das relações que este sítio manteria com seu entorno (ALGAZE, 1986, 1993, 2001). Atualmente, as críticas ao modelo de Sistema-Mundo põem em dúvida o papel dinâmico de Uruk no processo, bem como a natureza hierárquica das relações entre os assentamentos (FRANGIPANE, 1996; STEIN, 1999, 2005).

O aumento da complexidade social estimulou diversos processos que

convergir na consagração de um modelo que institucionalizou a diferenciação de acesso aos bens produzidos socialmente. Neste contexto de especialização do trabalho e hierarquização da sociedade, a atividade de *administração* ganhou enorme importância, executada por setores hierarquicamente superiores da sociedade, responsáveis pela manipulação de técnicas de registro aplicadas à movimentação de bens e de pessoas envolvidas em transações econômicas. Assim, este é considerado tradicionalmente como um momento privilegiado para se procurar a origem da escrita, seus desdobramentos e funções iniciais.

A problemática da origem da escrita é longa, mas ganha ímpeto renovado com a descoberta dos tabletas protocuneiformes no sítio de Uruk, a evidência empírica dos primeiros exemplares do grafismo. Na esteira de uma tradição iniciada por Adam Falkenstein (FALKENSTEIN, 1936), há o desenvolvimento de uma abordagem evolutiva que encontra seu ápice no trabalho de Denise Schmandt-Besserat (SCHMANDT-BESSERAT, 1992): a autora procura demonstrar uma evolução cognitiva de um raciocínio concreto para outro cada vez mais abstrato através de um longo desenvolvimento que se inicia com o uso dos primeiros *tokens*. Esta perspectiva relaciona o aumento da complexidade social e das trocas econômicas com o grau de abstração contido nos símbolos utilizados até que o sinal passe a ser "o vetor absoluto dos significados" no momento da impressão de selos nos envelopes – *bullae* - nos quais eram armazenados os *tokens* (REDE, 1999: 40). Disto resultariam os tabletas numéricos que, após um curto período de existência, teriam evoluído para os primeiros tabletas protocuneiformes.

As maiores críticas a esse posicionamento são aquelas que apontam a deficiência em explicar como poderia haver a transposição de um recurso mnemônico baseado na relação concreta entre referente e objeto referenciado (*token* e produto representado) para uma lógica fonética. Ademais, as evidências arqueológicas revelam a sincronia dos tabletas numéricos e escritos, o que poria em dúvida a credibilidade da tese evolutiva e a possibilidade da existência de sistemas paralelos utilizados em contextos distintos (GLASSNER, 2000: 50 ; BUTTERLIN, 2003: 80-85).

Para Jean-Jacques Glassner, a essência da primeira escrita não pode ser restrita ao campo de sua aplicação inicial, ou seja, econômico. Ela resultaria de processos criativos que teriam conduzido o homem a se comunicar de uma maneira totalmente inovadora: a utilização primária na economia é apenas acidental (GLASSNER, 2000: 82). Com esta visão, Glassner recusa o evolucionismo ao sugerir que a ancestralidade

das formas dos *tokens* com relação aos sinais protocuneiformes não corresponde a uma reutilização de seu significado e que a escrita, por mais que tenha se apoiado em notações previamente existentes, é uma forma de comunicação totalmente original resultante da infinita capacidade inventiva do homem (GLASSNER, 2000: 48-53).

Mais recentemente, Peter Damerow reivindicou uma abordagem propriamente histórica da questão, recusando o tradicional debate que, segundo o autor, teria se centrado em demasia nos aspectos filológicos. Para Damerow, uma vez atestada uma fraca relação entre o protocuneiforme e a fala, abordá-lo como um objeto da filologia seria falacioso. Para tanto, procura compreender *quando, onde, como e por que* o protocuneiforme havia sido inventado. Ao interpretar o fenômeno do protocuneiforme a partir de tais questões, concorda com Powell quando este afirma que a escrita é um produto tipicamente urukiano, ou seja, responde a necessidades locais e que por motivos diversos acabou se expandindo por regiões vizinhas (POWELL, 1981: 409; DAMEROW, 2006: 3)

As relações entre escrita e complexidade social dividem estudiosos no que tange ao relacionamento entre os primeiros sinais gráficos e sua manifestação inicial: enquanto uma série de estudos vincula diretamente o seu surgimento à sua aplicação no campo da gestão dos bens, sustentada por uma visão evolutiva do fenômeno, visões contrárias sugerem que a escrita possuiria uma natureza mais ampla e denunciam a confusão entre os fundamentos da escrita e sua expressão mais comum - a contábil. No entanto, como afirma Rede, a oposição utilitário/não-utilitário desfavorece interpretações que relacionam a escrita com os demais fenômenos sociais e desloca, portanto, a discussão para a questão do exercício do controle social através do uso de sistemas de notação, interpretados como dispositivos deste controle.

Em um universo de incremento da complexidade social, são formulados diversos mecanismos de controle decorrentes dos fatores que consolidaram o processo de centralização econômica e política. Por isso, devemos ter em mente que os tabletas são dispositivos que circulam em um meio específico de controle: o administrativo. Para Rede

[...] o setor prioritário da aplicação inicial do grafismo [...] e o conjunto mais amplo de impulsos que levaram ao acirramento das transformações no decorrer do quarto milênio e que estiveram na origem da escrita. Essas [...] realidades manifestam-se de forma desigual na documentação, o que obriga a reconhecer

que os primeiros exemplares da escrita cobrem apenas um setor limitado dos múltiplos dispositivos de controle postos em marcha no final do neolítico. (REDE, 1999: 44).

Por sua vez, as técnicas de registro *per se* não se possuem a capacidade de realizar o controle administrativo a não ser que se vinculem a determinados procedimentos. Neste sentido, a manipulação dos tablets obedecem a uma lógica operacional arquivística, que realiza a ponte entre um sistema de notações gráficas e sua efetivação como dispositivo de controle.

Assim, uma abordagem arquivística conduz a alguns efeitos interpretativos: ela retira o papel de primazia da escrita – ou do protocuneiforme - ao vinculá-la a um *modus operandi* preexistente, ou seja, práticas administrativas orientadas pelo princípio do arquivamento. Ademais, esta abordagem exige uma reflexão teórica que possa orientar a análise do fenômeno documental nos últimos momentos da pré-história, vinculando-o a procedimentos jurídico-administrativos característicos do incremento da complexidade social. Por fim, o ato da documentação e da preservação das informações – viabilizada graças a uma experiência histórica do uso instrumental dos estados físicos da argila – pode ser compreendido como uma estratégia de exercício do controle social no momento decisivo de incremento da complexidade social.

O recorte temporal aqui proposto localiza-se entre 3500 a.C. a 2900 a.C., dividido em duas fases. A primeira – entre 3500 e 3200 a.C. - corresponde ao auge do mundo proto-urbano e caracteriza-se pela predominância da selagem como procedimento administrativo, vinculada a sistemas de contagem relacionados diretamente a determinados produtos. É possível verificar uma grande variedade de objetos selados – tablets, lacres de porta e de produtos, etc. – bem como motivos iconográficos de naturezas diversas. Em nosso estudo, atentamos para duas grandes categorias: presença ou ausência de demonstração explícita de poder, seja entre humanos, entre animais, humanos e animais. Enquanto vestígios de selagens de portas e lacres apresentam mais comumente cenas relativas ao exercício de poder entre humanos, os tablets apresentam em sua maior parte motivos “pacíficos” como grupos de animais. Neste momento, os sinais protocuneiformes são bem reduzidos, sugerindo um repertório pequeno e fácil de ser dominado em uma larga área de circulação. Os motivos abstratos, bastante comuns em Uruk, formam uma categoria à parte.

O segundo momento, entre 3200 e 2900 a.C. corresponde ao declínio daquela

expansão e é justamente neste momento que se consolida o protocuneiforme, até então usado esporadicamente, como uma possível consequência da retração expansionista. Ele revela uma tendência da instituição hegemônica em Uruk em autocentrar-se na medida em que o crescimento de sinais, conceitos e do número de tabletas colocava problemas intrínsecos ao próprio funcionamento da máquina administrativa. Esta tendência se verifica com a proliferação de conceitos administrativos – expressos em listas lexicais – e com a consequente hipertrofia documental. Este momento, portanto, foi marcado pela autorreferencialidade institucional, que passa a produzir documentos segundo demandas tipicamente administrativas.

Propomos realizar uma análise de tabletas numéricas e número ideográficas (potencialmente seladas) e tabletas não-seladas - ou seja, contendo o protocuneiforme - oriundas do recinto de Eanna, em Uruk, sob a perspectiva das práticas administrativas. Estas práticas eram orientadas pela lógica do arquivamento, a qual envolvia a participação de um grande número de oficiais diretamente envolvidos na produção e circulação documental, bem como na constituição de mecanismos de guarda e recuperação. Procuraremos relacionar as estratégias de produção documental frente às tendências históricas que se delineavam na Mesopotâmia do quarto milênio a.C., o que justifica nossa tipologia na medida em que demonstraremos como selagem e a notação protocuneiforme estão associadas a momentos históricos distintos e, portanto, constituem-se em diferentes estratégias administrativas, não necessariamente excludentes.

Partiremos de dois encaminhamentos teóricos principais: primeiramente, um estudo das práticas administrativas deve ser amparado metodologicamente pelos recentes debates no campo da cultura material. As propostas voltadas para a fisicidade dos objetos como variáveis explicativas são interessantes para o nosso estudo de caso, que contempla de uma só vez atributos físicos e simbólicos. Veremos como a experiência de manipulação de determinados objetos é um condicionante importante para a geração de problemas e também soluções encontradas pela máquina administrativa, resultado de um crescente emaranhamento entre homem e matéria (HODDER, 2012: 15). Outro encaminhamento teórico é o da Diplomática, que compõe o corpo teórico responsável diretamente pela interpretação do fenômeno documental e que, deste modo, está intrinsecamente vinculada à Arquivística, nosso cabedal no que se refere à natureza das guardas documentais e seus efeitos sociais relacionados ao exercício do poder. Esta proposta se justifica como uma alternativa aos tradicionais

debates acerca da origem da escrita, conduzidos através de argumentos de natureza puramente filológica.

1.2 Conceitos trabalhados

1.2.1 Arquivos antigos: definição e problemáticas.

Arquivo pode ser definido de duas maneiras: primeiramente, refere-se à acumulação do conjunto documental ao longo das atividades de uma determinada instituição, ou seja, um conjunto de dados tratados como uma totalidade; em segundo lugar, o Arquivo pode ser a instituição de custódia dos documentos, sem que tenha sido necessariamente a instituição produtora (BELLOTO, CAMARGO, 1996). Estas definições pressupõem a naturalidade e a organicidade do acúmulo documental: naturalidade, pois o acúmulo documental é, em princípio, decorrente da própria atividade administrativa e não pode ser arbitrariamente construído em prejuízo da transferência da informação; a organicidade, princípio pelo qual o documento necessariamente se relaciona com as funções e atividades da instituição geradora e com outros documentos. Resumidamente, a composição geral de um arquivo é informação gerada e estruturada por processos de trabalho (THOMASSEN, 2006).

Devido à característica essencialmente contemporânea das definições disponíveis de arquivo, pautadas pela necessidade de especificar sua particularidade frente a outros tipos de instituições como o museu e a biblioteca (ou acumulações “artificiais”), sua aplicação integral a contextos antigos é problemática. De fato, há pelo menos desde a década de 70 um debate em torno da natureza da acumulação documental em contextos mesopotâmicos e greco-romanos uma vez que critérios atuais têm pouca validade para caracterizar este fenômeno na Antiguidade. Ernst Posner elaborou uma definição genérica para arquivos antigos, afirmando que são complexos nos quais são incluídos todos os tipos de registro desde que seja observada a indistinção entre arquivos em funcionamento ou arquivos permanentes, preservados segundo critérios paralelos à administração. (POSNER, 1972: 4).

Para Klaas Veenhof um aspecto a ser considerado com relação aos arquivos antigos, sobretudo mesopotâmicos, é de que formavam repositórios de documentos preservados pelo seu valor histórico (VEENHOF, 1986a: 6). O autor procura neste caso reportar-se a um conceito contemporâneo dos documentos de arquivo: seu valor

secundário, ou ainda, uma utilização que não corresponde diretamente às intenções criadoras do registro. A definição de “valor histórico” parece problemática a nosso ver, embora seja inegável o papel do tablete de argila na transmissão cultural mesopotâmica. Black e Tait não aceitam esta definição e consideram que o arquivo mesopotâmico não é permanente, mas intermediário, ou seja, mesmo guardados sua utilização posterior reporta-se às intenções criadoras do documento, sendo usado ativamente na administração (BLACK, TAIT, 1995: 2198). Compartilhamos desta visão ao menos no que se refere aos arquivos protocuneiformes.

Recentemente, Maria Brosius revitalizou tais discussões por ocasião de um congresso ocorrido em 1998 e editado recentemente sob o nome *Ancient Archives and Archival Traditions*, com o subtítulo sugestivo, *Concepts of Record-keeping in the Ancient World* (BROSIUS, 2010). Nesta publicação, a autora reúne assiriólogos, egiptólogos e historiadores do mundo micênico e clássico com o objetivo de integrar as várias disciplinas sob um aporte teórico que possa dar conta das diversas práticas documentais da Antiguidade. Inicialmente é necessário distinguir *record-keeping* de Arquivo, sendo esta última uma modalidade específica da primeira. A autora parte de questões fundamentais, a saber

O que constitui um arquivo antigo? Qual a diferença entre um arquivo e um depósito para documentos? Era um fundo de arquivo e era diferente de uma reunião aleatória de documentos? Eles eram organizados de formas distintas? Os documentos armazenados em um arquivo eram organizados mais coerentemente do que aqueles mantidos em depósitos, ou aqueles mantidos como coleções? Os documentos eram recuperados de arquivos e não de outros espaços de armazenamento? [...] (BROSIUS, 2010: 2)

Estas questões deixam entrever a dupla natureza do conceito de arquivo: uma modalidade distinta de guarda documental e um espaço específico de guarda destes documentos. Neste sentido, o arquivo pode ser definido pelo caráter estrutural da guarda de documentos, que obedece a uma determinada organização em oposição a uma reunião aleatória de documentos desvinculada de processos administrativos. Na

tentativa de compreender o fenômeno do arquivo antigo em seu próprio contexto histórico, Brosius procura defini-lo de maneira ampla como um espaço físico situado em um edifício – ou complexo de edifícios - público ou privado e, em segundo lugar, como uma coleção de documentos guardados (BROSIUS, 2010: 10).

Esta definição, intencionalmente generalista, sugere uma flexibilidade conceitual que pode estar associada justamente a uma falta de percepção do arquivo como um fenômeno *per se* pelos antigos: dois termos em acadiano – *massartum* e *huršum* – assim como o termo grego *archaeion* referem-se, sobretudo aos espaços de guarda, e não ao fenômeno documental. Devemos recordar que, sendo um sistema de objetos, seus elementos “agem” de forma integrada: espaço para guarda, instrumentos de inscrição, matéria-prima dos tabletes, selos e outros instrumentos. Um ponto deve ser ressaltado: o arquivo como um sistema de objetos é anterior ao protocuneiforme.

Neste sentido, o protocuneiforme surge como uma manifestação técnica particular deste horizonte conceitual maior. Em nosso presente caso, a técnica de registro em questão acompanha o surgimento do Estado em Uruk, uma relação que procuraremos problematizar a fim de compreender o alcance das transformações representadas direta e indiretamente nos documentos de arquivo, vinculados com a administração pensada sob os moldes da intermediação social através das instituições nascentes.

1.2.3 – Administração e controle social

Administração é um conceito bastante amplo. Uma das suas características cruciais é a existência de uma sociedade estratificada ou segmentada e a consequente formação de um grupo de administradores e outra de administrados (ROTHMAN, 1994: 98). Podemos definir administração como um conjunto de práticas de natureza hierárquica cujo objetivo principal é viabilizar medidas de um grupo específico da sociedade racionalizando a transferência da informação administrativa sob um sistema mais ou menos estável e em torno de sujeitos capazes de transformar a mera informação em ato concreto. No caso da administração pública, este conceito amplia-se para a toda a sociedade e “designa o conjunto de atividades diretamente destinadas à execução concreta de tarefas ou incumbências consideradas de interesse público ou comum, numa coletividade ou organização estatal” (PASTORI, 2007: 10).

Em nosso recorte temporal, a administração surge como uma tarefa

especializada, à parte da esfera produtiva, no entanto, controlando-a. A mobilização do trabalho em larga escala, seja na realização de obras públicas, seja na apropriação e redistribuição do excedente produtivo caracteriza um tipo de organização social que ultrapassa as fronteiras mais imediatas das chefias clânicas ao passo em que mantém certas características das famílias extensas – o Estado Arcaico, estruturado sobre a redistribuição do excedente e não na tributação. A relativamente brusca alteração na natureza do poder teria estimulado mecanismos de controle social que teriam esvaziado o poder clânico pautado na ancestralidade substituindo-o pela figura de uma instituição mediadora da vida econômica e, provavelmente, religiosa.

O controle social pode ser definido como

meios de intervenção [...] acionados por cada sociedade ou grupo social a fim de induzir os próprios membros a se conformarem às normas, de restabelecer condições de conformação, também em relação a uma mudança no sistema normativo. (GARELLI, 2007)

Assim, o controle social pressupõe possíveis setores recalcitrantes, os quais deveriam ser cooptados através de medidas externas – punições – ou internalizantes – o aprendizado de valores considerados corretos pela sociedade e as recompensas obtidas de seguir e propagar tais valores – que agiam em conjunto para conformar as práticas e a ideologia necessárias para o discurso de coesão social.

Em nosso estudo, os dados disponíveis se referem a dispositivos de controle – tabletes e selagens – que circulavam em um ambiente restrito, ou seja, no espaço equivalente ao da instituição hegemônica em Uruk no quarto milênio a.C. Os tabletes e selagens demonstram, por sua vez, uma intensa atividade de entradas e saídas cuja documentação ficaria a cargo de determinados oficiais. Uma vez que escavações em setores domésticos de Uruk são muito limitadas, o que temos disponível são vestígios de mecanismos de controle operantes entre a casta de administradores, embora registros iconográficos sugiram ostensivas demonstrações de coerção entre a elite dominante e a população em geral. Assim, as mensagens veiculadas, escritas ou iconográficas, alcançam um setor limitado da sociedade: o dos administradores.

Estes mecanismos de controle interno possuíam dinâmicas próprias. A administração enquanto prática deve ser pensada em profunda relação com um contexto material e intelectual precedente, pautados na prática do arquivamento. Este princípio

foi um importante desenvolvimento cognitivo que, *grosso modo*, levou à organização informacional a partir do estabelecimento de relações entre informações cruas e díspares, reunindo sob uma unidade de arquivamento pequenas parcelas diversas cujo sentido é dado pelas relações intrínsecas entre os documentos e seu contexto de produção. Dito de outra forma, as principais vantagens desta atividade de arquivar eram a de *reunir e concentrar* informação comprobatória, superando não apenas barreiras físicas ou geográficas, mas também temporais, construindo elos entre administradores.

1.3 Estrutura da dissertação

No capítulo 1 procuraremos realizar um quadro geral contextual, demonstrando os debates em torno das datações dos edifícios em Uruk, sua relação com outros sítios proto-urbanos e os significados sociais e históricos do constante remodelamento do recinto de Eanna. Notaremos que, uma vez que o padrão deposicional do sítio impede relações mais precisas entre edifícios e artefatos resgatados – sobretudo os tabletas – a escrita acabou por ganhar uma “autonomia” cronológica baseada em critérios evolutivos no que diz respeito ao nível de contínua abstração dos sinais e da organização da informação em tabletas. Introduziremos também o debate sobre a origem da escrita e como ele acabou por enveredar em um caminho extremamente “grafocêntrico”, ou seja, ao privilegiar aspectos gráficos, o papel do tablete protocuneiforme como dispositivo histórico de controle acabou relegado ao segundo plano. Daí nossa crítica à cronologia por fases da escrita e nossa proposta em dividir os tabletas em potencialmente selados e não selados.

O capítulo 2 contém nossa análise documental, cujo objetivo é demonstrar as dinâmicas de processamento arquivístico que efetivam tais objetos como dispositivos de controle. O arquivo, sendo um sistema de objetos conformado por práticas materiais e administrativas, traz uma possibilidade de interpretar o fenômeno documental associado a desenvolvimentos de atos administrativos. A partir de razões acima explicitadas, dividimos nosso *corpus* documental em duas categorias: tabletas potencialmente selados e não selados. Esta divisão está na base dos mecanismos de poder perpetrados em distintos momentos históricos na Mesopotâmia proto-urbana.

No capítulo 3 procuraremos construir um diálogo com as teorias que versam sobre o surgimento do Estado e da expansão de Uruk, demonstrando por um lado como

os autores que lidam diretamente com o fenômeno próximo-oriental receberam e mobilizaram estas teorias e, por outro, como estas abstrações teóricas podem ser criticadas a partir do estudo das práticas administrativas em Uruk no quarto milênio. Não se trata de uma reavaliação das causas do incremento da complexidade ou da expansão do modelo urukiano, mas pensar a partir da análise da produção documental em Uruk como medidas administrativas foram concretamente implementadas e quais as dificuldades encontradas e estratégias adotadas pelos administradores. Problematizaremos também noções amplamente difundidas sobre as motivações da origem do protocuneiforme a partir de uma abordagem que envolva elementos de cultura material.

2. A origem do protocuneiforme: contexto, cronologia e interpretações.

O termo “cultura de Uruk” refere-se a um conjunto de realizações culturais materiais características de uma extensa área do Oriente Próximo - incluindo os territórios atuais do Iraque, Síria, Turquia e Irã - ao longo do quarto milênio a.C. De maneira geral, poderíamos citar como traços principais desta cultura um tipo de cerâmica monocromática fabricada em torno a nível “industrial”, novas configurações de organização espacial expressas pela urbanização e marcada por construções monumentais; tabletes de argila contendo sinais gráficos e selos cilíndricos guarnecidos por inovadoras técnicas iconográficas. Aquela denominação deixa entrever uma tendência tradicional – hoje largamente debatida - que define a cidade de Uruk como o epicentro das transformações características do período (ALGAZE, 1993)

Apesar das recorrentes críticas aos resultados obtidos pelas expedições alemãs na década de 20 e 30 (STROMMINGER, 1980), a cronologia do sítio estabelecida na década de 30 pela *Deutsche Orient Gesellschaft* ainda baliza fortemente o conhecimento das fases de desenvolvimento dos níveis arcaicos de Uruk. De maneira geral, estes níveis foram estabelecidos através de estudos de arquitetura referentes ao constante remodelamento do recinto de Eanna¹, sobretudo no denominado período Uruk Tardio (cerca de 3600 a 3100 a.C.), níveis Uruk VI a IV ‘a’, ‘b’ e período Uruk III/Jemdet Nasr (cerca de 3100 a 2900 a.C.). No entanto, como adverte Stromminger, é arriscado no caso de Uruk-Eanna falar de níveis arqueológicos, sendo mais prudente discorrer sobre fases distintas de construção (STROMMINGER, 1980: 481). De fato, as maiores críticas se referem à insuficiência dos parâmetros arquitetônicos em atestar processos históricos mais amplos, sobretudo com relação à natureza dos contatos que Uruk teria mantido com seu entorno.

Com relação aos tabletes protocuneiformes, procurou-se em um primeiro momento relacioná-los com níveis arquitetônicos, mas em pouco tempo esta associação mostrou-se falaciosa. Hans Nissen demonstrou o problema em relacionar fases de construção e distintas fases do protocuneiforme afirmando, a título de exemplo, que a fase da escrita IIIb não é necessariamente contemporânea à fase arquitetônica IIIb, observando que os tabletes teriam sido produzidos em um momento anterior, cumprido sua função social e então descartados e usados como material para aplainar o solo para a

¹ Local dedicado a Deusa Inanna, deusa protetora da cidade de Uruk responsável pela fertilidade da terra.

construção de edifícios. Propõe como regra geral uma datação imediatamente anterior ao do edifício com o qual se relacionam os tabletes levando em conta o citado padrão de descarte. No entanto, mesmo esta regra pareceu insuficiente e isso levou a uma crescente “autonomia” cronológica do protocuneiforme (NISSSEN, 1986: 319; ENGLUND, 1998: 71).

Esta “autonomia” cronológica, surgida em parte pelas dificuldades inerentes ao contexto arqueológico, relaciona-se também com a maneira como a problemática da invenção da escrita está estruturada: centrada, sobretudo, em aspectos evolucionistas e filológicos, com atenção quase exclusiva ao desenvolvimento das notações gráficas. Mas como afirma Peter Damerow, a origem da escrita deve ser encarada como um problema histórico ao invés de filológico. Como tal, devemos considerar os tabletes protocuneiformes como dispositivos plenamente operacionais na sociedade em que circularam, e não como portadores de um tipo de registro pouco sofisticado em comparação com a escrita plenamente desenvolvida (DAMEROW, 2006: 2). Não devemos esquecer ainda que o protocuneiforme se constituiu em um importante dispositivo de controle e sua efetivação como tal só foi possível graças a um conjunto de práticas administrativas baseadas em procedimentos de guarda documental (*record-keeping*), já existentes (FERIOLI et. al., 1994).

Neste capítulo, procuraremos situar condições históricas de surgimento e desenvolvimento do protocuneiforme e discorrer sobre as interpretações tradicionais deste fenômeno com a finalidade de embasar considerações posteriores acerca da importância das práticas administrativas na consolidação daqueles tabletes como ferramenta de controle social.

2.1 As escavações em Uruk e em seu entorno.

As ruínas da antiga cidade de Uruk, localizadas na região iraquiana de Warka, medem aproximadamente 3 km de comprimento por 2,1 km de largura. Os 550 hectares do sítio representam quatro milênios de ocupação contínua e constituem-se em vestígios do maior centro urbano existente na época de sua fundação, bem como de uma metrópole de grande importância no decorrer da história mesopotâmica (HUOT, THALMANN, VALBELLE, 1990: 31-37). Descoberto em 1849 por William K. Loftus, que produziu rascunhos topográficos e alguns escritos contendo impressões pessoais, o sítio permaneceu praticamente intocado até 1928, quando começaram escavações mais

sistemáticas realizadas pela *Deutsche Orient Gesellschaft*. A reorientação da arqueologia em direção à história arquitetural, com atuação decisiva do arquiteto-arqueólogo Julius Jordan, levou ao aprimoramento de métodos de escavação de modo preservar o contexto. Ao invés das tradicionais escavações com tunelagem, extremamente danosas ao sítio, foram criados métodos de escavação horizontal respeitando ao máximo os níveis arqueológicos e as estruturas arquitetônicas (POLLOCK, 1999: 17).

A sondagem profunda realizada entre 1931 e 1932 assim como as discussões posteriores que culminaram no resumo realizado por Lenzen dos trabalhos realizados até então estabeleceram uma sequência de dezoito níveis arcaicos para Uruk baseados no recinto de Eanna, dos quais o período VIII ao IV correspondem ao período Uruk Tardio - momento dos primórdios da urbanização e que termina com o declínio da expansão urukiana - e o período Uruk III/Jemdet Nasr, de aparente ruptura com a cultura do Uruk Tardio (FALKENSTEIN, 1936; LENZEN, 1950). A partir deste recorte cronológico, são encontrados dois momentos decisivos: um primeiro, que vai do nível VI ao IV, marcado por uma intensa atividade arquitetônica que denota uma continuidade com uma tradição ubaidiana² (MARGUERON, 1984) e um período "ruptural" - Uruk III/Jemdet Nasr - de completo remodelamento do complexo de Eanna. No entanto, as difíceis condições de escavação somadas a dificuldades inerentes ao próprio contexto arqueológico estimularam um complexo debate em torno da exata datação dos edifícios e a relação das dinâmicas de construção com as etapas mais decisivas da urbanização.

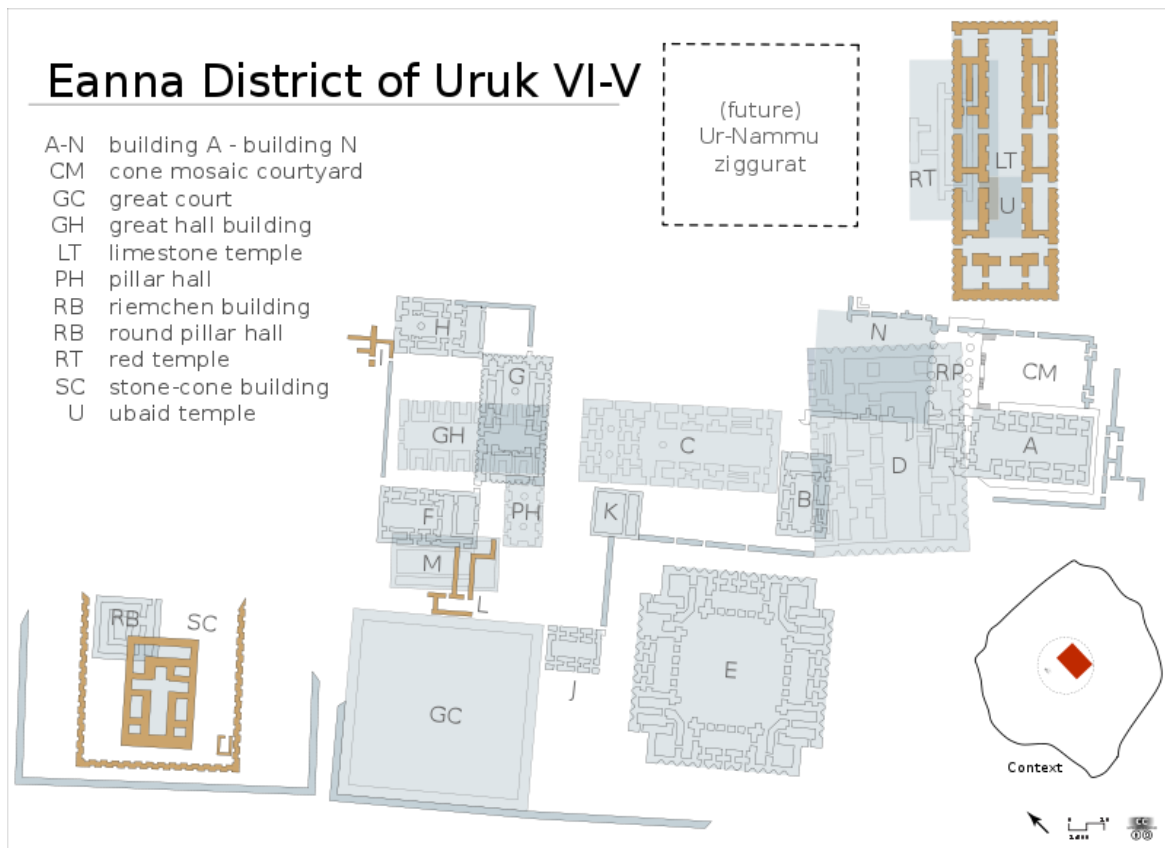
² A cultura Ubaid (ca. 5000 a 3500 a.C.) precedeu a cultura de Uruk e se expandiu notavelmente por toda a Mesopotâmia. Marcella Frangipane acredita que a amplitude desta cultura tenha fornecido as bases para a expansão da cultura de Uruk (cf. FRANGIPANE, 1996).

Date B.C.	Santa Fe Chronology	Southern Mesopotamia	Hacinebi	Upper Euphrates	Iran	Syria			Tigris
3000	LC 5	Late Uruk		Arslantepe VIA	Godin V	Habuba Kabira Jebel Aruda	Sheikh Hassan 4	Brak TW 12	
	Late		↑	↑		↓			
3400	LC 4	Late Middle Uruk	Hacinebi B2	Arslantepe VII	Early 18 Sharafabad		Sheikh Hassan 5-7	Brak TW 13	
			↑	↑					
3600	LC 3	Early Middle Uruk	Hacinebi B1				Sheikh Hassan 8-10/13	Brak TW 14-17	↑ Tepe Gawra VIII
			↓	↓					↓ Tepe Gawra IX-X
3800	Late		↑	↑					
4000	LC 2	Early Uruk	Hacinebi A					Brak TW 18-19	Tepe Gawra XI/XA
	Early		↓	↓					
4200	LC 1			Arslantepe VIII					Tepe Gawra XII
		Ubaid transitional		↓					
Term. Ubaid		Ubaid 4?							XIII-XIII

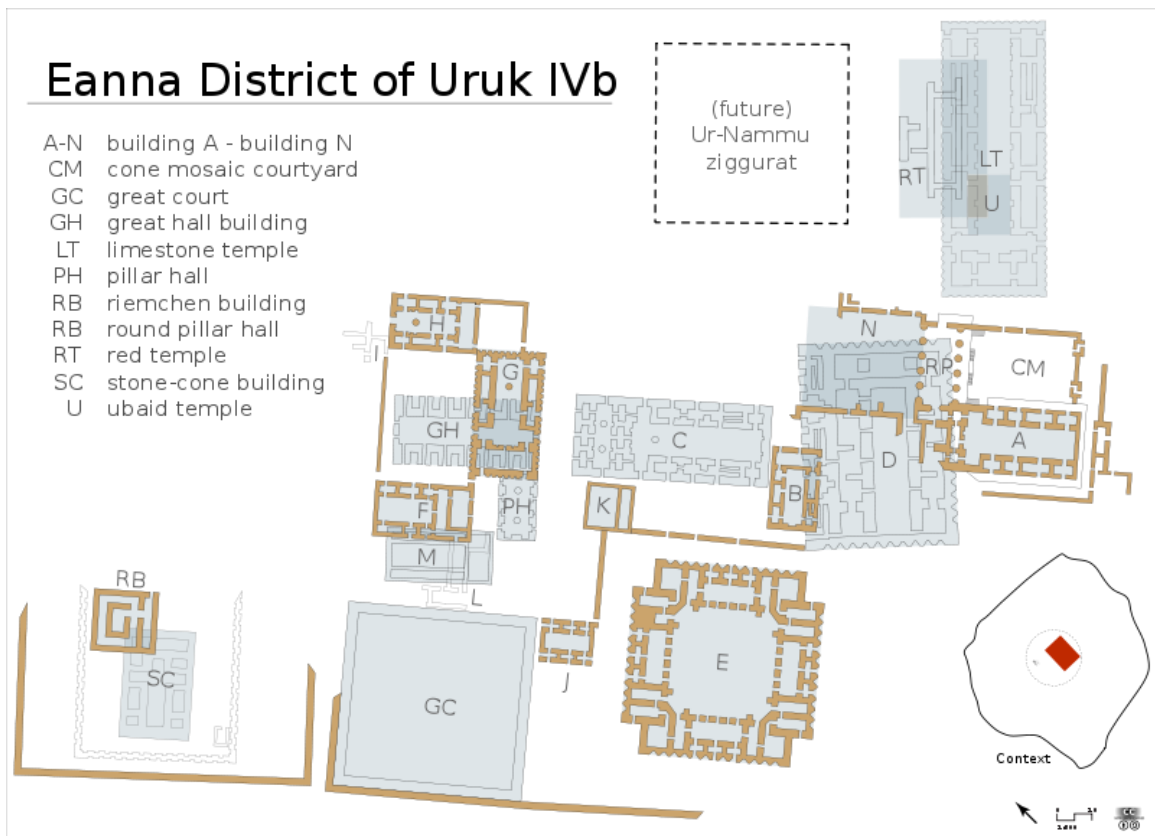
(fonte: SCHWARTZ, HOLLANDER, 2008: 3144)

2.2.1 Uruk Tardio: Fases VI, V, IVb, IVa

Os primeiros edifícios monumentais, construídos no final da fase Uruk VI e meados da V, são o *Steingebäude* (*Stone Cone Building*)- com planta disposta em um salão contínuo rodeado por corredores concêntricos cuja função é largamente ignorada - e o *Kalkenstein Tempel* (*Limestone Temple*)- que apresenta uma planta em esquema tripartite com fachadas em contraforte. O primeiro, próximo a uma plataforma de aproximadamente 15 metros de altura, localiza-se no Distrito de Anu, a oeste do complexo de Eanna. O segundo, construído sobre um santuário ubaidiano, apresenta como principal característica uma construção em grandes blocos de calcário trazidos de regiões imediatamente a leste do rio Eufrates, uma tecnologia de engenharia que seria reproduzida apenas na construção do Templo Branco do nível Uruk III/Jemdet Nasr. Possivelmente o *Kalkenstein Tempel* foi o primeiro edifício dedicado à deusa Inanna e pode ter se constituído no local religioso por excelência do recinto. (GLASSNER, 2000:



Durante o período Uruk IVb houve uma notável ampliação do complexo, com a introdução de novos elementos arquitetônicos e a demolição ritual do *Kalkenstein Tempel* no final desta subfase. Além do uso recorrente de tijolos de adobe (*Riemchen*), foi introduzido um elemento decorativo bastante peculiar ao período, a saber, a utilização de cones de argila coloridos introduzidos em tijolos ainda frescos, compondo um efeito de mosaico. Houve a construção de um conjunto central de edifícios tripartites e de grandes salões - possivelmente locais de reunião - do Edifício E, em estrutura cruciforme, do Pátio dos Mosaicos a sudeste e do Templo de Mosaico a noroeste. No caso desta última construção uma muralha delimitava as dependências deste provável recinto religioso com relação ao restante do sítio.



O período IVa, por sua vez, foi um momento não apenas de uma nova de ampliação do complexo, com a construção de largas estruturas tripartites como os templos C e D, mas de demolição e construção de novas estruturas sobre outras, como o caso do *Riemchengebäude* (*Riemchen Building*), erigido sobre o Templo Mosaico cujos restos foram depositados – talvez como ato simbólico – sob as fundações do novo edifício e do Templo Vermelho, construído sobre as fundações do anterior *Kalkenstein Tempel* e de onde provém a grande maioria dos tabletos protocuneiformes da fase IV. Há um aumento no número de estruturas com grandes espaços – como o Grande Pátio, o Salão dos Pilares e o Grande Salão. No caso do Grande Pátio, vestígios de um aqueduto fazem crer na utilização deste espaço para o plantio de um jardim ou de um pomar.

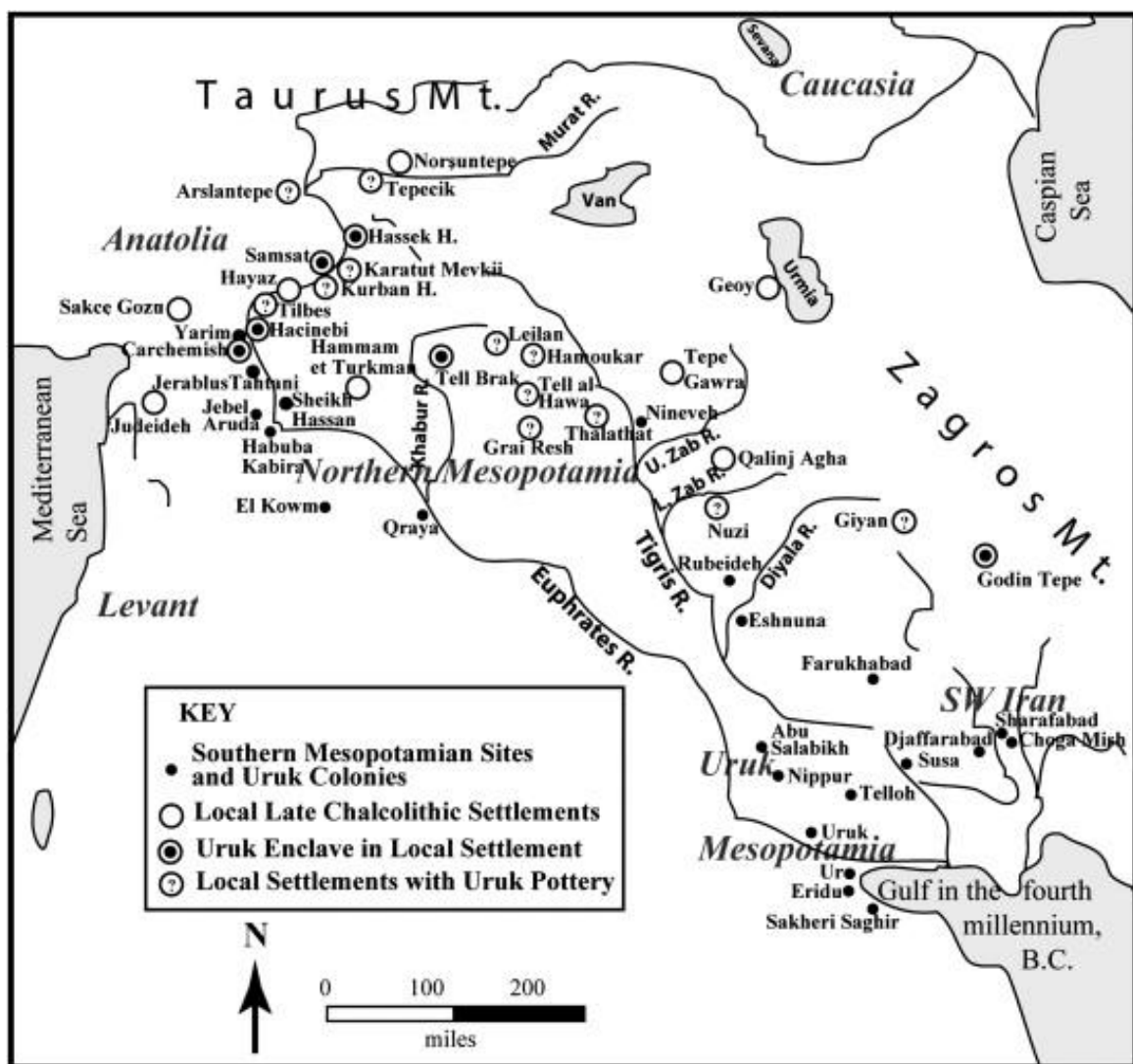
edifícios anteriores foi reconstruída a partir de um cuidadoso estudo das fundações e remanescentes dos tijolos que compunham as bases e os rodapés dos prédios (STROMMINGER, 1980: 480). O debate acerca das subfases ‘a’ e ‘b’ diz respeito à relação contextual e cronológica entre artefatos e locais de achado: selos cilíndricos, cerâmica – ordinária e monumental – e tabletes. Neste último caso, as dificuldades recaem nas práticas de deposição recorrentes no sítio: objetos que, uma vez cumprida sua função social e simbolicamente desapropriados (voltam a ser pura e simplesmente argila), foram depositados sob as fundações de construções de maneira a corrigir irregularidades no solo.

No entanto, a datação do recinto de Eanna no Uruk Tardio e sua influência na cronologia dos tabletes e demais artefatos obedecem, obviamente, a critérios puramente locais quando uma cronologia atualizada da cultura de Uruk não pode se fiar apenas no resultado das escavações conduzidas sobre o sítio homônimo (BUTERLIN, 2001: 97-98). Devido à abrangência do fenômeno de Uruk e à natureza lacunar dos vestígios encontrados em sítios isolados, é natural que os pesquisadores considerem a complementaridade entre os sítios como uma ferramenta de análise, embora haja certo risco de pressupor uma regularidade no fenômeno de Uruk, questionada desde meados da década de 90 (STEIN, 1994; FRANGIPANE, 1996). Faremos referência a duas regiões, entre outras, que representam modalidades particulares de expansão: Planície Síria e Planalto Iraniano (Susiana). A primeira conheceu seu declínio já entre período Uruk VI e IVb quando no segundo caso houve uma continuação na ocupação, porém cada vez mais adquirindo características próprias após 3100 a.C.

2.2.2 Habuba Kabira, Jebel Aruda e Susa

A problemática da expansão remonta à própria descoberta da cultura de Uruk e ao longo das décadas tem-se associado às mais diversas reformulações teórico-metodológicas. Entre as décadas de 30 e 40, a teoria da difusão cultural forneceu as bases interpretativas para as mudanças ocorridas no quarto milênio, com destaque para as ideias de Gordon Childe (CHILDE, 1958, 1961). Novas problemáticas surgidas na década de 40 e 50, influenciadas pela antropologia neoevolucionista, levaram à busca de padrões regionais que se relacionassem com as mudanças ocorridas no sítio de Uruk:

neste sentido, a potencial variabilidade ecológica do sul mesopotâmico e a necessidade da superação de condições adversas teriam estimulado uma organização social hierárquica e centralizada (ADAMS, NISSEN, 1972: 11). Na década de 70, há a utilização do modelo de Sistema-Mundo, idealizado por Immanuel Wallerstein, para interpretar a relação entre Uruk e os recém-descobertos sítios extramesopotâmicos, havendo uma profunda reformulação no debate (ALGAZE, 1989, 1993, 2008, 2012). Atualmente, as críticas ao modelo de Sistema-Mundo põem em dúvida o papel de Uruk no centro deste processo, bem como a natureza hierárquica das relações com seu entorno (BUTTERLIN, 2003: 103-107).



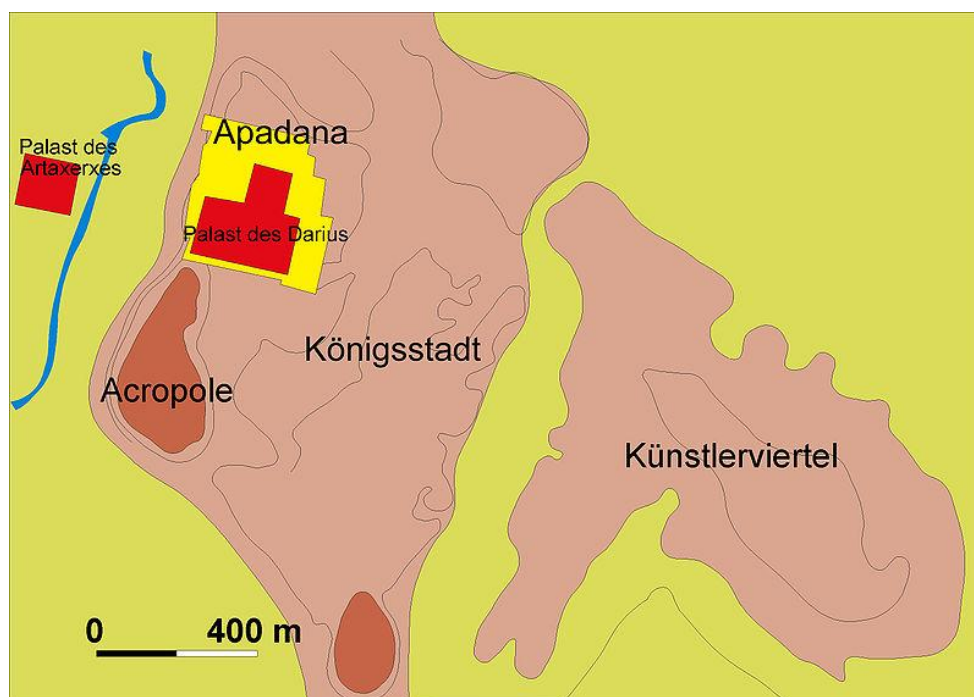
Mundo Proto-Urbano (fonte: SCHWARTZ, HOLLANDER, 2008: 3144 apud ROTHMAN, 2001)

A descoberta dos sítios de Habuba Kabira e Jebel Aruda insere-se no contexto de uma grande operação de salvamento iniciada em 1967 por ocasião da construção de grandes represas no norte da Síria e sul da Turquia. As escavações em tais sítios demonstraram uma “notável homogeneidade de um material que foi interpretado como uma intrusão meridional na região” (BUTTERLIN, 2003: 33). Os dois sítios, construídos sobre solo virgem, foram fruto de um mesmo ímpeto de expansão e com isso apresentam consideráveis similaridades estruturais. Ambas as cidades demonstram, pela total reprodução cultural meridional, uma imposição da cultura de Uruk frente às culturas locais, realizada não sem potenciais enfrentamentos demonstrados pela presença de muralhas em Habuba Kabira (ALGAZE, 1993: 25). Compartilham também inúmeras semelhanças no que se refere ao desenho das ruas e das habitações domésticas, bastante concentradas, e das construções monumentais dispostas em setores mais elevados e que apresentam plano tripartite e decoração em mosaico. No que se refere aos dispositivos de controle, a presença de selos cilíndricos e tabletes numéricos em setores domésticos – embora em Jebel Aruda tenham sido também recuperados em contextos de prestígio – demonstram um uso “democrático” destes artefatos.

A relação cronológica destes assentamentos com Uruk parte, sobretudo, de três estudos. O primeiro trata-se de uma sistematização realizada por Eva Strommenger em que a autora procura calibrar cronologicamente os achados ocorridos em todo o mundo proto-urbano, que inclui Mesopotâmia, Irã, Síria e Sul da Anatólia. Segundo a autora, a semelhança do material glíptico, dos padrões de achado dos tabletes numéricos e de um tipo específico de cerâmica oval são indícios do estágio final de Habuba Kabira como contemporâneo ao nível 17 de Susa e, conseqüentemente, nível Uruk-Eanna IV (STROMMENGER, 1980: 483-486). O segundo é um estudo posterior de cerâmicas realizado por Dietrich Sürenhagen à luz de descobertas ocorridas ao longo da década de 80. Neste estudo o autor estabelece uma ocupação de Habuba Kabira correspondente aos níveis Uruk-Eanna VIII ao VI devido à recorrência de cerâmicas características do Uruk Médio e os textos numéricos – bem como a ausência de textos escritos - corroborariam a anterioridade ao nível V (SÜRENHAGEN, 1993). Glassner, por sua vez, apoia-se em resultados de análises de C14 do material proveniente de Jebel Aruda: 3305 e 2930, com resultados semelhantes para Habuba Kabira. Isto supõe datas mais recentes para a expansão ao norte e contemporaneidade com o nível Uruk-Eanna IV.

A cidade de Susa, por sua vez, foi descoberta em meados do século XIX por A. H. Layard, sendo confirmada como tal cidade apenas com as incursões de W. K. Loftus

alguns anos mais tarde. No final daquele século, graças à atuação da Delegação Francesa na Pérsia, o sítio passou a ser metodicamente escavado por Jacques de Morgan até a Primeira Guerra, quando os trabalhos foram interrompidos e retomados após o final dos conflitos por R. De Mecquenem. No entanto, os resultados foram pouco publicados e os debates em torno da expansão da cultura de Uruk em Susa seriam balizados por poucas evidências, revistas apenas na década de 70 .



De um modo geral - evitando adentrar em demasia em debates cronológicos - o Canteiro I da Acrópole oferece uma perspectiva privilegiada da intrusão da cultura de Uruk no sítio, havendo três momentos chave: uma ruptura entre os níveis 23 e 22, que marca o fim do período I de desenvolvimento da cidade e o aparecimento de elementos materiais urukianos, entre os níveis 20 e 19 e ao final do nível 17, quando os objetos urukianos dão lugar a outros tipicamente proto-elamitas.

Esta sequência traz como principal problema a inserção do nível 18 do Canteiro I da Acrópole na Cultura de Uruk como um todo (BUTTERLIN, 2003: 297-307). A semelhança evidente do material recolhido no nível Susa-Acrópole 17 e Uruk-Eanna IV, somada à presença exclusiva de tabletes numéricos – e não escritos - no contexto arqueológico do período 18, tende a colocá-lo como necessariamente anterior à Uruk-Eanna IV, talvez nível V ou VI (DITTMAN, 1986: 366). No entanto, esta conclusão depende exclusivamente da validade da tese evolutiva da escrita, na qual os tabletes

numéricos seriam um estágio anterior ao protocuneiforme (BUTTERLIN, 2003: 84). Semelhantemente, a cronologia comparada entre os sítios de Habuba Kabira, Jebel Aruda – datados de Uruk VI e V - e Uruk estabeleceu-se, entre outros indicadores, através da presença exclusiva de tablets numéricos e de um repertório cerâmico característico do período Uruk Médio nos sítios sírios.

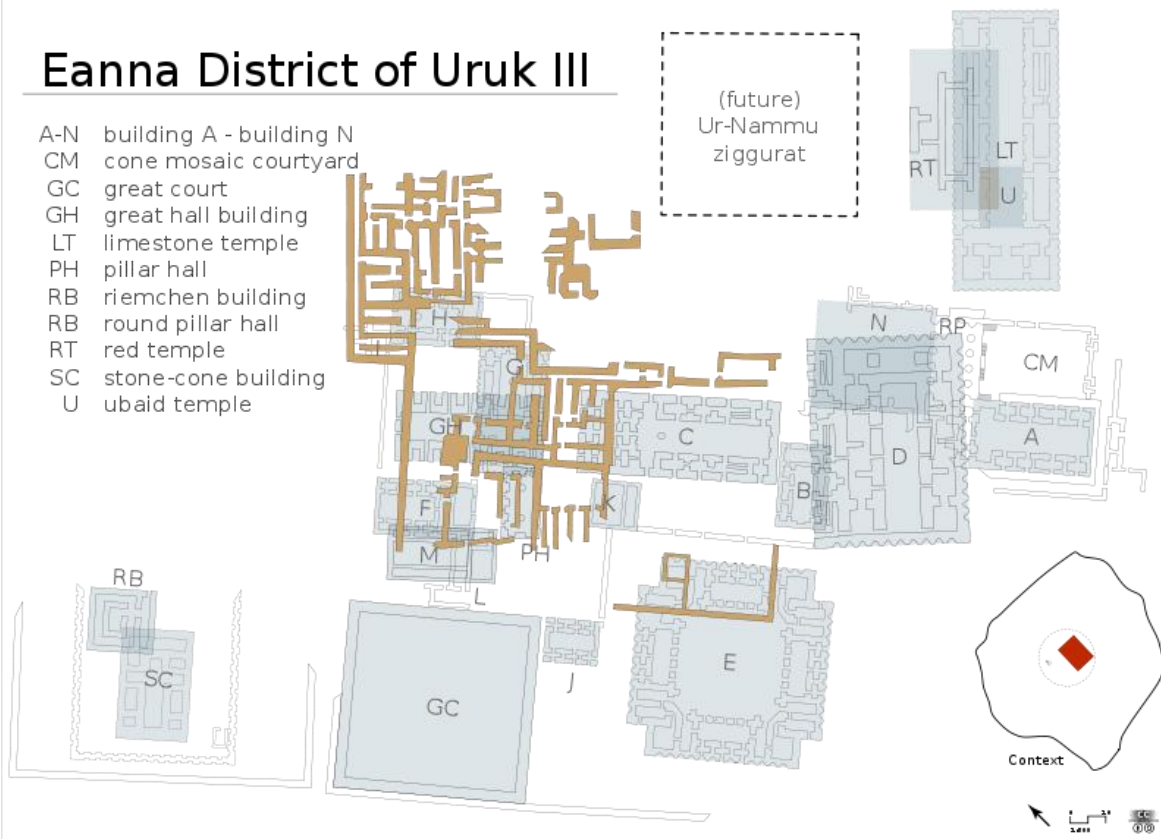
De um modo geral, apesar das controvérsias envolvendo a relação cronológica entre os diversos sítios urukianos, a decadência da cultura de Uruk é claramente perceptível por volta de 3100 a.C., data que marca o final do período Uruk Tardio. Embora as causas sejam discutíveis, seus efeitos mais visíveis são o abandono dos assentamentos sírios e anatólicos antes mesmo do final do período, talvez como primeiros sintomas desta crise generalizada; o surgimento, em Susa, de uma cultura eminentemente proto-elamita após o nível 17, este correspondente com o nível Uruk-Eanna IVa; o quase completo remodelamento do recinto de Eanna em Uruk, assim como o surgimento de um modelo cultural que ficaria restrito apenas ao sul e centro mesopotâmico. Trata-se, no último caso, de uma cultura intermediária característica do período Uruk III/Jemdet Nasr.

2.2.3 Uruk III/Jemdet Nasr

Durante o período Uruk III/Jemdet Nasr o complexo de Eanna passa por uma grande reformulação. Praticamente todos os edifícios foram destruídos, com exceção do *Riemchengebäude*, e as novas construções, erigidas sobre as estruturas ao norte do sítio, apresentam um padrão arquitetônico radicalmente distinto dos períodos anteriores. No lugar dos edifícios tripartites, estruturas intrincadas que formavam o que hoje é denominado *Stapflehm* (Edifício de Terra Batida) ao norte do sítio e os Banhos (*Bäder*) ao redor da antiga *Great Court*. A única estrutura tripartite construída no período e que representa uma inovação em termos de prática material monumental é a construção do Templo Branco no cume do Zigurate de Anu, o que pode ter significado uma transferência, ou ainda isolamento, de funções políticas e religiosas em um antecedente do binômio templo/palácio. Sua construção em um local imediatamente mais elevado do que o entorno constitui-se em um claro precursor dos zigurates mesopotâmicos dos períodos posteriores (HEINRICH, 1982).

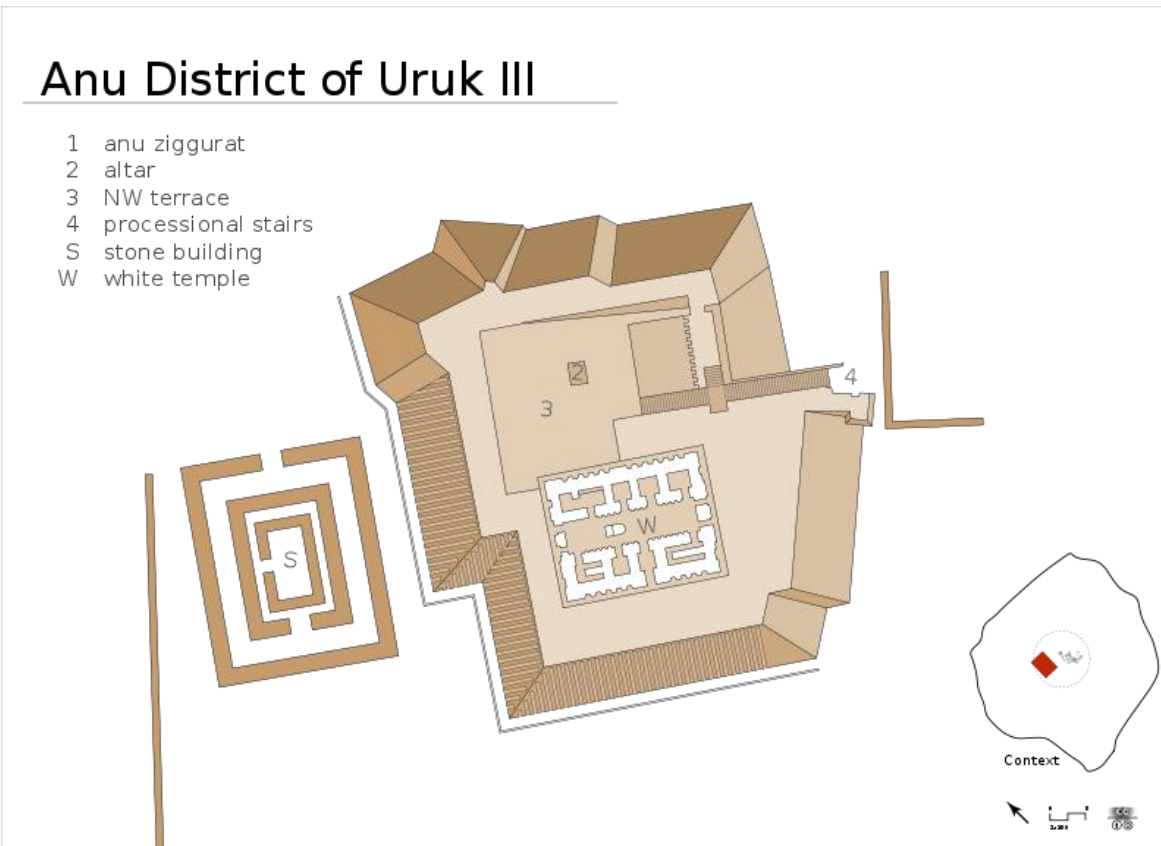
Eanna District of Uruk III

- A-N building A - building N
- CM cone mosaic courtyard
- GC great court
- GH great hall building
- LT limestone temple
- PH pillar hall
- RB riemchen building
- RB round pillar hall
- RT red temple
- SC stone-cone building
- U ubaid temple



Anu District of Uruk III

- 1 anu ziggurat
- 2 altar
- 3 NW terrace
- 4 processional stairs
- S stone building
- W white temple



A cultura de Jemdet Nasr pode ser considerada uma cultura intermediária, ou seja, mescla elementos da cultura de Uruk com os do período seguinte, o Dinástico Antigo. Esta denominação refere-se antes de tudo a um grupo de cerâmicas que se espalham pela Mesopotâmia logo após o final do Período de Uruk. Em Uruk, ocorre um remodelamento do recinto de Eanna, com grandes indícios de uma total centralização do poder. A construção do Templo Branco no Zigurate de Anu pode ainda ter significado uma separação entre um poder secular e religioso que, na visão de Heinze, já estavam em conflito na fase IV representados por diferentes setores de elite (HEINZE, 2010: 184).

2.3 Contexto de achado e cronologia dos tabletas proto-cuneiformes.

Em fins do século XIX, a busca pelos tabletas “diluvianos” levou escavadores a níveis arqueológicos mais profundos com as primeiras grandes incursões franco-britânicas nos sítios de Girsu e Nippur. De Girsu, foram recuperadas centenas de milhares de tabletas em um contexto de plena funcionalidade relativos aos afazeres públicos da Cidade-Estado de Lagash pré-sargônica. Em Nippur, foram encontrados tabletas que puderam esclarecer as tradições escritas e diversos aspectos da cosmologia sumero-acádica, constituindo-se em um importantíssimo *corpus* “literário” referente ao aprendizado da escrita e a transmissão de mitos de geração para geração. Na última década do século XIX, alemães descobriram no sítio de Shurruk um arquivo de tabletas contendo um tipo “semi-pictográfico” de escrita, datando de pelo menos 2800 a.C., recuando ainda mais a datação para a invenção da escrita na virada do século XX (ENGLUND, 1998: 22).

Paralelamente, um grupo de tabletas com sinais distintos circulou pelo mercado de arte desde o início da década de 1900. Eram os tabletas protocuneiformes fase III, cuja anterioridade em relação aos tabletas persas – proto-elamitas, já conhecidos na época - ainda era desconhecida. Tais artefatos foram recuperados através de escavações ilegais e vendidos a colecionadores que os mantiveram sigilosamente até a década de 30. Outras expedições, realizadas Tell Uqair, Tell Senkereh (Larsa) e Tell Asmar, recuperaram ainda mais tabletas da fase III e alargaram seu contexto espacial de ocorrência (ENGLUND, 1998: 23). Já os achados ocorridos nas sucessivas campanhas em Uruk impressionaram não apenas em números, mas em variedade de estilos e tipos.

Uma fase até então desconhecida dos pesquisadores entra em cena – fase IV - que na visão dos pesquisadores constituía-se como uma fase ancestral direta dos tabletes mesopotâmicos até então conhecidos.

A impossibilidade de se resgatar o contexto funcional da maior parte dos tabletes de Uruk contribuiu para que os pesquisadores estabelecessem cronologias referentes aos próprios sinais, pressupondo uma evolução gráfica que parta do mais figurativo para o mais abstrato através de uma diferença nas técnicas de inscrição. Desta forma, as denominações de estilo - IV e III - não obedecem a critérios estratigráficos, mas paleográficos, cuja associação com as referentes fases arquitetônicas é em grande medida especulada (NISSEN, 1986: 319). Portanto, ao referir-se às fases do protocuneiforme, Nissen criou uma convenção: ao invés das letras minúsculas, usa-se atualmente um número de modo a erradicar a confusão causada pela relação errônea do tablete com níveis arquitetônicos. Por exemplo: Uruk III.2 ao invés de Uruk IIIb (NISSEN, 1986: 322).

A cronologia paleográfica, estabelecida inicialmente por Adam Falkenstein (FALKENSTEIN, 1932), baseia-se na semelhança das técnicas de inscrição entre dois grupos de tabletes encontrados em um mesmo *terminus ante quem* com relação a edifícios anteriores ao nível IIIc, IIIa e um terceiro grupo pouco tempo antes dos primeiros anos do período Dinástico Antigo. Embora seja possível determinar uma considerável diferenciação interna entre os tabletes da fase IV, os da fase III apresentam menor diferenciação interna, padrões informacionais mais estáveis, maior abrangência temporal e geográfica e a possibilidade da existência de um referencial linguístico (GREEN, 1981: 361).

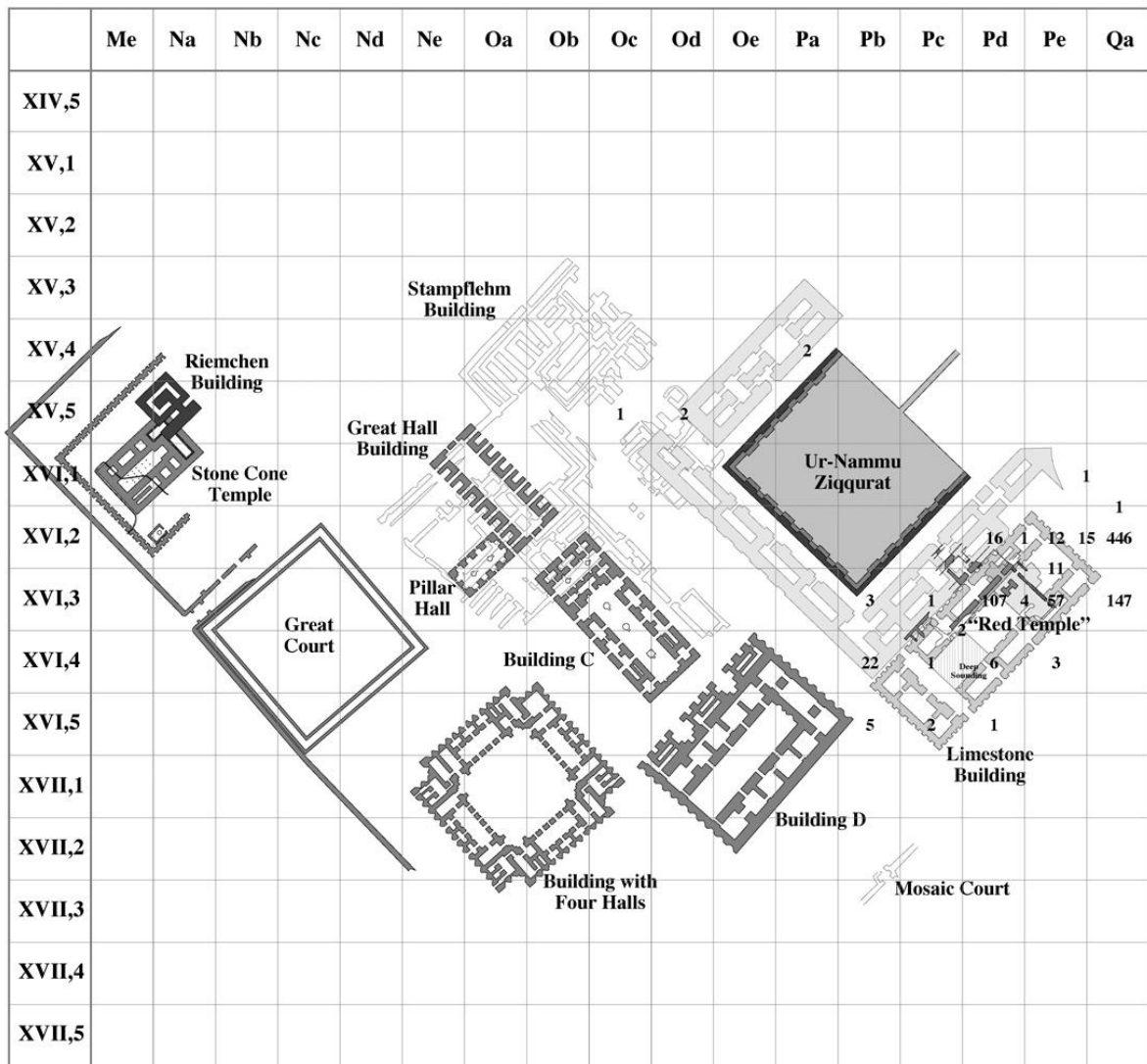
Late Uruk Period ca. 3100	Jamdet Nasr Period ca. 3000	Early Dyn. III Period ca. 2400	Ur III Period ca. 2000	Meaning
				SAG 'Head'
				NINDA 'Bread'
				KU 'to eat'
				AB 'Cow'
				APIN 'Plow'
				KI 'Place'
				'10' resp '6'
				'1'

(fonte: NISSEN, 1986: 321)

Ademais, fatores metatextuais têm sido largamente utilizados como critérios de desenvolvimento do protocuneiforme. Primeiramente, são discutidas opções referentes aos modos de organização textual: se através de um aglomerado de sinais ou conjuntos separados em colunas/nichos cuja função seria detalhar unidades de informação. Segundo Green, “cronologicamente, a aglomeração parece ter precedido divisões por colunas e nichos ou a técnica de aglomeração tendeu a ser substituída por padrões de linhas divisórias” (GREEN, 1981: 351). De fato, é possível observar uma maior concentração de informações cada vez mais detalhadas em tabletes da fase III, com nichos subdivididos. Além da representação de determinados conceitos por meio de sinais gráficos, a orientação fixa na composição e leitura dos sinais e dos nichos e um conjunto pré-determinado e relativamente padronizado de caracteres marca a direção do desenvolvimento do protocuneiforme. São frutos de esforços que visaram aperfeiçoar o sistema no sentido de expandir e organizar a informação visível em uma sintaxe imagética por meio da organização de dados cada vez mais condensados.

2.2.1 *Tabletes Fase IV e numéricos (suposta Fase V)*

Os tabletes do Templo Vermelho podem ser separados em dois grandes grupos: protocuneiforme fase IV e tabletes numéricos, estes aqui considerados como tabletes potencialmente selados. Os tabletes do primeiro grupo mostram-se bastante heterogêneos em termos de organização informacional e foram, em sua imensa maioria, encontrados em meio às fundações do Templo Vermelho - demolido no período IIIc - e sete deles no chão do Edifício C, o que reforça a hipótese da relação destes tabletes com a fase arquitetônica IVa. Os denominados numéricos, por sua vez, são datados como pertencentes ao período Uruk V a partir de inferências evolutivas, o que é problemático na medida em que não há evidências empíricas de tabletes em fases arquitetônicas anteriores à IV em Uruk (NISSEN, 1986: 325-326).



(fonte: <http://cdli.ox.ac.uk>)

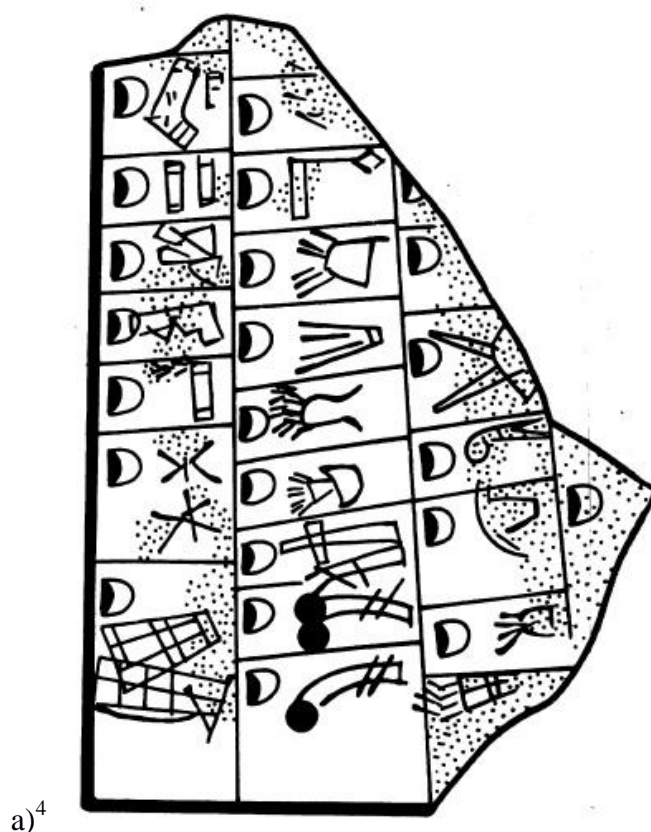
Os tabletes da fase IV são divididos em três grupos delimitados por gênero – administrativos, lexicais e etiquetas – dos quais o gênero administrativo é subdividido em tabletes simples - sem divisões e contendo sinais mais figurativos aglomerados (*clustered*) em uma mesma entrada - e complexos - com divisões e sinais com maior grau de abstração organizados em nichos - que, na visão da maior parte dos pesquisadores, teria substituído diretamente a organização por aglomeração. Tais critérios têm sido utilizados para explicar uma eventual melhora na organização visual da informação, cuja inteligibilidade e eficiência passariam necessariamente pela compartimentação e hierarquização e expressas visualmente em um tablete através de nichos. Em termos absolutos, no entanto, os tabletes “simples” representam cerca de expressivos 40% do total dos tabletes da fase IV (GREEN, 1981: 352).

Outro grupo, característico desta fase, é aquele constituído pelas etiquetas (*tags*). Embora sejam consideradas como um subgrupo administrativo, sua função no período ainda é inexata. Em conjunto, representam um pequeno percentual dos documentos da fase IV: apenas dezessete exemplares. São tabletes consideravelmente menores do que a média, espessos e perfurados e dos dezessete exemplares resgatados, doze apresentam ideogramas inscritos em um dos lados enquanto apenas cinco possuem nos dois lados. (SZARYNSKA, 1994).



Etiquetas (fonte: ENGLUND, 1998: 60)

As listas lexicais, por sua vez, constituem-se em importantes ferramentas de ensino utilizadas na educação administrativa do escriba, podendo ser definidas como “reagrupamentos temáticos de conceitos” (GLASSNER, 2000: 251). Na fase IV do protocuneiforme, o número de léxicos é pouco expressivo: apenas onze exemplares³, dos quais seis são relativos a profissões ou cargos oficiais, dois relativos a recipientes, um a metais e outros dois considerados como exemplares de vocabulários. Embora o campo semântico fosse restrito com relação ao período seguinte, a organização visual de conceitos administrativos hierarquizados, já formava a base da educação do escriba. No entanto, a presença restrita de conceitos presentes nos tabletes lexicais em tabletes administrativos pode sugerir que não se tratassem propriamente de “dicionários”, mas de fórmulas discursivas que, por um lado, transmitiam padrões de composição de sinais, por outro, materializava uma noção de hierarquia através da organização visual de informações.



³ cdli.ucla.edu. Acesso em 6/12/2011

⁴ **Tablete W 20421,1.** Este exemplar de tablete lexical traz sinais referentes a cargos ou profissões e sua particularidade reside no fato de que em cada entrada há um sinal simples, o que difere da tendência amplamente observada de outros léxicos de natureza semelhante. Possivelmente este tablete refere-se a conceitos mais gerais

Em linhas gerais, tais documentos formam o corpus conhecido como fase IV do protocuneiforme, levando em conta as tradicionais cronologias utilizadas cujos critérios já mencionamos. Englund os caracteriza como tabletes não-selados nos quais são impressas notações numéricas e um repertório de sinais gráficos que, por um lado, agem como pictogramas que representam objetos de uma transação e, por outro, como ideogramas na identificação das pessoas envolvidas no trâmite e no tipo de transação ocorrida. Neste período, são utilizados cerca de 900 sinais e ao menos cinco sistemas numéricos já são empregados (ENGLUND, 1998: 214). Esta fase é encontrada apenas em Uruk e sua ocorrência restrita, bem como o momento de aparição, pode se relacionar a dinâmicas locais relacionadas ao fim do impulso expansionista.

Os tabletes numéricos (suposta Fase V), ao contrário, são bastante restritos em Uruk – 60 tabletes – mas ocorrem em uma ampla área geográfica que abrange não apenas o sul mesopotâmico, mas o Planalto Iraniano, a antiga Susiana e a planície Síria, no médio Eufrates. Três grupos podem ser organizados cronologicamente entre 3200 e 3000: um primeiro – entre 3200 e 3100 – equivale aos níveis Uruk V/IV, Susa 18/17 e Chogha Mish, associados a contextos privados (com exceção de Uruk) junto a envelopes selados, selos e tokens; um segundo – entre 3100 e 3000 – do Templo Branco Uruk III, Susa 17B (após o nível 17 semelhante à Uruk IV) e Khafaje, quando as *bullae* e *tokens* desaparecem do registro arqueológico; um terceiro, datando aproximadamente de 3000 a 2900 a.C. e localizados em um ambiente cultural proto-elamita, provenientes de Tepe Sialk, Susa nível 16, Godin Tepe V e Tell-I-Ghazir (SCHMANDT-BESSERAT, 1981: 324).

Dois fatores contextuais de relevância devem ser lembrados: em primeiro lugar, os sítios acima mencionados estão conectados através de redes fluviais e, em segundo lugar, não há um padrão de deposição específico para tais tabletes, sendo encontrados em contextos variados (domésticos, sagrados, oficiais, etc.) (SCHMANDT-BESSERAT, 1981: 325). A falta de padronização de composição e a vasta difusão contextual destes tabletes sugerem um domínio relativamente popular de técnicas de registro contábil cujo aprendizado se realizava informalmente. Neste sentido, o fenômeno tablete é uma invenção inerente ao mundo proto-urbano como um todo, embora seu reaproveitamento como suporte do protocuneiforme tenha ocorrido pioneiramente em Uruk.

Apesar de conhecidos já na década de 1900, foi apenas com as expedições alemãs em Uruk que se aventou a possibilidade de que tais objetos pudessem carregar

notações numéricas. O repertório destes tablettes é bastante variado, apresentando marcas diversas relativas a sistemas de contagem relacionados a produtos específicos (grãos, animais, recipientes, etc.), divididas em sete categorias: circulares profundos, circulares rasos, em cunha, biconoides, ovais, cilíndricos e triangulares, todos organizados simetricamente em linhas ou colunas nas quais se imprimia apenas um tipo de sinal. Os primeiros tablettes apresentam marcas de impressões de *tokens*, cuja inteligibilidade era reforçada através de intervenções com cálamo de modo a clarificar uma eventual perda de detalhes no momento da impressão (BESSERAT, 1981: 330). Tais tablettes, portanto, constituíam-se em dispositivos de controle capazes de reter informação “sobre a pessoa envolvida [através da selagem] e uma ou mais transações presumivelmente do mesmo tipo [...] em adição à informação que poderia ser derivada do local de armazenamento” (NISSEN, 1986: 324).

Uma vez identificados os sinais que representam diferentes sistemas de contagem, a conclusão de Jordan e de Falkenstein foi a de que tais sinais numéricos compunham uma fase inicial da escrita, que passaria por um estágio picto-logográfico até desaguar na invenção do fonetismo (SCHMANDT-BESSERAT, 1981: 331). Denise Schmandt-Besserat ampliaria anos mais tarde o argumento evolutivo afirmando que os tablettes numéricos teriam substituído diretamente as *bullae* seladas uma vez que os números impressos reproduziriam os sistemas de contagem dos antigos *tokens* e a incisão por cálamo nas marcas impressas teriam aberto possibilidades que culminariam com o desenvolvimento da escrita. Ademais, estes tablettes apresentavam selagens que, na visão da maioria dos pesquisadores, teria a função de identificar pessoas envolvidas e “oficializar” determinados trâmites. Para Englund, com o advento do protocuneiforme as selagens teriam caído em desuso com a possibilidade de identificar pessoas através de notações gráficas (ENGLUND, 1998: 42).

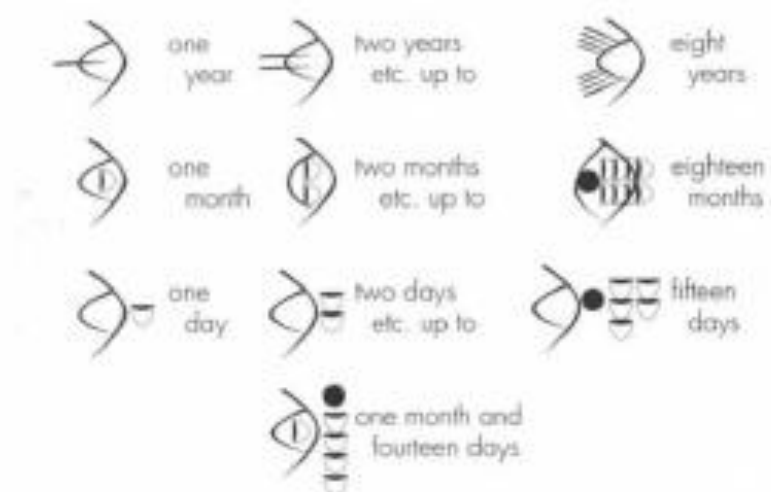
2.2.2 *Tablettes da fase III*

Este grupo apresenta menor variação interna e maior abrangência temporal, além de possuir maior difusão geográfica com relação aos da fase IV: está presente por toda a Baixa Mesopotâmia e Central. Estes tablettes evidenciam uma maior abstração dos sinais em virtude de uma alteração na técnica de inscrição, bem como um aumento sensível no repertório de signos, além de apresentarem indícios do uso de fonemas como referencial de significado (ENGLUND, 1998: 214). Em Uruk, os tablettes foram

encontrados, em sua grande maioria, ao redor dos vestígios do Grande Pátio (*Great Court*), também depositados com o intuito de corrigir irregularidades no solo. Apresentam, por sua vez, um estado de conservação bastante inferior aos tabletes do sítio de Jemdet Nasr e Tell Uqair, estes preservados devido a incêndios nos edifícios em que eram guardados.

Os tabletes da fase III apresentam um maior detalhamento de informações – decompostas em colunas e linhas, sendo abandonado o sistema de aglomeração presente na fase IV - e abrangência semântica, conforme é possível verificar na proliferação de listas lexicais em termos de número e subgêneros. Administrativamente, começam a surgir grandes resumos anuais que lidam com maiores quantidades de informação, mais detalhadas.

Uma característica importante presente na fase III é o desenvolvimento de um sistema de contagem e administração do tempo – representado pelo sinal U4⁵ - viabilizado graças a procedimentos de guarda documental. A guarda e consulta de tabletes para a composição de resumos anuais passam a se relacionar diretamente a uma administração que vai assumindo um caráter cada vez mais sistêmico e autorreferencial. Em outras palavras, trata-se de racionalizar a informação produzida, o que possui maior clareza neste momento do que em períodos anteriores: como equacionar produção documental, espaço físico disponível para arquivo, eficiência na recuperação de dados e a demanda por um tipo específico de informação.



Sistema U4(ENGLUND, 1998: 121)

⁵ O significado de U4 é nascer do sol, dia, passagem de tempo. O seu formato é o Sol nascendo entre as montanhas do Planalto Iraniano, ou seja, a leste de Uruk.

Embora apresentem consideráveis distinções, o pouco tempo entre as fases IV e III do protocuneiforme faz supor a inexistência de um momento intermediário entre elas (NISSEN, 1986: 326) A escrita da fase IV se desenvolve como um intenso campo de experimentações administrativas relacionado a um período de mudanças que culmina no final do Uruk Tardio, embora a natureza da transição para o período UrukIII/Jemdet Nasr seja incerta. A fase III coincide com a interrupção abrupta das construções monumentais e o volume e detalhamento de informações produzidas evidenciam não somente uma melhora do sistema acompanhando mudanças de princípios de autoridade, mas uma particular referência à própria administração: quanto maior o volume de informações e conceitos a serem aprendidos e executados, os significados produzidos tendem a se aprisionarem ainda mais nas próprias dinâmicas administrativas.

2.4 Interpretações: o debate sobre a origem da escrita.

Os dados acima apresentados constituem um material de inestimável importância para discussões referentes à origem da escrita, um debate longo que no final do XIX e início do XX foi enriquecido heurísticamente pelos achados provenientes de sítios médio-orientais, sobretudo dos níveis arcaicos de Uruk. As escavações no complexo de Eanna revelaram tabletes que antecedem cronologicamente a escrita chinesa, proto-elamita e egípcia. No mais, a exata datação de suas origens não possui apenas uma base empírica, mas também conceitual, ou seja, os últimos debates têm demonstrado que a origem da escrita também depende dos conceitos empregados para defini-la.

Com relação à escrita mesopotâmica, observamos três momentos principais de discussão: um primeiro, no qual se busca uma linha de desenvolvimento da escrita que, antes de atingir sua plenitude como instrumento de reprodução fonética, teria possuído antecedentes pictográficos e/ou logográficos (FALKENSTEIN, 1936; GELB, 1952; BOTTERO, 1987); um segundo momento, de revisão da tese pictográfica e do desenvolvimento de um argumento contábil para a origem da escrita – surgida a partir dos *tokens*, *bullae* e tabletes numéricos selados - aprofundando as relações entre grafismo e complexidade social mantendo o teor evolucionista (AMIET, 1980; SCHMANDT-BESSERAT, 1993; NISSEN, 1986; NISSEN, ENGLUND, 1993) e um

terceiro, surgido no início dos anos 90, de recusa do modelo contábil e de um aprofundamento radical na semiótica, com pontuais referências ao pós-estruturalismo, particularmente ao trabalho de Jacques Derrida e Michel Foucault (GLASSNER, 2000). Seria ainda possível discorrer sobre um quarto momento, a partir do trabalho de Peter Damerow, que reivindica um afastamento radical da filologia e semiótica e reclama uma abordagem propriamente histórica (DAMEROW, 2006: 2).

Jean Bottéro foi um defensor da tese picto-logográfica, que alcançou um grande sucesso na primeira metade do XX. Para o autor, haveria uma primeira fase pictográfica, uma grafia de coisas totalmente independente da língua, mas que pelo seu caráter mnemônico teria aumentado sensivelmente a capacidade humana de armazenamento de informações em um momento crucial de complexificação social. Em um segundo momento, esta grafia das coisas acabaria resultando naturalmente em uma referência direta ao nome do objeto grafado, constituindo-se em um logograma, ou seja, um grafema que indica uma palavra, mas que conserva suas qualidades conceituais pictográficas. Por último, o logograma acaba por adquirir uma liberdade de seu referencial pictográfico (o que teria se relacionado com a crescente abstração dos sinais cuneiformes) e passa a compor um som específico e incompleto, o qual deveria ser articulado com outros grafemas para compor uma palavra. Daí resulta a escrita que, em torno de 2500 a.C. teria se libertado de sua aplicação econômica e seria aplicada ao registro de outros gêneros (BOTTERO, 1987).

Um ponto de vista contrário a esta tese baseia-se em uma característica intrínseca ao repertório do protocuneiforme. Adam Falkenstein, o primeiro editor dos tabletas de Eanna, observou com justeza que no universo dos símbolos considerados, os sinais figurativos são minoritários apesar da frequência de seu uso. Um exemplo é o sinal UDU⁶, um círculo contendo uma cruz que significa “gado pequeno” ou então BA que significa “distribuir”. Desta forma, a diferença com relação à tese de Bottéro seria eliminar o caráter pictográfico-mnemônico (apoiado meramente na memória visual) e considerar o protocuneiforme, desde seus primórdios, como um sistema logográfico (FALKENSTEIN, 1936). Ignace J. Gelb, em *Study of Writing* (GELB, 1952), amplia esta tese e aplica uma lógica difusionista no que se refere ao espraiamento da escrita

⁶ Ver anexo

para regiões circunvizinhas, inaugurando o debate entre a monogênese e poligênese do grafismo⁷.

A crítica à clássica tese pictográfica - logográfica facilitou a relação entre escrita e complexidade social na esteira das considerações de Denise Schmandt Besserat acerca da origem contábil da escrita. Para a autora, apoiada pelas considerações de Falkenstein e Pierre Amiet, os sinais protocuneiformes não seriam representações pictográficas *per si*, mas descendentes diretos dos *tokens*, pequenos dispositivos contábeis que, em um momento de avançado urbanismo, passaram a serem impressos na superfície das *bullae*⁸ e, posteriormente, dos tabletes. A impressão de um *token* na superfície de um envelope teria como principal função reproduzir o seu conteúdo e, em um movimento posterior, os *tokens* e os envelopes teriam perdido seu sentido de existir na medida em que apenas o tablete teria mantido a integridade da informação. Desta invenção resultaria a invenção do cálamo, usado para reproduzir marcas dos *tokens* que pudessem sair defeituosas na impressão. Portanto, para Besserat, os primeiros sinais do protocuneiforme seriam, na verdade, reproduções de dispositivos contábeis e não uma fase pictográfica autônoma (BESSERAT, 1993).

Os tabletes numéricos são considerados como possuidores de marcas que são descendentes diretas dos *tokens*. Devido à diversidade de formas relativas a numerais, os tabletes numéricos veiculariam um sistema de contagem referente a produtos diversos, reminiscência do momento em que as operações matemáticas eram realizadas concretamente, sem abstrações numéricas. Este modelo evolutivo permanece ainda como a principal teoria sobre o surgimento da escrita. Ele encontra forte respaldo no grupo conduzido por Hans Nissen e Robert Englund de “tradução” dos sinais protocuneiformes, explorando o lado econômico e administrativo dos textos arcaicos, bem como as possibilidades linguísticas presentes nas formulações textuais. (GREEN, 1981; NISSEN, 1986; NISSEN, ENGLUND, DAMEROW, 1993; ENGLUND, 1998).

Apesar de aceita pela maior parte dos especialistas, a teoria de Schmandt-Besserat foi e tem sido bastante criticada. À parte o expressivo número de opositores nos meios especializados, as duríssimas críticas feitas por Jean-Jacques Glassner parecem condensar melhor o teor dos argumentos em contrário à tese “genética” *tokens-*

⁷ Monogênese: criação em Uruk e, então, sua difusão para áreas diversas; poligênese: criações locais, mais ou menos simultâneas e coincidentes.

⁸Envelope esférico de argila onde eram guardados os *tokens*

escrita. Em primeiro lugar, ele coloca seriamente em dúvida o rigor metodológico das datações oferecidas pela autora em sua obra, bem como dos argumentos relacionados à expressividade da ocorrência de certos *tokens* de modo a considerá-los como parte de um sistema integrado e abrangente de contabilidade no Oriente Próximo. Para Glassner, a grande maioria dos *tokens* tem uma ocorrência única e dificilmente poderia fazer parte de um horizonte inteligível de grandes proporções (GLASSNER, 2000: 87-112).

O autor denuncia também a arbitrariedade dos significados propostos pela autora, bem como a acusa de negligenciar estudos quantitativos os quais, segundo ele, revelariam uma incongruência referente ao repertório de *tokens* utilizados como sinais protocuneiformes na medida em que atravessariam contextos históricos distintos, assim como poucos seriam realmente reaproveitados como sinais. Nada explicaria o desenvolvimento fonético através das fontes disponíveis e acusa Schmandt-Besserat de compartilhar a ideia preconceituosa de que povos pré-históricos são incapazes de pensar conceitualmente e vivem às voltas apenas com suas necessidades cotidianas, puramente materialistas (GLASSNER, 2000: 112). O argumento decisivo contra a tese contábil-evolutiva é o da existência de tabletes numéricos em contexto plenamente operacional em assentamentos diversos – mesmo em Uruk, com os tabletes do Templo Branco - quando o protocuneiforme já se encontra em um momento avançado de desenvolvimento. Com isso, as diferenças não seriam mais evolutivas e sim contextuais: tabletes protocuneiformes como documentos “oficiais” e numéricos como “privados” (GLASSNER, 2000: 231).

Em 2006, Peter Damerow publica um artigo no qual reivindica a problematização da origem da escrita como um tema de caráter histórico. Retomando uma metodologia elaborada por Marvin Powell relacionada a *quem/como/quando/onde e por que* a escrita teria sido inventada (POWELL, 1981: 420). O autor procura responder a contento tais questões, apontando os limites das abordagens filológicas representadas, por um lado, por Glassner e, por outro pelo Grupo de Berlim do qual ele próprio fez parte. Para Damerow, a filologia seria um caminho sem saída na medida em que qualquer vinculação do protocuneiforme com o fonetismo é pura especulação e que seriam necessárias outras abordagens que possam revitalizar o papel social do protocuneiforme (DAMEROW, 2006:3).

A partir das ideias de Peter Damerow, julgamos necessário acrescentar outros elementos ao debate que, como vimos, permaneceu centrado em demasia nos aspectos gráficos e linguísticos e muito pouco abordado em termos de práticas, sejam elas administrativas e/ou materiais. Justamente, as dificuldades aqui suscitadas chamam a atenção para a necessidade de uma abordagem menos filológica e mais "material" (HODDER, 2012: 6). Devemos procurar a origem da escrita não apenas nas capacidades cognitivas de abstração referencial, mas também subjacente a uma estrutura em que as esferas material e intelectual se imiscuem em uma estrutura de significado, uma operação complexa que relaciona a representação simbólica com a mobilização de um conjunto de procedimentos intrínsecos que vão desde o recolhimento da argila até a sua reunião com outros documentos: uma materialidade que transcende o documento único na medida em que se insere em um sistema de objetos de caráter arquivístico.

3. As práticas administrativas mesopotâmicas

No capítulo anterior, procuramos demonstrar o debate surgido em torno da interpretação dos vestígios do protocuneiforme provenientes da cidade de Uruk e seu entorno. As distintas posturas teóricas, embora procurem a seu modo estabelecer a origem e a natureza dos sinais, convergem para um ponto fundamental: o foco nos aspectos gráficos dos documentos. Não é para menos afinal tais trabalhos costumam ser filiados a uma longa problemática intitulada como “origem da escrita”. Uma vez que direcionamos nossos esforços para uma análise dos procedimentos administrativos que envolvem o uso dos tabletes protocuneiformes, algumas observações iniciais são necessárias.

A escrita é tradicionalmente considerada um divisor de águas – pré-história e história – relacionado às possibilidades de conhecimento do passado e ao nível intelectual das sociedades antigas. Este destaque dado à escrita pela historiografia acabou por permear áreas afins – sobretudo a antropologia estruturalista dos anos 50 e 60 – e trabalhos como os de Ignace Gelb (GELB, 1952) e Jack Goody (GOODY, 1960) influenciaram em grande medida uma geração posterior de estudos nos anos 70 que se debruçaram sobre as estruturas simbólicas características do grafismo. Embora jamais neguem as influências sociais, os mais diversos trabalhos privilegiam os aspectos gráficos e simbólicos como elementos cruciais de desenvolvimento. Desta forma, a “origem da escrita” é uma problemática que se desenvolve dentro dos próprios mecanismos de notação e significação.

No entanto, tais abordagens são tímidas em considerar os procedimentos sob os quais os tabletes protocuneiformes foram submetidos, em grande medida pela dificuldade em que os tabletes se apresentam em termos de contexto arqueológico e significado dos sinais. De fato, não queremos com a crítica postulada acima negar os avanços percorridos no campo da “tradução” dos sinais protocuneiformes – esforços que serão inclusive de inestimável valia para o presente estudo – mas as observações de Damerow, ao apontarem as limitações da filologia e reivindicarem um tratamento propriamente histórico da questão (DAMEROW, 2006: 2), nos conduzem a uma perspectiva que inclua no escopo explicativo não somente o marco inicial de um sistema comunicativo, mas o papel socialmente ativo que os tabletes e outros artefatos – tais

como sinetes, selos cilíndricos – tiveram como instrumentos subjacentes a um sistema de objetos que pode ser caracterizado como arquivístico.

O aspecto mais evidente dos mecanismos administrativos das sociedades mesopotâmicas do quinto e quarto milênio a.C. é a formação de sistemas arquivísticos nos quais são utilizados instrumentos de controle de naturezas diversas, como selagens e, posteriormente, tabletes. Segundo Gian Giacomo Fissore, o momento da preservação ou da arquivagem aparece como o mais adequado para a análise de sistemas administrativos que controlam bens utilizados por toda uma comunidade. A preservação surge como uma estratégia administrativa que une o aspecto duradouro de uma unidade de informação materializada assim como estabelece diretrizes para sua posterior difusão e processamento (FISSORE, 1994: 12). Neste sentido, o arquivo pode ser considerado como um sistema de objetos que faz a ponte entre o sistema de notação – seja ele a escrita ou iconografia – e seu papel social como instrumento de controle.

Desta forma, procuraremos evidenciar de que maneira o protocuneiforme e outros dispositivos tornam-se *efetivamente* instrumentos materiais de controle a partir do que Lynn Meskell chama de *worldly engagement*, ou seja, a materialidade como “nosso engajamento físico com o mundo, nosso meio de inserção de nós mesmos na fabricação deste mundo, e nosso meio de constituir e moldar cultura em um sentido externo e [ao mesmo tempo] incorporado” (MESKELL, 2013: 11). Como afirma Larsen, textos escritos foram tratados como uma espécie de evidência autônoma quando deveriam ser também considerados como objetos através de análises combinadas com o contexto material disponível (LARSEN, 1986: 175). Assim, fica evidente a necessidade de uma abordagem dos procedimentos materiais administrativos e sua relação intrínseca com as estratégias de consolidação da complexidade social.

Nossa abordagem se consistirá em duas frentes principais: a primeira delas diz respeito às tradições documentais que envolvem a criação do protocuneiforme fase IV atentando para as relações com sistemas predecessores, especialmente as selagens. A segunda frente se relacionará com o desenvolvimento de conceitos administrativos que conduzem a um processo de autorreferencialidade institucional. Para tanto, faremos referência a postulados teóricos oriundos da Diplomática para compreender o processo de produção documental e seus significados históricos no tocante à consolidação do Estado como organização social hegemônica. Procuraremos reunir todas as informações

disponíveis de padrões de deposição, funcionalidade, interações contextuais de modo a estabelecer relações entre as práticas administrativas e o conjunto maior de transformações do quarto milênio.

3.1 Os objetos da cultura material: significados e fisicidade

Durante a década de 70, 80 e início da década de 90, desenvolveu-se principalmente sob a tutela de Ian Hodder, Chris Tilley e Julian Thomas uma arqueologia profundamente orientada pelas críticas ao estruturalismo, conduzindo os esforços analíticos na direção dos *significados* perpetrados nos objetos culturalmente apropriados ao invés das funções dos objetos em um dado ambiente, característica central da *New Archaeology* dos anos 60. Em reação àquela cultura material considerada excessivamente antropocêntrica, Daniel Miller, Nicole Boivin, o próprio Hodder, protagonizam uma guinada recente – e de certa forma radical - em direção à fisicidade das coisas como variáveis de análise na medida em que as propriedades físicas conduziram a maneiras particulares de “ação” do mundo não-humano sobre o mundo humano.

Julian Thomas e Chris Tilley buscaram reconstruir, pelo método hermenêutico, os significados culturais dos encontros do mundo humano e não-humano através de estudos de paisagens monumentais neolíticas (THOMAS, 1991; TILLEY, 1994; HICKS, 2010: 64-65). A abordagem de Tilley relaciona-se às interações entre a revisitação da fenomenologia heideggeriana e de uma arqueologia influenciada pelo *linguistic turn* da década de 60, denominada *pós-processual*: para Tilley, o material se constitui em uma maneira específica de linguagem em um mundo cujo espaço é um elemento narrativo em potencial (TILLEY, 1994). Thomas, por sua vez, acredita que a hermenêutica fenomenológica tem como vantagem permitir o resgate de uma experiência total da paisagem através da superação da dicotomia artificial entre natureza e cultura na medida em que a paisagem é *per se* um elemento cultural apropriado (THOMAS, 1991). O objeto da cultura material, para estes autores, eram as relações de significado produzidas pela interação entre mundo humano e mundo material e a atribuição de sentido pelo homem é um fator fundamental em tais relações.

As críticas à hermenêutica fenomenológica recaem no fato de que a busca por significados no mundo não-humano, amparada por uma analogia interpretativa textual,

exagera o fator humano como eixo de análise, o que significa uma paradoxal desmaterialização da cultura material (HICKS, 2010: 76). No lugar de interpretar ou representar, tem havido desde meados da década de 90 uma guinada em direção aos aspectos físicos do mundo material como objeto de estudo – o *material turn*. Para tanto, a teoria do ator-rede, desenvolvida nos anos 80 por Bruno Latour, Michel Callon e John Law, possui uma perspectiva focada no que os objetos literalmente *fazem* no lugar do que eles *significam*. Busca-se, com esta estratégia analítica, uma rematerialização do objeto de pesquisa da cultura material.

A teoria do ator-rede foca-se nos aspectos relacionais entre agentes humanos e não-humanos em uma perspectiva integrada (*network*) em que a simetria entre os polos tende a suplantar relações de causa e efeito. Esta teoria, formulada como uma ferramenta para compreender os processos de produção de conhecimento científico e tecnológico, contrapõe-se a uma sociologia tradicional que aborda o mundo como uma série de relações interpessoais em que objetos se constituem como produto final destas interações. Latour, demonstra como os objetos de laboratório não são apenas artefatos auxiliares, mas literalmente *atuam* na produção de relações sociais construídas sobre determinados conhecimentos científicos, o que embasa sua crítica à metodologia cartesiana (LATOURE, 1993). Para John Law, o mundo não-humano deve ser encarado como possuidor de um papel ativo dentro das dinâmicas sociais e desta forma, aspectos materiais como durabilidade, raridade, decadência, residualidade, destruição são encarados como formas de agência material (*material agency*) que coordenam e moldam nossa agência no mundo (*human agency*) (LAW, 1994; BOIVIN, 2010).

Uma visão mais moderada foi apresentada por Alfred Gell em um estudo sobre a natureza da ação das obras de arte entre os humanos. O uso social da arte, para Gell, associa-se à tecnologia e neste sentido objetos artísticos são considerados como dispositivos que garantem a aquiescência de indivíduos na rede de relações em que estão imiscuídos (GELL, 1998). Diferentemente de Latour, Gell não estende a agência para não-humanos, mas encara obras de arte como agentes secundários cuja intencionalidade é implantada por agentes humanos agindo, portanto, como índices materiais-semióticos. A perspectiva moderada de Gell tem encontrado maior aceitação nos atuais estudos de cultura material (MILLER, 2005; MESKELL, 2013; BOIVIN, 2008, 2010), enquanto Hodder situa-se teoricamente em uma posição mais próxima a da teoria do ator-rede (HODDER, 2012).

A estratégia metodológica destes autores recai em análises que buscam evidenciar as relações complexas entre homem e matéria através de práticas cujo *modus operandi* produz uma série de conhecimentos fornecidos em última instância pela experiência existencial. Esta é a principal característica do conceito de *habitus* material, formulado por Daniel Miller a partir do conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu. Assim como Bourdieu buscava superar a oposição entre sociedade e indivíduo enfatizando os conhecimentos práticos como veículos de incorporação e expressão de estruturas sociais, Miller expande o conceito de *habitus* para uma dimensão específica de práticas - materiais - que restringem e ao mesmo tempo possibilitam a atuação do homem no mundo. Disto resulta uma aproximação dialética, e não causal, da relação agência/estrutura concretizada pela relação homem e mundo físico. (MILLER, 2005: 15).

Hodder aceita a postura dialética de Miller, mas considera-a incompleta uma vez que se pretende à superação da dicotomia sujeito/objeto ao mesmo tempo em que os objetos de estudo de Miller são caracteristicamente realizações culturais – materialidade e cognição, materialidade da economia financeira, materialidade como produtora de identidades, etc. – havendo, portanto, uma ênfase na agência humana. Ian Hodder busca uma abordagem em que as propriedades físicas dos objetos sejam por si variáveis explicativas autossuficientes. O autor propõe como método de análise a recuperação da noção de enredamento (*entanglement*), oriunda da teoria do ator-rede, e retoma o conceito de “coisa” - criado por Martin Heidegger - para dar conta da complexidade das relações entre o homem e o mundo físico.

A “coisa” para Hodder pode ser expressa em uma variedade de entidades desde que observada uma relação de interdependência entre elas, umas existindo em função de outras. Neste sentido, a diferença entre coisas e objetos é que os últimos são formas eventualmente materializadas de coisas (ou “fluxos de eventos materializados”), com fronteiras definíveis que paradoxalmente acabam por ocultar a complexidade de suas conexões (HODDER, 2012: 7). Ao apostar no existencialismo heideggeriano e na teoria do ator-rede, a prática para Hodder deve ser compreendida como um emaranhado complexo, permeado por conexões e interdependências entre o homem e o mundo físico, sem que haja preponderância de um ou outro, pois, em certo sentido, até mesmo os humanos são coisas.

Em publicação recente, Lynn Meskell sugere a existência de uma agência material secundária nos objetos, procura desamarar o homem do emaranhado e o recoloca sutilmente em uma posição de primazia, mas ainda dialeticamente orientado pelas vicissitudes do mundo material em um processo que ela denomina *worldly engagement*⁹ (MESKELL, 2013: 1). O resgate do fator humano é uma estratégia crucial para uma abordagem histórica das relações entre o homem e o mundo físico. Em outras palavras, a materialidade não é um dado, mas é um processo social historicamente constituído: a questão não é saber se o mundo material possui agência sobre o mundo humano, mas *quando* efetivamente passa a ter essa eventual agência, quando despontam certas relações sociais entremeadas pela materialidade e quando ela se torna um fator basal para tais relações.

As práticas administrativas, portanto, são ao mesmo tempo práticas materiais. Elas envolveriam a utilização de artefatos diversos: selos estampas e cilíndricos, tabletes numéricos e protocuneiformes, cálamos para inscrição, recipientes, espaços de guarda de documentos, etc. Este sistema de objetos varia no espaço e no tempo: em Uruk, entre 3500 e 3200 a.C. houve, por exemplo, uma progressiva tendência em abandonar a selagem como instrumento da administração *pari passu* com o desenvolvimento do protocuneiforme em tabletes de argila, objetos até então usados para carregar exclusivamente notações numéricas. No entanto, verifica-se a preservação do princípio da arquivagem de documentos, uma prática já consagrada em toda a Mesopotâmia no que se referia à produção, manutenção e descarte de selagens. A existência destes arquivos anteriores ao protocuneiforme demonstra a presença de sistemas administrativos plenamente eficientes e a reutilização do arquivamento como princípio operacional reforça a ideia de que o seu surgimento deve também estar associado a aspectos que transcendem a evolução das notações gráficas.

3.2 O arquivo como sistema de objetos

No final da década de 90, Andrea Pellegram realizou um estudo sobre as relações sociais construídas em torno do uso de papel em repartições públicas. Para a

⁹ Termo de difícil tradução, cujo sentido mais aproximado em português seria uma compromisso inquebrantável entre o homem e o mundo físico. Neste sentido, ela evoca a proposição de Miller quando este elabora o conceito de *habitus* material enfatizando a importância da interação dialética entre o humano e o físico na efetivação de processos culturais.

autora, o papel - em suas mais variadas formas, cores, estilos e materiais - vetoriza diferentes tipos de relações sociais ocorridas em repartições públicas. A autora parte de uma crítica feita a Jean Baudrillard acusando-o de enfatizar demasiadamente os aspectos sógnicos ou linguísticos de determinados objetos ao mesmo tempo em que desconsidera como propriedades físicas de objetos influenciam as mensagens por ele carregadas e, conseqüentemente, nas relações pautadas por eles. O uso cotidiano e reiterado do papel tende, no entanto, a torná-lo invisível, reforçando sua qualidade secundária de suporte (PELLEGRAM, 1997: 103-105).

Pellegram, em seu texto, tende a reforçar o caráter do papel como suporte em branco embora, a nosso ver, seja necessário estabelecer que a concepção mental da mensagem envolve de uma só vez mente e matéria, registro e suporte. Outra crítica a ser feita recai na abordagem individualista do papel, quando este deveria ser analisado sob um viés que transcenda suas fronteiras mais imediatamente visíveis e enfatize uma visão de conjunto. A utilização do papel contempla sua própria multiplicidade na medida em que, no contexto administrativo, sua escolha como artefato-registro pressupõe a formação de um conjunto documental: o papel é fino e maleável, possui tamanhos padronizados e é utilizado tanto em práticas administrativas correntes em um escritório, como também intermedeia relações pessoais em torno da arquivagem ou descarte de papéis, como demonstra a própria autora no final do texto. Daí a necessária faceta arquivística do papel escrito, a qual a autora largamente desconsidera e, equivocadamente, considera o arquivo como o fim da linha para aquele objeto.

Uma vez que o papel tenha sido eleito como objeto de análise, naturalmente a autora focou-se em uma abordagem individualista deste material, praticamente esquecendo que este se insere em um sistema de objetos em que o arquivamento é o elemento central. Mais do que um aspecto sequencial do gerenciamento de dados ou um conceito interpretativo, a guarda de registros administrativos (*record-keeping*) surge como um fator fenomenológico que catalisa a simbiose entre aspectos gráficos e materiais do artefato-registro, deslocando a natureza do documento individual para uma esfera de conjunto. Em outras palavras, a composição material-intelectual de um documento está necessariamente atrelada à produção, circulação, guarda e descarte de outros documentos de natureza semelhante, bem como à integração com dispositivos de controle heterogêneos que possam ainda interagir graficamente com a informação

veiculada nos tabletas, como os tipos de cálamo utilizados e a iconografia proveniente de selos cilíndricos.

Segundo Susan Pollock, os primórdios do protocuneiforme relacionam-se diretamente com o desenvolvimento da burocracia. Para a autora, o ponto forte da notação protocuneiforme é a sua flexibilidade que, diferente de outras tecnologias de guarda documental, pode registrar o tempo, local e tipo de transação (POLLOCK, 1999: 166). Piotr Michalowski ressaltou a peculiaridade do protocuneiforme encarando-o como uma tecnologia de guarda documental que funcionava em paralelo com outros tipos de notação tais como selagens, *tokens* e tabletas numéricas (MICHALOWSKI, 1990: 55). A partir destes autores, fica claro que a compreensão deste fenômeno deve passar pela sua aplicabilidade, que fornece as bases para a transformação destes artefatos em dispositivos de controle utilizados no processo de complexidade social. Ademais, a particularidade do protocuneiforme é um dado histórico importante que pressupõe uma relação direta com processos sociais típicos da cidade de Uruk (POWELL, 1981: 420).

3.2.1 Arquivos antes da escrita

Em 1991, uma série de conferências interdisciplinares publicadas em 1994 sob o título *Archives before writing* reuniu arqueólogos, historiadores e arquivistas devotados aos problemas administrativos característicos do incremento da complexidade social. Para arqueólogos e historiadores, esta foi uma oportunidade para reforçar o argumento de que a escrita não foi determinante no processo de complexificação enquanto que, para os arquivistas, foi um momento importante de reflexão acerca do seu próprio objeto. O tema central, um tanto provocativo, foi o de que a ausência da escrita não impediu a formação de complexos sistemas administrativos já no quinto milênio a.C. Neste momento, o controle administrativo era realizado a partir de arquivos de selagens, um sistema plenamente operacional e que se constitui no primeiro sistema de objetos devotado ao exercício do controle social (FERIOLI et. al., 1994)

Estes arquivos se constituíam em um conjunto de fragmentos de argila selada cuja função era a de lacrar portas restringindo o acesso não autorizado a determinados recintos, provavelmente armazéns comunitários. Quando era necessário adentrar no

recinto, um dos procedimentos oficiais era a quebra do selo, cujos fragmentos eram armazenados em outro local, e a reposição de um novo, provavelmente a marca distintiva da pessoa que entrou no local pela última vez. A arquivagem destes fragmentos permitia a reconstrução posterior dos eventos, conformando e condicionando laços de autoridade baseados na restrição do acesso a bens socialmente produzidos. Nota-se uma grande difusão destas práticas por todo o Oriente Médio, com especial atenção às culturas neolíticas de Halaf e Ubaid.

Muitos selos e selagens se apresentam em condições melhores do que os tabletas protocuneiformes no que diz respeito ao contexto de escavação. Nossos tabletas, conforme visto no capítulo anterior, provêm em sua maior parte de contextos de descarte, situação agravada pela incerteza da natureza dos edifícios sob os quais jaziam. Diversos selos e selagens foram amplamente encontrados em perfeita associação com seu contexto de funcionamento, mas o caso de Arlanstepe-Malatya é digno de nota. A destruição do sítio pelo fogo e o abandono imediato do assentamento foram fatores importantes de preservação do contexto arqueológico, que revelou uma área de descarte documental resultante de uma série de ações consecutivas de depósito de selagens *pari passu* com áreas institucionais nas quais as selagens apareciam de forma mais ordenada, em um provável contexto de funcionamento (FRANGIPANE, 1994: 125).

O sítio de Arslantepe-Malatya localiza-se no sul da Anatólia e em seus primeiros níveis revelava uma cultura tipicamente calcolítica. Esta cultura sofreu uma interferência de elementos do sul mesopotâmico em meados do quarto milênio, acelerando o processo de centralização política. Este momento de centralização, marcado pela presença de edifícios públicos monumentais, correspondeu ao desenvolvimento de técnicas administrativas baseadas na atividade de selagem, que produziu um impressionante número de fragmentos encontrados em descartes: cerca de 1800 fragmentos que traziam mais de uma centena de motivos diferentes. Frangipane afirma que este número de motivos e de selagens refletiu um crescente número de oficiais envolvidos no processo de centralização econômica após a intrusão de elementos urukianos que levou a uma mudança qualitativa no nível organizacional da comunidade (FRANGIPANE, 1994:134).

Este achado estimulou uma série de trabalhos que lidam diretamente com o lado arquivístico de sistemas administrativos surgidos no final da Pré-História. Segundo Fissore,

[...] a ausência da escrita no real sentido não evitou que as mais antigas civilizações formassem sistemas administrativos complexos e refinados. Dentro destes sistemas, o momento da preservação ou arquivamento parecem ser os mais propícios para esclarecer sistemas que controlaram bens usados pela comunidade (FISSORE, 1994: 11).

Em suma, as conclusões gerais do evento conduziram à interpretação de que o ato de arquivar – no caso as selagens - é um ato de memória que condiciona uma “forma de comportamento e um antigo pensamento plenos de considerável integração e sutil interação em um nível prático-jurídico” e que prescinde de documentos escritos (FISSORE, 1994:12). Portanto, arquivar é mais crucial – e antigo - do que escrever. Os selos, operando sob um comportamento arquivístico, conformam relações de autoridade, impedem a violação de espaços físicos condicionando a circulação de pessoas, estrutura uma rede de articulações mais ampla, fabricam a desigualdade de acesso aos bens através de escolhas comunicativas que recaem na composição da iconografia que veiculam.

Porém, devido à temática do simpósio, os pesquisadores estiveram condicionados a procurar elementos que relativizam a importância da escrita como um tipo de registro crucial para a formação de complexos sistemas administrativos. A nosso ver, esta não seria a questão mais importante e sim os significados históricos do surgimento do protocuneiforme e seu processamento arquivístico. Por que a selagem, que era tão eficiente, deixou de ser aplicada? Quais os efeitos administrativos gerados pela aplicação do protocuneiforme? Qual sua relação com o incremento da complexidade social? Procuraremos abordar estas e outras questões na seção seguinte.

3.3 Análise documental: tabletas seladas e não seladas e incremento da autorreferencialidade institucional

A teoria arquivística define o documento como um suporte modificado por uma informação relacionada com as atividades da instituição geradora e que, devido a critérios internos, tal informação é armazenada para consulta posterior. Portanto, a informação modificadora do suporte é uma informação arquivística. Esta informação arquivística gera um documento que possui vínculos necessários com a instituição, por um lado, e com outros documentos por outro, constituindo um conjunto também denominado fundo de arquivo que também pode ser considerado como um sistema de objetos.

Segundo Luciana Duranti, a produção de um documento é orientada segundo determinados princípios sociais. Uma sociedade complexa constitui um conjunto de regras que, mesmo não explícitas a todos, implicam em determinadas sanções cujo objetivo é restringir a livre ação individual. Assim, forma-se um *sistema jurídico* dentro do qual alguns fatos (ou atos quando voluntários) são juridicamente relevantes, ou seja, implicam em um efeito considerado importante para o funcionamento da administração e, em última instância do próprio sistema jurídico. Neste contexto, o documento surge como um instrumento que se associa com a realização de um fato jurídico e condensa três elementos: o fato, aquilo que “rodeia” o documento; a forma, os caracteres físicos e intelectuais de um documento; documentação, o procedimento que incorpora o fato à forma documental. Este sistema jurídico é historicamente constituído na medida em que leva em conta o desenvolvimento da complexidade das relações sociais (DURANTI, 1996: 48-51).

A noção de sistema jurídico pode ser aplicada com alguma justeza na sociedade mesopotâmica entre 3500 a 2900 a.C. na medida em que o incremento da complexidade certamente estimulou o desenvolvimento de uma série de regras relacionadas ao controle, acesso e utilização de bens socialmente produzidos. Selagens e tabletas, ao serem utilizados como dispositivos de controle sob uma lógica arquivística, poderiam ser considerados como “testemunha de um fato de natureza jurídica ou administrativa, elaborado segundo a observância de certos padrões que são destinados a garantir sua confiabilidade e dá-lo força de prova” (FISSORE, 1994: 340). Em certa medida, a

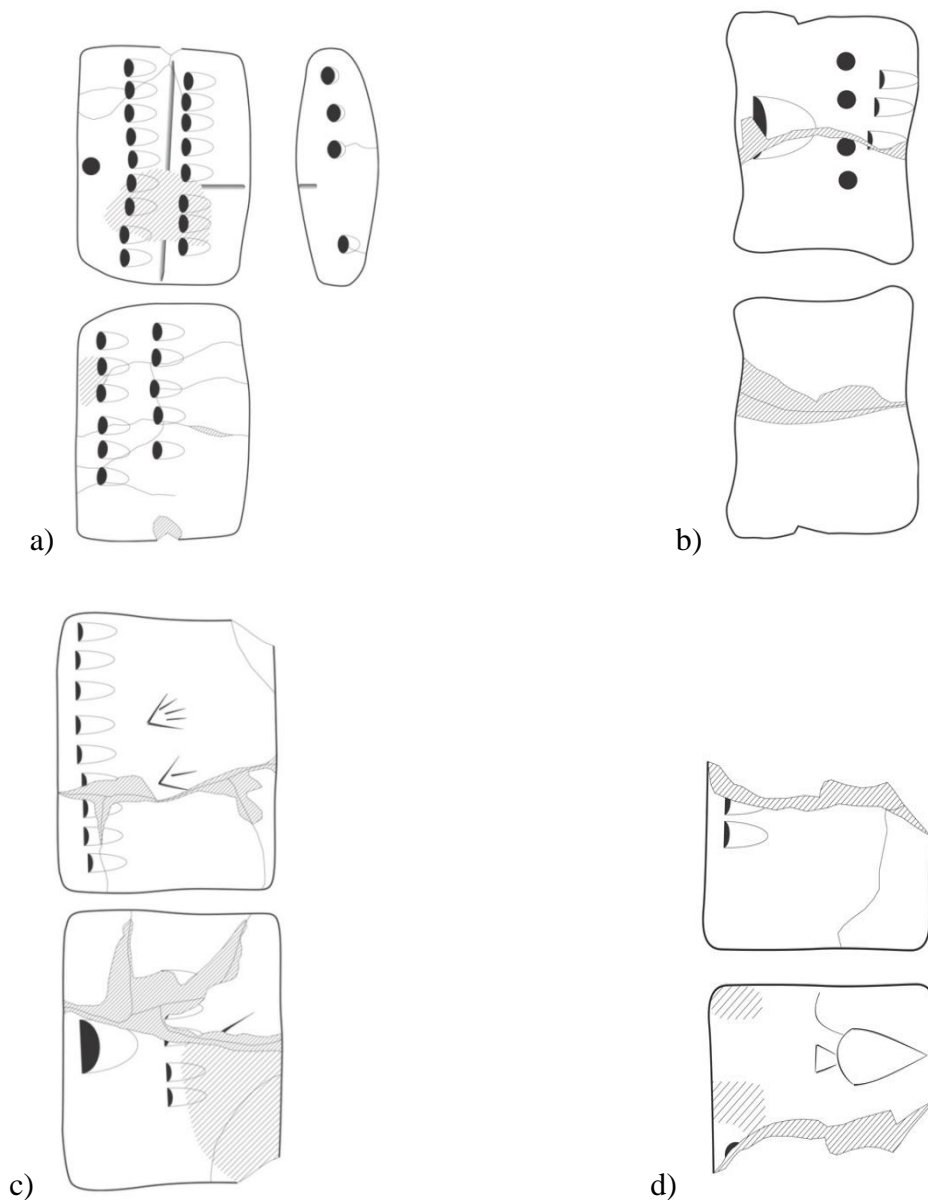
produção de um documento pode ser considerada como um ato juridicamente relevante na medida em que determinados trâmites administrativos pressupunham a fabricação de um objeto fisicamente durável de modo a conectar espacial e temporalmente sujeitos que não se relacionassem diretamente.

No entanto, é necessário observar que no período compreendido acima a reunião daqueles três elementos – fato, forma e documentação – sofreu considerável alteração segundo o panorama histórico que se apresentava. Tal alteração pode ser mais bem observada quando separamos os documentos em dois grupos: tabletes selados e tabletes não-selados, ao invés das tradicionais categorias evolutivas que se prendem aos aspectos eminentemente gráficos dos documentos. Ao considerarmos a selagem como parâmetro – que, como vimos, era a contrapartida física de procedimentos administrativos bem estabelecidos já no quinto milênio a.C. através do uso de sinetes – partimos do princípio de que ela se constituiu na forma de documentação por excelência do mundo proto-urbano, inclusive quando surgem no registro arqueológico as primeiras notações gráficas enquanto as notações protocuneiformes tendem a se constituir em uma expressão gráfica típica da cidade de Uruk. Portanto, não há uma relação de substituição necessária entre os dois sistemas gráficos.

A selagem descrita acima se refere ao processo de criação de lacres de portas, cujos fragmentos eram guardados de forma a reconstruir entradas e saídas em recintos de acesso restrito. Mas dado o seu caráter amplo, a selagem era também utilizada como base jurídica para lacres de produtos, *bullae* e tabletes. Desde as primeiras descobertas de selos e selagens na Mesopotâmia – em um padrão de descarte muito parecido com o dos tabletes protocuneiformes – houve um extenso debate sobre o significado das mensagens iconográficas veiculadas por tais objetos. Hans Nissen acredita que selos esquemáticos não figurativos são de uso coletivo e pertencem a grupos inteiros enquanto selos figurativos, pelo alto custo de produção, pertenciam a indivíduos específicos (NISSEN, 1977: 13). Reinhard Dittman, ao estudar intensivamente os selos provenientes de Susa, concluiu que descreviam literalmente atos administrativos (DITTMAN, 1986: 332). Para Holly Pittman, a mensagem iconográfica *per se* era secundária como ato comunicativo já que o ato de realizar uma marca era o que conferia poder ao símbolo. E apesar de formalmente distintas, todas as selagens encontradas no mundo proto-urbano compartilham de convenções que permitem sua decodificação em um amplo horizonte geográfico (PITTMAN, 1994: 177).

3.3.1 *Tabletes potencialmente selados*

Dos 437¹⁰ exemplares encontrados na Mesopotâmia e regiões adjacentes, situados cronologicamente na transição entre Uruk V e IV, (fase V ou numéricos) 78 são provenientes de Uruk, nas condições citadas no capítulo anterior. Porém, apenas 49 são selados e os motivos totalizam 16. Abaixo, alguns exemplares de textos numéricos e numérico-ideográficos urukianos



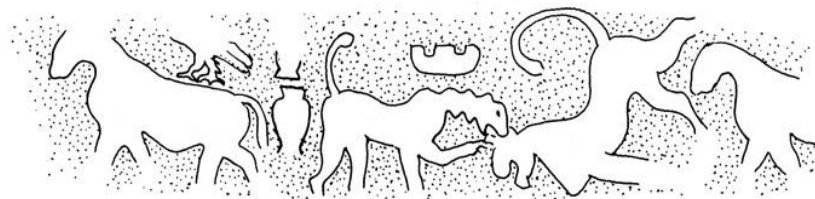
Com relação à iconografia encontrada, todos os motivos são figurativos. Optamos por dividir os motivos em “cenas de poder” e “cenas sem demonstração

¹⁰ Optamos por excluir de nossas considerações os tabletes de gesso encontrados no Templo Branco pois a natureza destes objetos é incerta. Eles totalizam 18 exemplares, dos quais 6 são selados apresentando um único motivo.

explícita de poder” buscando possíveis relações entre o exercício de autoridade em Uruk com as selagens realizadas.

Cenas de poder:

- Entre animais

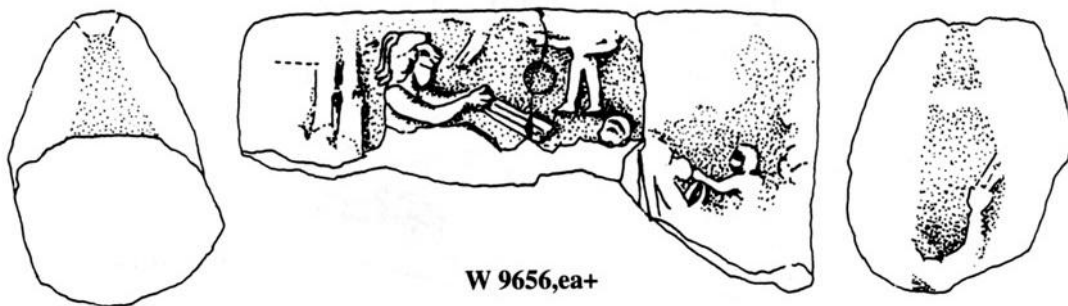


a)¹¹

Siegel Nr. 2

- Entre humanos:

b)¹²



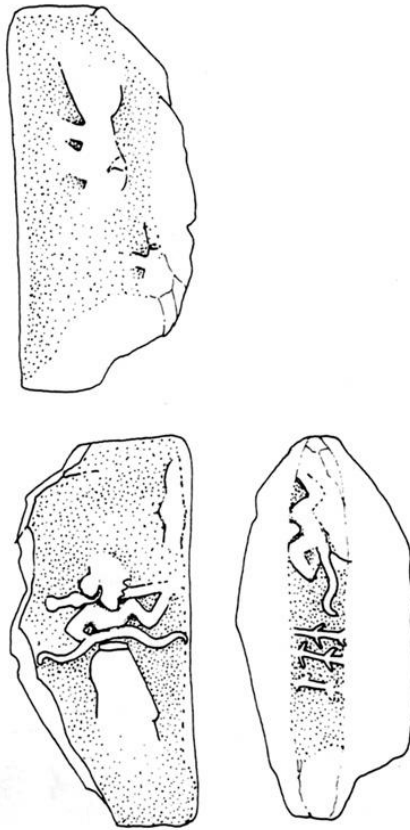
W 9656,ea+

Siegel Nr. 18

- Entre humanos e animais:

¹¹Aparece quatro vezes. Notar produtos manufaturados.

¹²Aparece uma vez



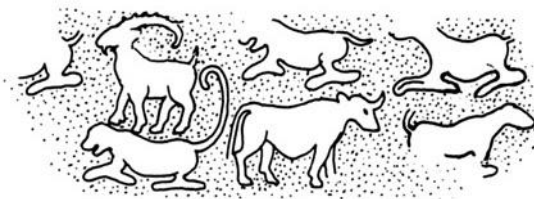
W 7883

Siegel Nr. 17

c)¹³

Cenas sem demonstração explícita de poder:

- Animais:

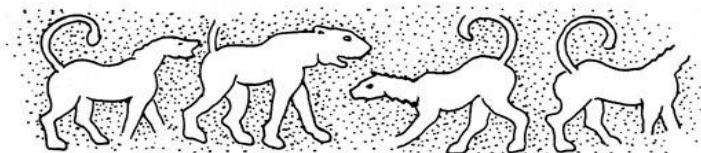


Siegel Nr. 8

d)¹⁴

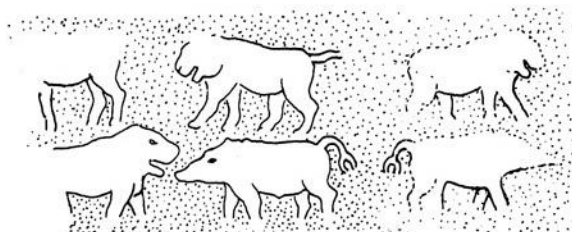
¹³Aparece duas vezes

¹⁴Aparece 13 vezes



Siegel Nr. 1

e)¹⁵



Siegel Nr. 7

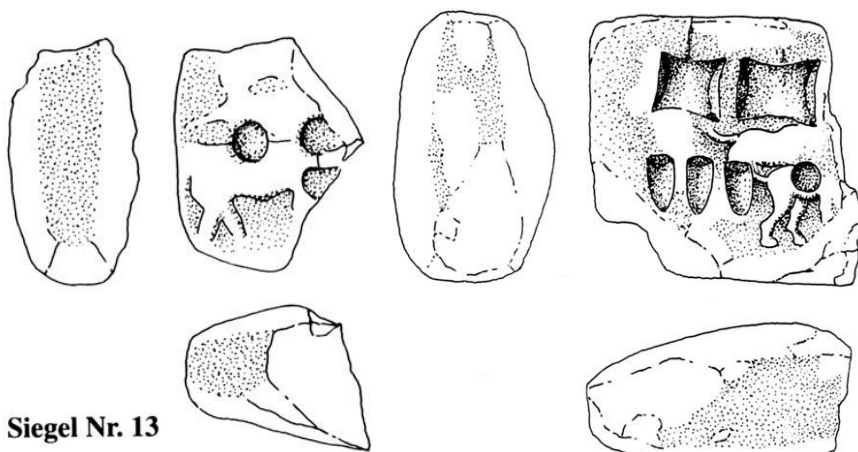
f)¹⁶

Siegel Nr. 9



W 9656.gc

g)¹⁷



Siegel Nr. 13

W 9492

Siegel Nr. 14

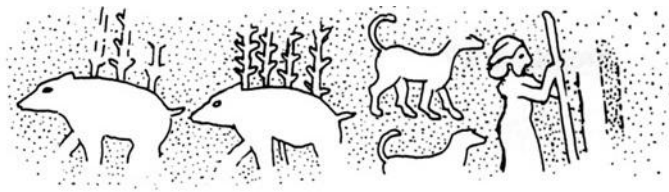
h)¹⁸

¹⁵ Aparece 7 vezes

¹⁶ Aparece três vezes

¹⁷ Aparece uma vez

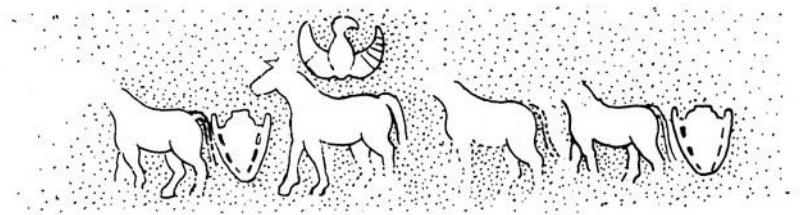
- Animais e humanos:



Siegel Nr. 16

i)¹⁹

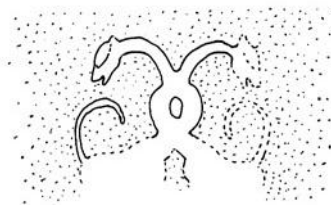
- Animais e produtos manufaturados:



Siegel Nr. 3

j)²⁰

- Animais estilizados:



Siegel Nr. 5

j)²¹

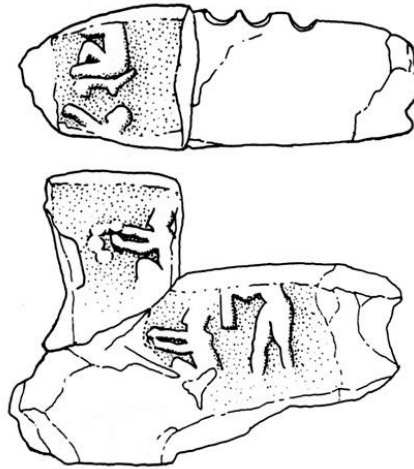
¹⁸ Ambos aparecem uma vez cada

¹⁹ Aparece 5 vezes

²⁰ Aparece uma vez

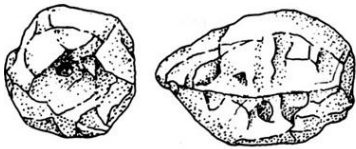
²¹ Aparece 4 vezes

- Humanos:



k)²²

Não identificados



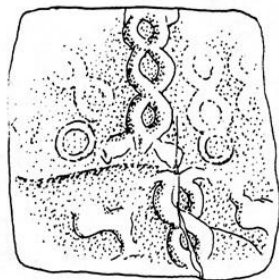
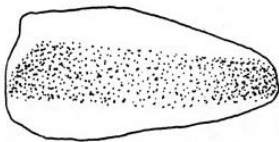
Siegel Nr. 10



Siegel Nr. 12

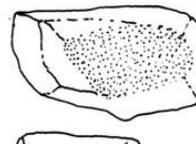
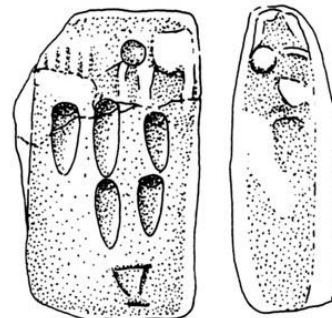
W 6881,01

l)²³



m)²⁴

W 9655,ak



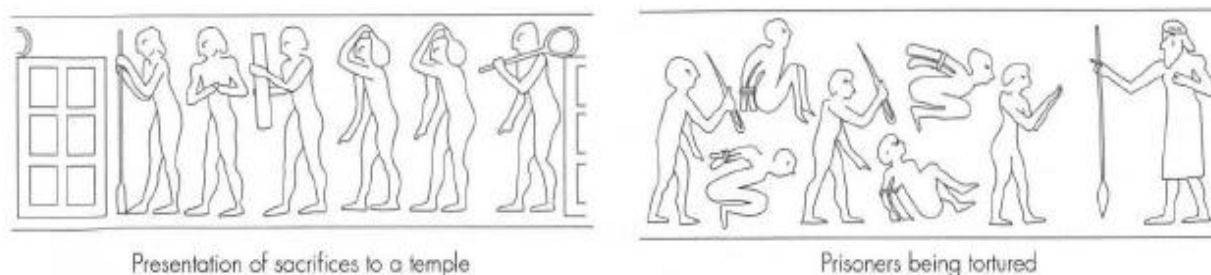
Siegel Nr. 15

²² Aparece uma vez

²³ Aparece uma vez cada

²⁴ Aparece uma vez cada

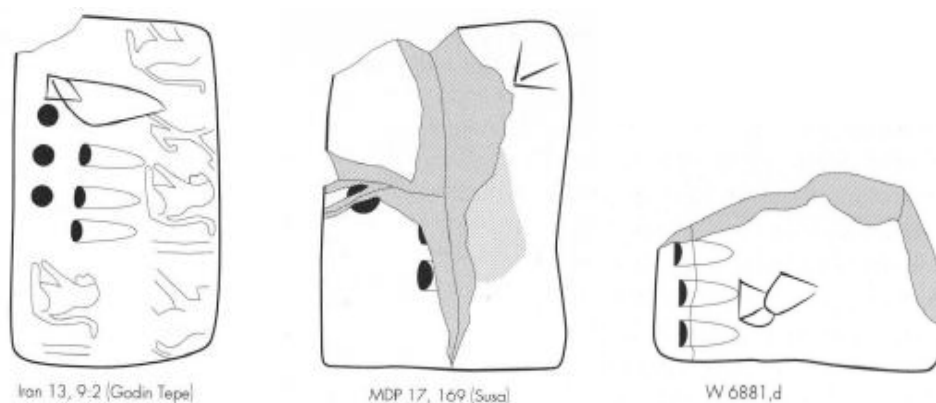
Os selos revelam que, ao contrário de selagens de outras naturezas no contexto urukiano, a maior parte dos motivos refere-se a cenas sem demonstração explícita de poder, estas geralmente apresentando uma figura proeminente sobre outras de não individualizadas e de menor tamanho ou ainda ofertas, como os exemplos abaixo, oriundos do mesmo sítio:



(fonte: ENGLUND, 1998: 44)

A partir destes dados, é possível elaborar algumas hipóteses. Primeiramente, a ausência de selagens em uma parcela considerável de tabletes demonstra que tal procedimento não era necessário para garantir a autenticidade de uma transação ocorrida internamente em uma instituição ou grupo específico. Uma vez que os tabletes numéricos eram utilizados amplamente como suporte de uma tecnologia de contabilidade, sua transformação em documento requeria a selagem como procedimento jurídico apenas em casos específicos, provavelmente quando a transação referida se realizava entre esferas distintas, como instituições em outros centros urbanos ou chefias locais.

Segundo Holly Pittman, as selagens constituem um sistema sígnico característico de uma cultura estendida, havendo um padrão cultural no mundo proto-urbano que permitia uma decodificação das mensagens simbólicas dos selos (PITTMAN, 2001: 405) Já o proto-elamita compartilha diversos sinais do protocuneiforme e Englund demonstrou a existência de tabletes em Susa ou em outras regiões de cultura proto-elamita que compartilham características similares aos tabletes selados de Uruk:



(Fonte: ENGLUND, 1998: 54)²⁵

A utilização meramente ocasional de marcas ideográficas era uma estratégia importante para garantir a inteligibilidade das notações em um amplo horizonte cultural, já que se tratava de poucos sinais a serem aprendidos. Ainda, o fato de que boa parte das marcas protocuneiformes que figuram nesses tabletes selados são provenientes dos formatos dos *tokens* pode se relacionar com esta tendência, uma vez que aqueles pequenos dispositivos contábeis circulavam por contextos correspondentes ao mundo proto-urbano como um todo. A semelhança dos sinais é o único indício plausível da circulação de tabletes entre centros geradores de informação, embora este trânsito seja pouco evidente nas evidências arqueológicas mais gerais.

Tabletes apresentando ideogramas não ostentam imagens de dominação entre humanos. O tablete que apresenta uma luta entre animais talvez se refira a um trâmite realizado com chefias locais subjugadas. Há de se notar, neste caso, que a luta se dá entre animais iguais – provavelmente leões – e não um animal forte contra um indefeso (leão contra um antílope, por exemplo). Este selo em particular pode referir-se a um processo de subjugação entre elites concorrentes, porém localizadas em um espaço próximo. Tabletes numero-ideográficos, talvez circulantes entre centros de poder, demonstram um maior equilíbrio de forças entre instituições.

Diante das evidências até agora demonstradas, a hipótese de Dittman relativa à descrição de atos administrativos parece mais plausível. Mas gostaríamos de problematizar a hipótese de Nissen com relação à vinculação de um símbolo a um

²⁵ W 6881, d de Uruk. Notar ainda a semelhança entre MDP 17, 169 e W 06881, exposto acima.

indivíduo²⁶. A nosso ver, o trabalho que envolvia a fabricação de um selo detalhado não era em vão na medida em que a selagem era um processo de documentação que se referia à realização de um ato juridicamente relevante. Em outras palavras, este ato em especial assumia formas “ritualizadas” que permitiam caracterizá-lo como tal. As selagens expressavam antes de tudo a marca de um ato administrativo em particular cuja decodificação era compartilhada pelos agentes institucionais.

Com relação ao contexto de circulação de tais mensagens, há uma grande possibilidade de que as selagens eram realizadas internamente de forma a constituir um universo comunicativo referente a pessoas de uma mesma instituição, de instituições e não entre instituição e sociedade em geral. Antes, os mecanismos de controle utilizados por uma elite administrativa em relação a grupos sociais mais amplos passavam pela monumentalidade de obras “públicas” e monopólio da intermediação entre a esfera temporal e mítica, embora a negociação entre elites e chefias locais tenha produzido objetos selados fora de uma grande organização. Os vínculos hierárquicos entre a camada de administradores eram literalmente conformados por objetos cuja durabilidade acabou por formar uma “memória material” extrassomática profundamente vinculada com o controle social. Por sua vez, os poucos ideogramas existentes pareciam estar vinculados a trâmites de longo alcance, principalmente entre instituições de poder equivalente.

3.3.2 *Tabletes não-selados*²⁷

Em fins do período Uruk Tardio – aproximadamente 3200-3100 a.C., o mundo proto-urbano começa a entrar em colapso. Há o abandono de diversos centros urbanos ao Norte da Mesopotâmia, assim como o surgimento de uma cultura específica no Planalto Iraniano e Susiana – a proto-elamita. Em Uruk, este momento coincide com a constante reformulação do recinto de Eanna ocorrida no nível arqueológico IV, subfases ‘a’ e ‘b’ e com o desenvolvimento dos tabletes protocuneiformes que, na prática, se constituiu em um inverso dos tabletes numéricos anteriores: abandona-se a selagem e

²⁶ Indivíduos proeminentes possuiriam selos exclusivos e bem trabalhados na medida em que era “caro” fabricá-los.

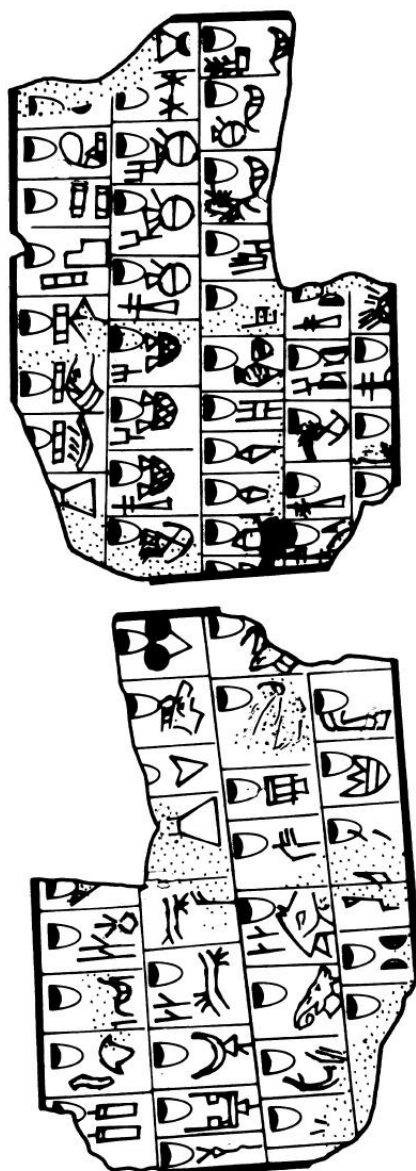
²⁷ Os tabletes não selados, no caso, referem-se aos tabletes nos quais figuram a escrita protocuneiforme. Os tabletes não selados da fase V não são colocados nesta categorização na medida em que a selagem era a principal forma de expressão de atos jurídicos e administrativos.

privilegiam-se as notações gráficas, antes esparsas. Estas características, em nossa interpretação, revelam uma tendência autocentralizadora talvez como uma resposta administrativa local aos novos tempos.

Um dado contextual a ser ressaltado é que tabletes numéricos e numero-ideográficos estavam muito próximos temporalmente dos tabletes protocuneiformes da fase IV. O potencial arquivístico dos primeiros tipos de tabletes era muito baixo uma vez que as informações lacunares pressupunham a presença física dos indivíduos geradores da informação. Ademais, estes tabletes foram encontrados nos mesmos contextos de deposição dos tabletes fase IV: as fissuras no solo, ao serem preenchidas de uma só vez, continham tabletes oriundos de um mesmo agrupamento, ou de agrupamentos próximos temporalmente.

A fabricação de tabletes protocuneiformes, a nosso ver, não estava relacionada diretamente com a perda da capacidade de memória natural em virtude da complexidade dos dados a serem administrados (clássica tese que figura nos manuais escolares), mas resulta antes de tudo da associação historicamente constituída entre controle e materialidade. A partir do nível de descarte, é possível observar que produção documental cresce em grande velocidade no final do Uruk Tardio (2268 exemplares, contando com tabletes especificados no CDLI como “Uruk V”) e alcança níveis exorbitantes no período seguinte, o de Jemdet Nasr (4386 exemplares, dos quais 3097 provenientes de Uruk). Tomando por base que o processo de documentação é resultado da fusão entre fato juridicamente relevante e forma, há a criação de listas lexicais que, além do papel importante na educação do escriba, foi um claro indício da tentativa de se apreender simbolicamente a realidade através de conceitos administrativos, gerando fatos a serem gerenciados institucionalmente.

Na fase Uruk IV, consta a existência de 11 léxicos e os principais conceitos a serem aprendidos pelos escribas eram (sintomaticamente) os “oficiais” (seis listas), representados em sua maioria pelos sinais EN, NUN, SANGA, TE, GEŠTU, entre outros. Outros temas eram: recipientes, metais e duas outras de natureza desconhecida, talvez vocabulários. Abaixo uma lista de oficiais LuA fase IV.

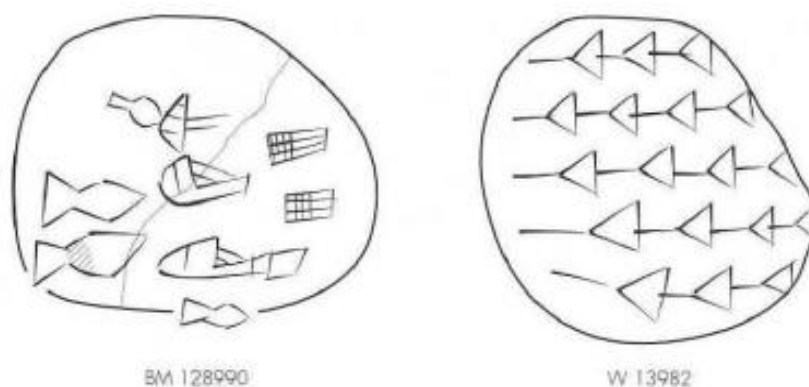


O verso (parte superior) deste tablete apresenta alguns padrões a serem observados. Nas linhas três a oito da primeira coluna (a contar da direita para esquerda e de cima para baixo) o conceito NAN associa-se a sinais variados. Na segunda coluna, vemos GEŠTU, NUN (oficiais) associados a UKKIN e GA. Possivelmente uma organização hierárquica em torno de determinadas atividades. O reverso, por sua vez, não apresenta tais sinais, embora outros sinais relacionados à autoridade como PAP sejam mais comuns.

No período Jemdet Nasr, o número de léxicos sobe para 685, um crescimento exponencial de conceitos e de temas. Além daqueles encontrados na fase IV, novos temas como tipos de animais selvagens (pássaros, peixes, etc.), madeiras, grãos, rebanhos, referências geográficas e cidades surgem nas listas. Este crescimento de

conceitos administrativos pode se relacionar com a hipertrofia documental característica do período, momento de reconfiguração de poder dos centros urbanos mesopotâmicos após o final do período Uruk.

Apesar da tendência em “engessar” o mundo sob uma perspectiva administrativa através da criação de conceitos específicos, a composição dos tabletes não possuía uma padronização geral: nem ao nível de fórmulas documentais, nem de um possível sistema geral de proto-escrita. Como demonstram alguns tabletes escolares, o aprendizado do escriba se realizava com a memorização e habilidade de inscrição de determinados sinais, os quais eram inscritos repetidamente:



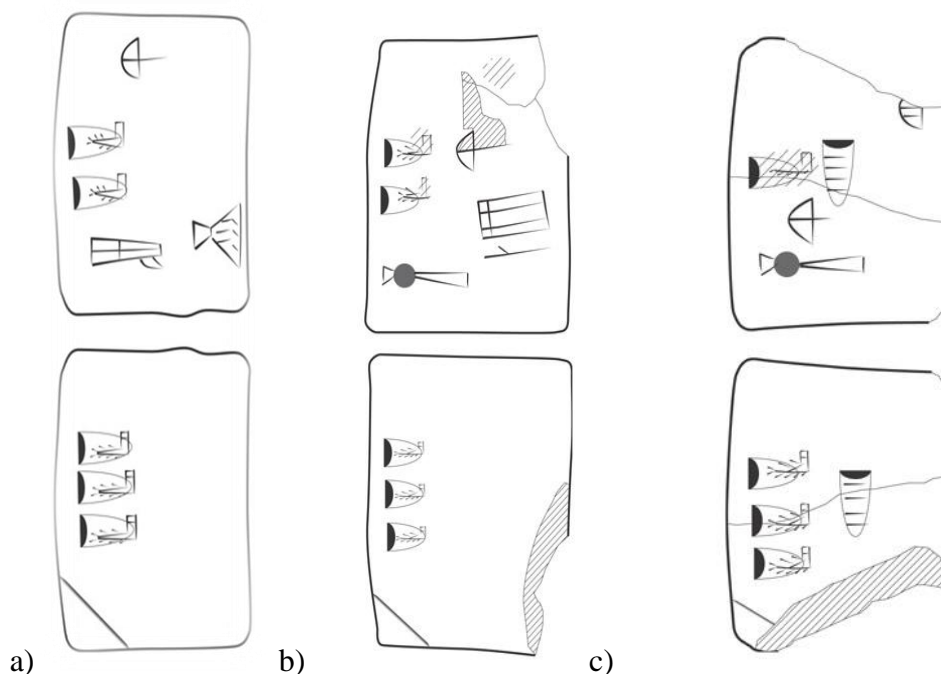
(fonte: ENGLUND, 1998: 85)

A utilização de determinados sinais, inclusive, poderia ser bastante restrita, assim como as associações entre um determinado grupo de notações. Como demonstra Damerow, grande parte dos sinais aparece poucas vezes:

<i>Number of attestations</i>	<i>Number of signs</i>
1	530
2 - 10	610
11 - 100	370
more than 100	104

(fonte: DAMEROW, 2006: 6)

Dado o baixo índice de convenção gráfica, até mesmo a ideia de que o protocuneiforme fosse um *sistema* é colocada em dúvida. O uso de muitos sinais parece estar diretamente atrelado a trâmites administrativos específicos, como no caso abaixo:



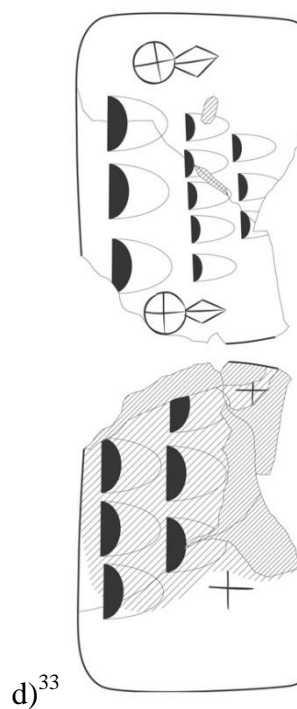
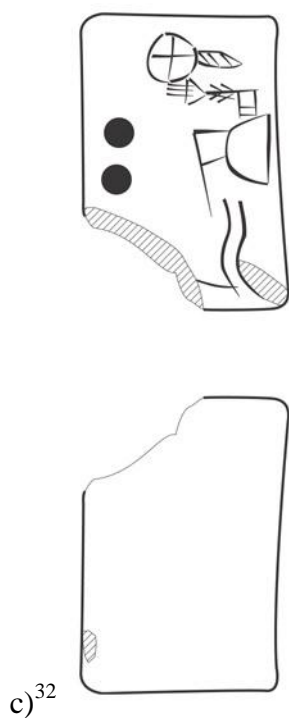
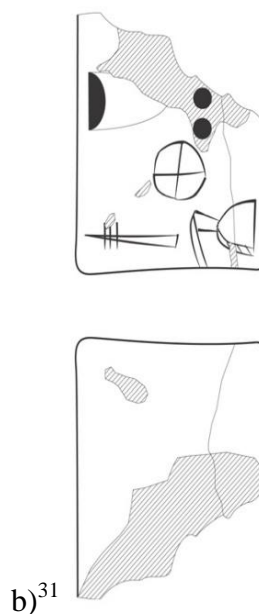
Os tabletes acima apresentam dois elementos que se associam quase exclusivamente: o numeral 'N07~a'²⁸, que representa uma quantidade não conhecida, e o sinal BA. Este numeral, composto por uma marca oblíqua (N01) e o sinal EN - 'administrador-chefe' - das 23 ocorrências totais deste sinal²⁹, 18 se associam a 'BA', cujo significado é "distribuição" (ENGLUND, 1998: 70). Estes três exemplos são significativos na medida em que a contabilidade desta distribuição envolvendo o número 'N07~a' tende a não especificar o produto envolvido, o que sugere uma informação lacunar, dependente da oralidade. Esse numeral tem uma utilização muito restrita no tempo e, portanto, fortemente contextual. Notemos ainda os oficiais SANGA (tablete 'a') e EŠDA (tablete 'b' e 'c'), sendo que o tablete 'a' especifica o local UNUG (Uruk). Se há certa exigência com relação a oficiais (recordemos a ênfase dada a tais conceitos nos léxicos), informações como lugares são complementares. É possível observar o uso restrito do numeral 'N07~a' no tempo e, portanto, a utilização efêmera de

²⁸ O sistema numérico arcaico é composto por diversos tipos de numerais que, de acordo como o produto contado, tendem a aparecer de formas diversas. N07 refere-se à posição que o sinal referente a este numeral ocupa em uma lista de sinais formulada pelo Grupo de Berlin de um total de aproximadamente 60 sinais.

²⁹ cdli.ucla.edu. Acessado em 13/4/2013.

certos conceitos que estariam mais associados ao trâmite econômico-administrativo do que a um significado "gramatical".

Há indícios, inclusive, de uma relação direta entre o desenvolvimento de notações associado a procedimentos administrativos. Os tabletas abaixo demonstram esta tendência:

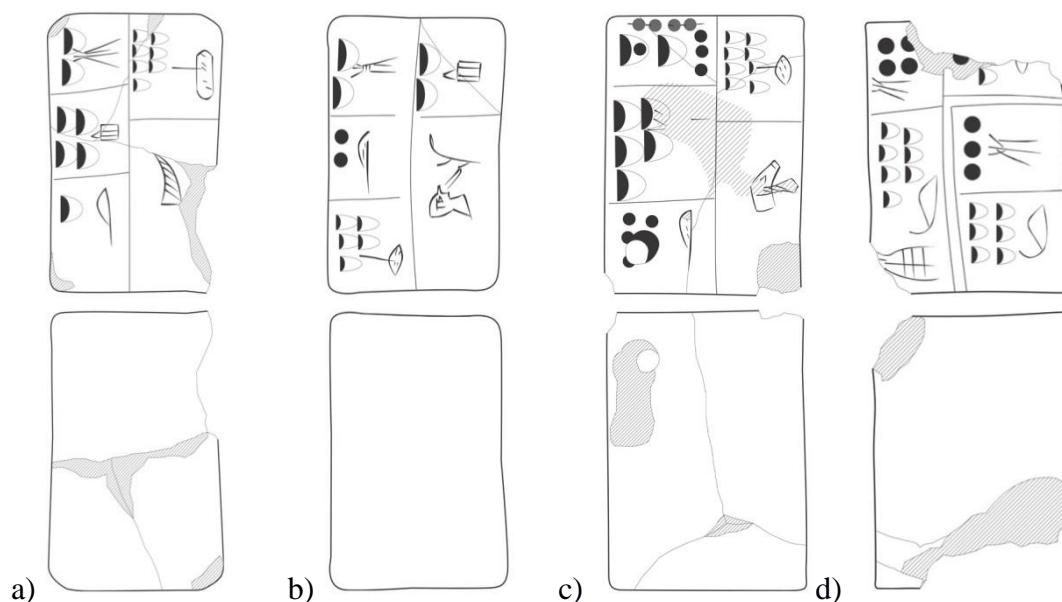


³⁰ Contagem de vinte (2N01) caprinos machos (UDUNITA).

³¹ Contagem de oitenta (1N34+2N14) caprinos (UDU).

O sinal GURUŠDA possui um significado duvidoso: pode se relacionar a um recipiente de gordura animal, matéria-prima para laticínios, ou referir-se ao ato de "engordar" um animal. Há uma relação bastante próxima - embora não exclusiva - entre GURUŠDA, UDU e subgêneros deste sinal como 'UTUA' (espécie), 'UDUNITA' (gênero) e 'MAŠ' (classificação etária?): das 37 ocorrências de GURUŠDA na fase IV, apenas 12 não apresentam associação com sinais relativos a gado caprino, destas 4 são fragmentos e, por isso, incertos. Há de se notar que em dois casos aparecem dois tipos de caprinos em um mesmo tablete, o que significa que adições gráficas ao sinal 'UDU' correspondem ao detalhamento por espécie ou gênero segundo propósitos administrativos. Há, portanto, o desenvolvimento de significados através de notações diretamente relacionadas ao *record-keeping*, no caso cumprindo uma função discricionária. O “sistema” UDU-GURUŠDA será reutilizado na fase III, embora proporcionalmente bem menos do que na fase IV.

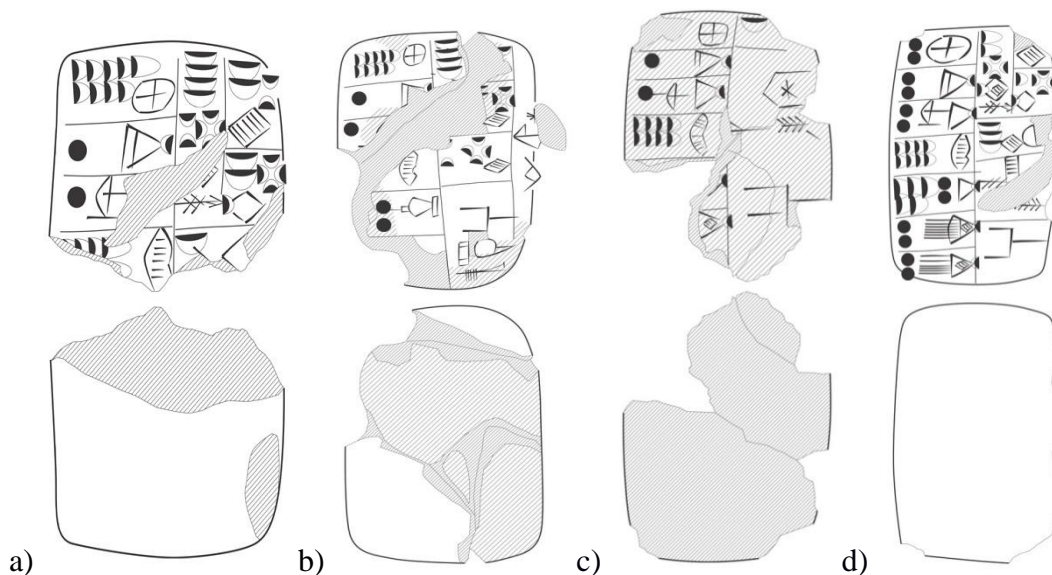
Uma vez que um grupo de atos administrativos se vinculava a um processo que por sua vez gerava documentos, o vínculo entre tabletas tornava-se mais evidente. No entanto, não há evidências de transferência de informações de um tablete para outro, fenômeno que ocorrerá com mais evidência na fase III. Uma possível estratégia foi a composição de estruturas documentais similares:



³² Contagem de vinte espécies determinadas de carneiros (UTUA).

³³ Contagem de setenta caprinos filhotes (MASZ) dos quais 38 são machos (UDUNITA).

Estes tabletas são relativos à contagem de um produto medido por GAR3 demonstram uma associação recorrente entre este sinal e ZATU694, localizados respectivamente no canto inferior direito do tablete 'd': 14 ocorrências, atestadas somente na fase IV. Os tabletas a seguir, já da fase III, apresentam inclusive uma ordenação similar de produtos listados:



Estes tabletas, iniciados com a contabilidade de UDU, ŠITA, BA.ŠITA, assinados pelo oficial GEŠTU e os outros tabletas supracitados são indícios de que tais documentos possam ter sido gerados em um mesmo processo e constituem uma pequena série documental em que tabletas podem ter sido compostos para adicionar quantidades à contabilidade previamente realizada. Através de tais informações, é possível considerar que a organização administrativa do final do Uruk Tardio e Jemdet Nasr era em grande medida pulverizada através de uma constelação de processos compostos por uma grande massa documental.

Há alguns indícios que podem comprovar esta hipótese. O primeiro deles diz respeito à arquitetura dos períodos aqui considerados. As estruturas tripartites do período IV são muito compartimentadas e compostas de espaços pequenos que dificilmente poderiam alocar arquivos de médio e grande porte e os grandes espaços eram provavelmente destinados a grandes reuniões ou eventos religiosos. O mesmo para a arquitetura do período Jemdet Nasr, cujas intrincadas estruturas são um mistério aparentemente insolúvel (ver plantas no capítulo 2). Outra evidência, menos exata,

aponta para o padrão de achado dos tabletes em um contexto que não de descarte: foram encontrados em pequenos grupos – Edifício 11 em Eanna e a Grande Construção em Jemdet Nasr - com relações contextuais pouco prováveis com os locais de achado. Uma terceira evidência, de caráter textual, é a presença de indexadores (sinais específicos alocados em uma posição de destaque no tablete provavelmente se referindo ao ato administrativo realizado ou ao processo no qual se vincula a documentação) em boa parte dos tabletes, assim como estruturas semelhantes de composição. Esta estratégia de organização parece pouco eficaz em um fundo de arquivo mais extenso.

Tais indícios, somados à existência das etiquetas, fazem supor não apenas uma organização descentralizada como também a ausência de um local para guarda de arquivos. Os pequenos grupos de tabletes deviam ser mantidos juntos em unidades de arquivamento perecíveis – como bolsas de couro ou de palha – nas quais se afixava uma etiqueta que identificava a natureza dos tabletes ou, o que é mais provável, os oficiais responsáveis pela documentação. Uma vez guardados em tais bolsas, os tabletes poderiam ser deslocados para partes diversas do complexo de Eanna, onde fosse necessário consultá-los.

O quadro que se apresenta em termos de práticas administrativas no final do período Uruk é o seguinte: a mudança histórica das sociedades complexas relacionada à “crise” do mundo proto-urbano levou a uma busca por soluções locais de caráter administrativo, cuja principal característica é uma crescente internalização das instituições geradoras de informação. O protocuneiforme, já presente em tabletes selados numero-ideográficos, foi desenvolvido e utilizado como o tipo de notação característico desta nova configuração administrativa, substituindo a selagem antes utilizada em suportes mais variados. Por conta da experiência histórica de relação entre materialidade e práticas administrativas, houve uma proliferação de tabletes relacionada à criação de conceitos administrativos que, conseqüentemente, se associavam a um incremento no universo de atos juridicamente relevantes.

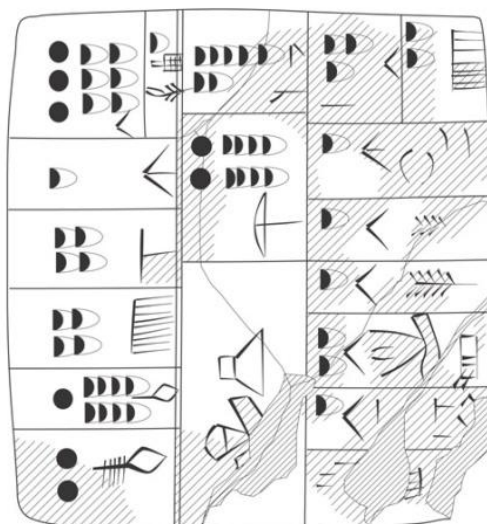
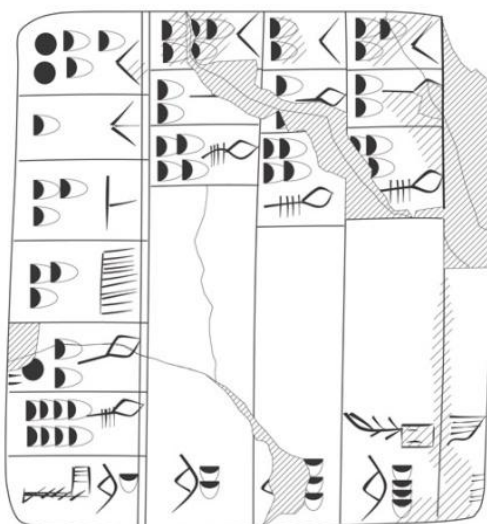
Esta hipertrofia documental, iniciada no final do período Uruk e radicalizada no período Uruk III, somada ao baixo nível de padronização do protocuneiforme, conformava, por um lado, padrões de autoridade através da manipulação arquivística de documentos e, por outro, conduzia a um aumento generalizado da participação de

oficiais em trâmites administrativos, já que a decodificação de parte das mensagens dependia da comunicação oral.

Daí a importância crescente de se atestar os oficiais envolvidos no processo de arquivamento, conforme mostram inúmeros documentos-listas que veiculam apenas quantidades e nomes de oficiais ou cargos: a tendência à pulverização da informação – literalmente entendida como dispersão física dos tablettes - era contrabalançada por uma rígida tentativa de controle do percurso informacional em termos de autenticidade da informação, ato de documentação e mesmo estatísticas de produção e consumo: era vital para a administração ter em mãos informações essenciais diante de uma burocracia potencialmente caótica. O sistema de administração de tempo U4 foi um recurso interessante surgido no período Jemdet Nasr para minimamente dar conta destes problemas.

3.3.3 Sistema U4

O sistema de contagem de tempo baseado no sinal U4 foi descoberto pelo assiriólogo soviético A. A. Vajman, que percebeu um paralelismo entre o sistema sexagesimal de contabilidade de grãos e as notações utilizadas para qualificar o sinal U4, de caráter bastante polissêmico (ENGLUND, 1998: 122). Vajman demonstrou ainda duas lógicas de contagem: uma cardinal, utilizada para a contabilidade de produtos pelo total de dias, privilegiando uma síntese estatística e outra ordinal, referindo-se a dias específicos (primeiro, segundo, terceiro, etc.). A seguir, um tablete encontrado em Jemdet Nasr que demonstra uma contagem ordinal a partir de colunas. Na parte inferior, é possível notar o sinal U4 qualificado por numerais correspondentes aos dias (“dia 1”, “dia 2”, etc.) nos quais foram contabilizados determinados produtos. No reverso o total de produtos contabilizados nos dias referidos:

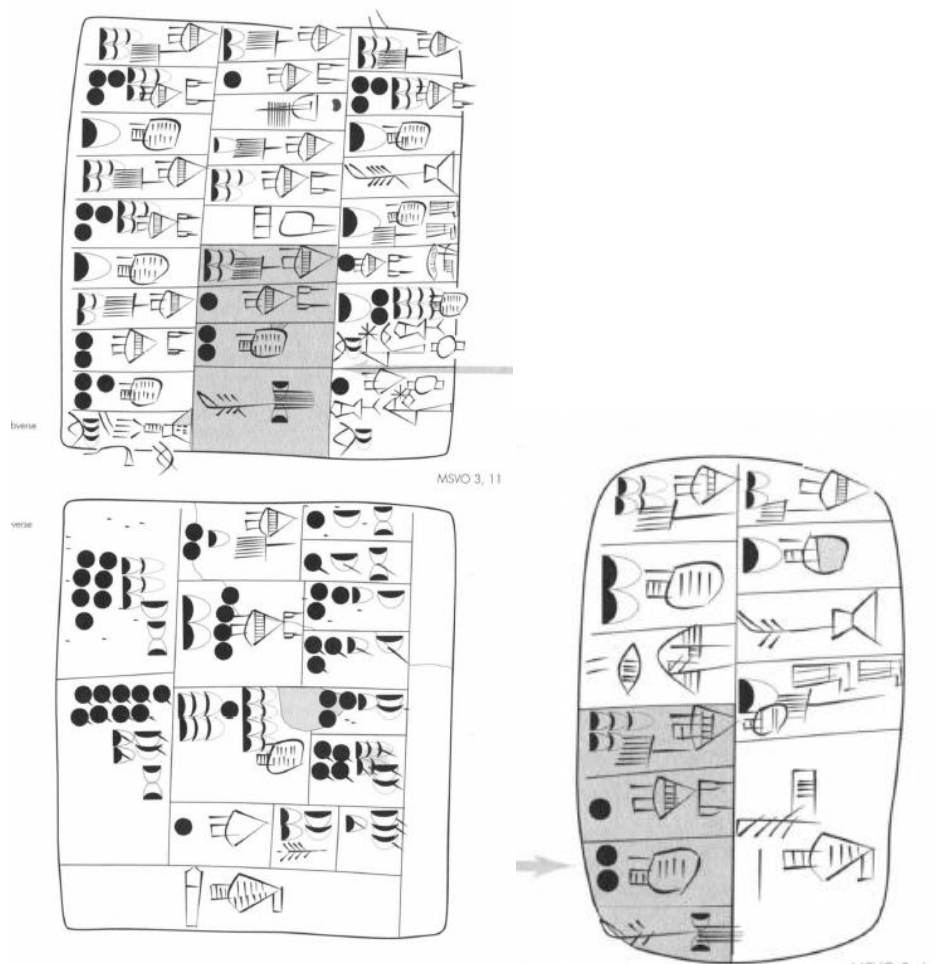


a)

O sistema U4 demonstra o desenvolvimento de uma autorreferencialidade administrativa como uma espécie de “efeito colateral”. A produção de estatísticas semanais, mensais e até mesmo anuais não poderia ser realizada sem consulta a documentos previamente guardados e este mecanismo de transferência de informação sugere que os administradores, antes devotados quase exclusivamente à administração econômica, começaram a notar que os problemas gerados pela burocracia tinham uma origem dentro da própria instituição, uma organização que, conforme se torna complexa, tende a se centrar em sua própria estrutura de funcionamento. Neste quadro, há a formação de um verdadeiro horizonte arquivístico, com claras referências a um fundo de arquivo no qual os documentos se relacionam de forma mais evidente entre si do que em momentos anteriores. Antes de tudo, é uma estratégia de motivação material,

já que se trata da racionalização da produção e descarte documental para evitar uma intensa profusão de tabletes.

A interdependência arquivística – documentos gerando outros documentos ao invés de concebidos associados a um ato de natureza econômica - pode ser detectada não apenas pela presença do sinal U4. Outro sinal, DUB (tablete), pode referir-se ao ato de consultar um documento previamente elaborado, embora não seja uma regra. Grandes resumos certamente se utilizavam de consultas documentais. O que configura o sistema U4 como importante em nosso estudo é a “filtragem” de informações ao longo do tempo. Dois tabletes encontrados em Uruk demonstram esta transferência de informações

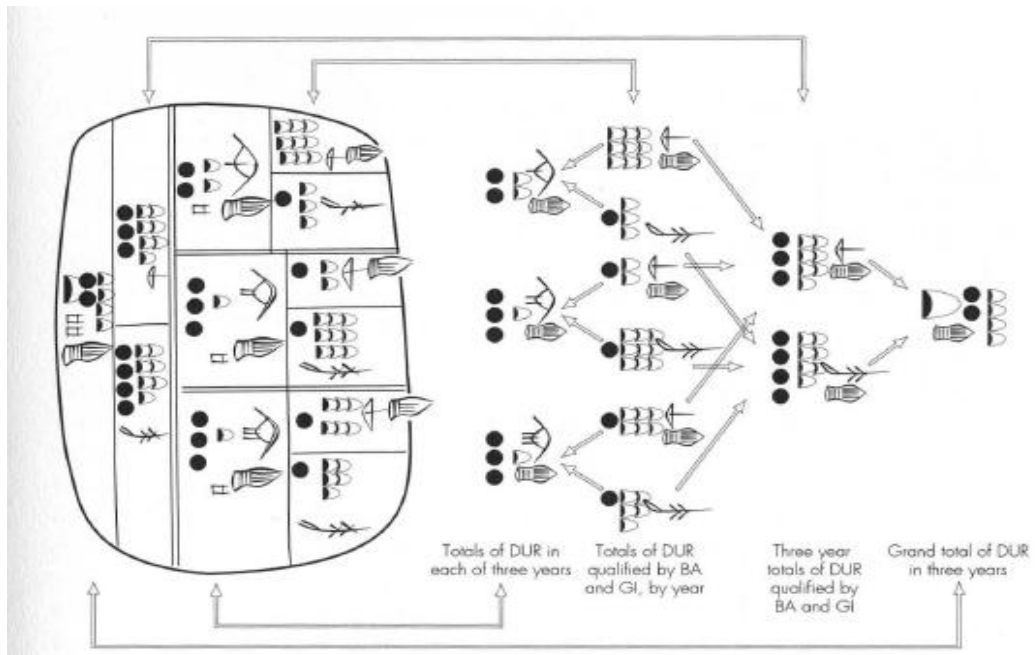


(Fonte: ENGLUND, 1998: 195)

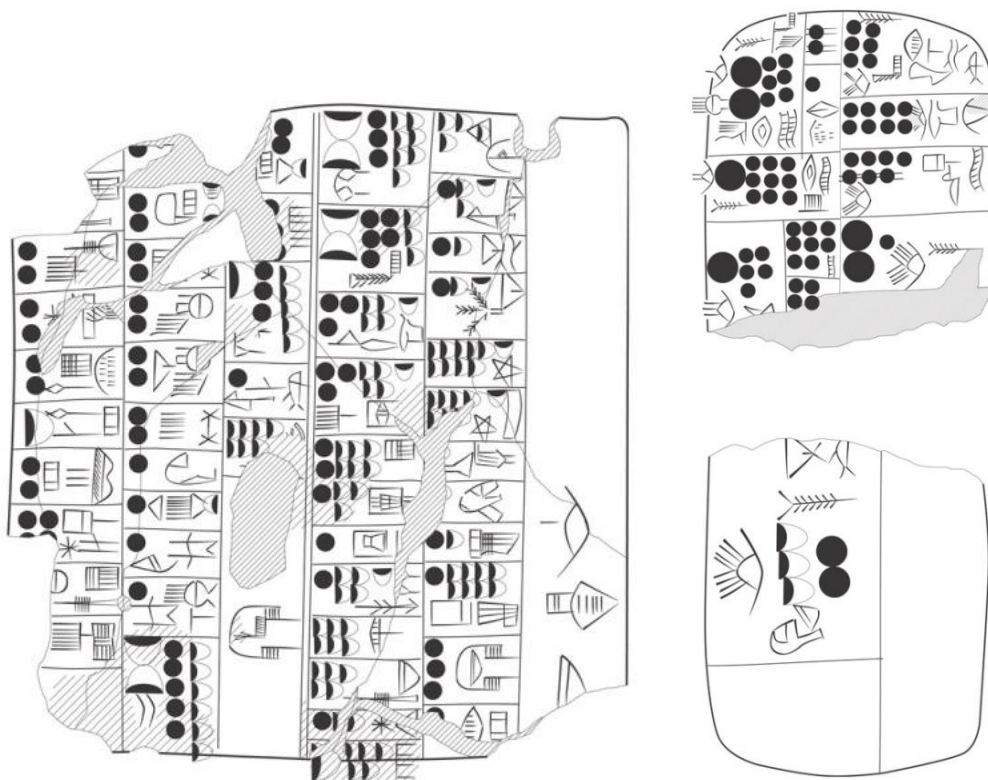
Os tabletes em questão apresentam diversas características relativas aos trâmites administrativos relativos à documentação estatística. Em primeiro lugar, um oficial denominado por KU.ŠIM assina como oficial responsável pela verificação de produtos associados a outros oficiais, tais como o NAM.KAB (sexta linha, segunda coluna do tablete inferior) e GI– sétima linha da primeira coluna do tablete superior e última linha da segunda coluna do tablete inferior, embora este sinal possa se referir à natureza da movimentação devido ao qualificador GI. Assim, KU.ŠIM poderia ser responsável por reconstruir o percurso das quantidades de material cuja responsabilidade ficou a cargo de oficiais diversos. Ele também seria o responsável pela contagem final dos produtos.

Os tabletes que apresentam o sinal U4, junto de marcadores utilizados para registrar a passagem do tempo, representam um percentual bastante reduzido do universo total dos protocuneiformes da fase III. De certa forma, este percentual corresponde a uma expectativa inicial de que tais resumos de tempo apenas condensam informação a partir de outros tabletes, o que evita a hipertrofia documental. Ademais, este número reduzido leva a outro questionamento, a saber, se esta transferência documental obedecia a uma lógica padronizada ou era realizada de acordo com demandas particulares. Vemos que a seleção e a exclusão das informações transferidas para outros tabletes parece não corresponder a uma prática estabelecida como regra nem mesmo a critérios padronizados, mas a uma demanda particular por um determinado tipo de informação. Neste exemplo, é possível notar a transferência de apenas uma parte das informações para um tablete maior, mais condensado. No entanto, esta transferência parece não obedecer a algum critério sistemático.

Há uma tendência em se privilegiar algumas informações: BA, GI, e a assinatura dos oficiais responsáveis pelas transações econômicas ou pela transferência da informação. Enquanto BA significa distribuição, GI refere-se a um tipo de movimento mais geral, uma “entrega” de bens (ENGLUND, 1998: 70). A seguir, um documento estudado por Englund, que demonstra a metodologia de cálculo de DUR em três anos:



O tablete acima apresenta uma característica comum a documentos que lidam com três ou mais anos de informação: a progressiva condensação das informações. Ao longo dos anos, informações relativas à movimentação de bens – BA, GI, GAR (*ninda*), GU7, ŠE, etc. – tendem a suplantam a tendência em controlar quantidades por oficial.



Nos exemplos demonstrados, o tablete à esquerda é um resumo de um ano (U4x1) de contagem de rações (GAR) de cerveja (DUG), havendo grande preocupação em discriminar quantidades por oficial responsável ou finalidade específica. O tablete, dividido em duas partes, apresenta seu lado esquerdo contabilizado pelo oficial EN; no lado direito, indexado pelos três grafemas citados, dá-se continuidade à contagem. Infelizmente o oficial responsável por esta contabilidade posterior não aparece já que o reverso deste tablete encontra-se danificado. Já o tablete da direita contabiliza oito anos de informação relativa a despesas com ração (GU7) de cevada (ŠE). Nota-se a tendência em privilegiar o total anual ao mesmo tempo em que diminui o detalhamento das informações.

Os cargos que frequentemente surgem em tais documentos demonstram que a circulação dos tabletes e sua utilização conformavam laços de autoridade baseados nestes artefatos, laços potencialmente ameaçados dada a grande quantidade de oficiais envolvidos e a consequente pulverização administrativa. Não há uma regra clara com relação à frequência desta atividade de administração por tempo, sendo possível notar que a transferência da informação poderia ocorrer diariamente, diante de testemunhas ou realizada por um oficial como parte de suas obrigações diárias.

No entanto, a falta de um padrão claro de transferência de informação e os problemas envolvendo a recuperação destas informações levando em conta a tendência ao descarte documental, à pulverização administrativa e à descentralização da guarda dos tabletes faz supor ainda a existência de documentos com informações inexatas. Não é a toa que em momentos posteriores da história mesopotâmica, as práticas arquivísticas tenham tornado-se mais rígidas. Em Ebla, séculos depois, a composição de resumos pareceu se relacionar não a demandas particulares, mas sim a uma prática estabelecida como parte de um processo arquivístico padronizado. E não apenas isso, como também se estabelece uma relação mais direta entre formato físico, tipo de informação empregada e organização em um arquivo centralizado.

O que vemos nos arquivos protocuneiformes é um momento intermediário entre uma natureza puramente econômica e outra administrativa, conceitos que se referem antes de tudo às referências da geração de informação. Encontramos neste sistema duas influências maiores: o arquivamento de selagens como princípio operacional e os tabletes como veículos de expressão documental. A hipertrofia documental associada à

crescente autorreferencialidade do sistema certamente gerou problemas quanto à organização informacional. Arquitetonicamente, a falta de um amplo espaço central para arquivamento – já que os documentos não apresentam características que favoreçam sua recuperação rápida em um local centralizado - certamente estimulou o intenso descarte documental ao mesmo tempo em que surgia a necessidade de utilizar o tempo como um fator administrativo.

Neste sentido, observado o ponto de vista da prática material arquivística, a operação subjetiva de seleção da informação dos tabletas com o objetivo de compor outros demonstra que a memória estava condicionada aos processos físicos da própria materialidade e quanto maior o emaranhamento entre homem e matéria, maiores serão os efeitos do descarte documental. Historicamente, a maior “substanciação material” das sociedades humanas do final do Neolítico é um capítulo importante para compreender a utilização destes registros. Levando em conta o acúmulo como um comportamento material associado à posse de bens e, em última consequência, à hierarquia social, a guarda material destas relações proporcionada pelo arquivamento tornou possível não apenas a fiscalização, mas condicionou ativamente tais trâmites. Em ambas as fases – IV e III – são encontradas características arquivísticas, mas na fase III aprofunda-se uma instrumentalização da residualidade da argila endurecida como o fator basal da administração do tempo que se torna, graças a este desenvolvimento da relação homem-matéria, um elemento administrativo.

A ausência de matérias-primas como pedras e madeira pode ter sido um estímulo para o aperfeiçoamento de longo prazo do uso da argila sem definir, no entanto, a exclusividade de seu uso. Ao tomarmos como referência as primeiras construções do Complexo de Eanna, em pedra, conjecturamos que edifícios monumentais construídos com materiais incomuns possuiriam um efeito simbólico ainda mais impactante. O fato é que a maleabilidade da argila envolveu o homem em um mundo literalmente reciclável ao ponto de que o barro seja considerado até mesmo um arquétipo do mundo físico do qual a condição humana não pode se dissociar. Assim, a maleabilidade dos estados físicos da argila foi em grande medida um fator responsável por grandes criações no mundo mesopotâmico.

Por ora, devemos ter em mente que a hipertrofia documental característica de Uruk III surge em um momento de retração da expansão de Uruk. É muito provável que

o inchaço da máquina administrativa tornou-se uma faca de dois gumes. Se para a maioria dos pesquisadores estamos diante de um momento de grande desenvolvimento do protocuneiforme, com características que irão desaguar na escrita, não podemos esquecer que tais desenvolvimentos procuraram em vão solucionar problemas relativos ao controle administrativo devido a fatores que ainda não estão claros, mas que irão resultar na derrocada da sociedade urukiana do período Jemdet Nasr. Uma vez que a ideia de controle pode ser caracterizada de um ponto de vista mais amplo, de controle da natureza como um conceito próprio ao processo de sedentarização que, por sua vez, implicou em uma maior substancialização e conseqüente acumulação de bens, a administração se associava com a produção de dispositivos materiais que, acumulados, garantiriam o controle administrativo. No entanto, ocorreu um processo de disfunção burocrática, que diz respeito a uma falha do sistema quando este se torna prisioneiro de si mesmo.

A partir de tais discussões, poderíamos propor que o protocuneiforme surgiu de interações complexas entre o homem e o mundo físico, permeadas pela prática como fonte de construção de conhecimentos e pela experiência histórica do uso de determinados dispositivos de controle administrativo. Os tabletas teriam surgido no bojo de uma relação quase ambígua entre possibilidades e restrições oferecidas pelo mundo físico desde que sejam observadas as dimensões culturais e históricas desta relação. Empiricamente, o gerenciamento arquivístico desponta como o elemento mais evidente da vida social dos dispositivos neolíticos de controle e desta relação resultou uma administração materialmente densa, que condicionou a criação de sistemas comunicativos. Em última instância, o gerenciamento arquivístico como prática administrativa é o elemento central de uma abordagem focada em dispositivos de controle: o controle exercido pelo protocuneiforme é pleno apenas quando submetido à produção, circulação guarda e descarte do tablete de argila. Ainda, quanto maior a tentativa de controle, maior a possibilidade de problemas administrativos: descentralização documental e administrativa, dispersão dos tabletas, excesso de oficiais e possibilidade de produção de informações inexatas.

4. As "problemáticas urukianas" e a invenção do protocuneiforme

Neste capítulo discutiremos as relações entre os debates envolvendo o surgimento do protocuneiforme e sua articulação no campo maior de problemáticas que envolvem a compreensão do fenômeno de Uruk. Buscaremos compreender como a abordagem das práticas administrativas sob as quais circulava o protocuneiforme tem o potencial de revelar uma nova perspectiva no que se refere às relações características do tripé formado por Estado-Expansão-Escrita. Procuraremos buscar maneiras de relacionar grandes investidas teóricas sobre o fenômeno, as quais demonstram um considerável grau de abstração, através de elementos intrínsecos à prática administrativa cotidiana em Uruk. Para tanto, faremos uma inicial consideração sobre as teorias que versaram sobre o surgimento do Estado e de que forma se articularam diante dos vestígios oriundos dos sítios mesopotâmicos.

De maneira mais específica, a escrita surge em tais considerações como um produto direto da complexidade nascente, praticamente satisfazendo necessidades advindas do incremento e sofisticação das trocas econômicas e dos problemas administrativos gerados pela rápida urbanização. No entanto, procuraremos demonstrar que esta relação não é tão automática como parece e encarar a produção de tabletes como um fenômeno material traz novas perspectivas que recusam modelos mecanicistas na relação homem e mundo físico e sugerem abordagens que levem em conta tanto as informações expressas em notações gráficas como as dinâmicas materiais que envolvem a relação dialética homem-matéria, em uma abordagem integral.

4.1 O surgimento do Estado

As transformações sociais e econômicas ocorridas no sul mesopotâmico no quarto milênio a.C. sintetizam-se de forma paradigmática nos resultados materiais da cultura de Uruk. Embora esta cidade tenha suas origens já no período Ubaid, irá apresentar já por volta de 3500 a.C. um modelo de organização social particular, sobretudo no que concerne ao exercício do poder. Ademais, os vestígios materiais tais como os vasos de borda chanfrada denotam uma produção orientada em direção à conformação de um excedente que não mais teria como função principal a criação de uma reserva diante de imprevistos naturais, mas à sustentação de um sistema econômico de caráter redistributivo centrado no Estado nascente que viabilizaria a manutenção de setores sociais não produtivos e concentrado em instituições. O fenômeno de Uruk, por assim dizer, é normalmente interpretado como a consolidação do Estado, quando relações de dominação tornam-se mais evidentes com o desenvolvimento de todo um aparato material e ideológico direcionado para cimentá-las.

Embora possamos encontrar diferentes formas de Estado, este possui uma característica universal, que permite agrupar formas relativamente distintas de interação social em uma mesma categoria. Por outro lado, seu conhecimento necessita de uma base empírica que possibilite a categorização dos múltiplos fenômenos de interação detectáveis pelo alto nível de complexidade social. De forma geral, as especulações filosóficas sobre o Estado não ganham apenas um resguardo heurístico mais sólido, mas passam também a abarcar realidades diversas em uma categoria de estudos que se valem cada vez mais de dados etnográficos ao longo do século XX. Procuraremos revelar como as discussões surgidas no século XIX são retomadas no século XX e como são reorientadas segundo princípios teóricos diversos.

A busca pelas origens do Estado deixou de lado um caráter especialmente filosófico, que contava com grandes especulações na ausência de dados mais concretos e foi deslocada para áreas em que o conhecimento é construído sobre uma base heurística mais sólida (LIVERANI, 1998: 4). O evolucionismo ainda subsiste, mas com agenda renovada, e exerce uma influência considerável sobre a arqueologia norte-americana. Por outro lado, uma corrente materialista renovada lhe faz frente, criticando-lhe a incapacidade de explicar os processos propriamente históricos. Neste caso, as

mudanças são radicais – revolucionárias – e não transicionais, como afirmariam os partidários do neoevolucionismo.

4.1.1 Século XIX: Materialismo Histórico, Escolas Sociológicas, Evolucionismo Social

O materialismo histórico, encabeçado por Marx e Engels, vê no surgimento do Estado a formação de mecanismos que procuram legitimar a primazia de grupos sociais sobre outros através da mobilização de recursos ideológicos a fim de conter a inevitável luta de classes pelo controle dos meios de produção. Posteriormente, formar-se-á uma escola sociológica cujos maiores expoentes são Durkheim - contrapondo solidariedade e comunidade tendo o Estado como corte fundamental nesta diferenciação - e Weber, que ao defender a autonomia da dimensão política sobre a econômica ressalta a primazia das várias formas de dominação que se traduzem posteriormente nos estudos sobre o surgimento do Estado como o Estado Burocrático, político, impessoal, uma das formas legítimas de dominação. Mesmo que este agrupamento em dois blocos possa parecer artificial serve a nossos propósitos, a saber, considerar rapidamente as bases intelectuais das diversas correntes antropológicas, arqueológicas e históricas que lidaram (e ainda lidam) com o fenômeno do surgimento do Estado Mesopotâmico.

A questão da origem do Estado é crucial para os teóricos oitocentistas, que viveram na época das grandes unificações nacionais europeias: a proximidade com os eventos fornecem uma perspectiva única. No entanto, reflexões sobre o surgimento do Estado nos textos de Marx e Engels são acidentais, esporádicas, geralmente surgidas na forma de panfletos ou periódicos escritos no calor dos acontecimentos e pensados segundo suas formulações sobre a crítica da economia política. Antes de pensarem sobre as origens do Estado a dupla de autores se debruça principalmente sobre a *Questão Nacional* no momento da formação dos Estados europeus, buscando denunciar a falácia dos mecanismos ideológicos de integração como um dispositivo da burguesia destinado a assegurar seus interesses econômicos mais imediatos (WEILL, HAUPT, 1980: 20). Portanto, o foco dos autores é uma análise das origens do Estado – mais propriamente uma origem “conceitual” – sob o desenvolvimento do capitalismo industrial.

No entanto, dentro de nossos objetivos, é preciso pensar como Marx e Engels irão interpretar o fenômeno dos Estados Orientais e formular o Modo de Produção Asiático sob o materialismo. Para os autores, um pressuposto fundamental foi a diferenciação das sociedades modernas das antigas orientais, em que as formas de dominação política e social confundem-se em última instância com a presença hegemônica de um Estado-proprietário capaz de levar a termo necessárias obras de irrigação que só poderiam alcançar êxito através da centralização do poder. O déspota oriental, também um teocrata, amorteceria a inevitável luta de classes estimulando a sua distensão na esfera do religioso, mantendo uma relação perpétua com seus súditos através de um sistema de arrecadação de tributos cujo sentido era o de manter o poderio militar e ideológico do Estado. As origens deste Estado, portanto, encontram-se na consolidação de mecanismos de poder despótico, financiados por uma crescente produção que resulta em um desenvolvimento técnico que pudesse elevar a produtividade e a conseqüente tributação (MARX, ENGELS, 1969)

A questão da propriedade da terra é um dos eixos fundamentais do modo de produção asiático. Através de um intrincado mecanismo econômico-ideológico, a figura do soberano passa a encarnar a do proprietário por excelência, sem que isso signifique a impossibilidade da existência da propriedade comunal. Em última instância, trata-se de uma modalidade conceitualmente ampla de uma espécie de arrendamento subjacente a uma alienação do trabalho na medida em que as grandes obras públicas surgem como realizações do Estado e não da força coletiva em si. A propriedade privada dos meios de produção, eixo fundamental da sociedade burguesa, não poderia ter surgido neste tipo de Estado, portanto, considerado *diferente* e não como a origem do Estado europeu.

Engels, a partir das ideias de Marx e Lewis H. Morgan, escreve um estudo propriamente histórico, concentrado na gênese das instituições da sociedade burguesa do século XIX. Do ponto de vista metodológico, notadamente evolucionista, um dos aspectos centrais d'*A origem da família, da propriedade privada e do Estado* é o estabelecimento de uma relação indissociável entre o período pré-histórico e a “história escrita”, a qual surge a partir da evolução de tipos específicos de organização social. A criatividade da etnografia de Morgan, que rompe com temas quase dogmáticos relativos aos estudos pré-históricos de até então, fornece a Engels os subsídios intelectuais para a interpretação de textos clássicos, buscando encontrar os “estágios pré-históricos de cultura” (ENGELS, 1980).

Com relação à contribuição da corrente sociológica francesa e da sociologia alemã, encabeçadas respectivamente por Durkheim e Weber, temos a conformação das teorias de contraposição entre sociedade e comunidade, solidariedade orgânica e mecânica e da formação do Estado burocrático, impessoal e extra-pessoal. A visão destes autores acerca da formação do Estado-Nação europeu do XIX é profundamente marcada pelos seus efeitos mais nefastos. Estes autores contribuem para uma decisiva reorientação das ciências humanas em fins do XIX e início do XX. Sobretudo a partir de Durkheim, o objeto da sociologia – os fatos sociais – dá ênfase a modalidades de agremiação entre as pessoas cujo peso conceitual terá importantes consequências teóricas ao longo do século XX (RODRIGUES, 1998).

A divisão do trabalho, associada a formas específicas de organização social, constitui um tema de importância capital para esses dois autores. Para Durkheim, reflete antes de tudo o cerne de uma capacidade orgânica de solidariedade na qual a sociedade passa a funcionar como um corpo. Enquanto uma característica que diferencia uma sociedade complexa urbanizada de outra em que o princípio de liderança familiar ainda predomina sobre uma incipiente divisão de tarefas, este aspecto foi teorizado em sua forma “pura” por Durkheim, para o qual as relações que regulam os direitos cooperativos com sanções restitutivas e a solidariedade que elas exprimem resultam da divisão do trabalho social. O aspecto solidário da sociedade, que reflete desde as relações familiares básicas e se estende por todo o conjunto social em seu aspecto de complementaridade, não possui como função básica um aumento da produtividade, mas como uma condição capital para a sobrevivência (DURKHEIM, 2008).

As diferentes formas de solidariedade exprimem aspectos particulares de coesão social sem que necessariamente implique em uma homogeneidade psicológica. Ao contrário, as diferenças no corpo social levam à criação de mecanismos que, primeiramente, impõem uma noção básica de consciência coletiva sobre as consciências individuais e, em segundo lugar, são expressas na forma de um direito repressivo ou de manifestações de pertença a uma determinada comunidade que paira invisível sobre cada um dos componentes básicos desta agremiação. A sociedade propriamente dita advém da administração das diferenças, da agremiação de consciências particulares em relação complementar e dialética com uma consciência coletiva que paira acima das individualidades, mas que as contempla. Nos regimes de solidariedade mecânica e solidariedade orgânica haveria, portanto, um espaço de grande atuação ideológica de um

poder extra-familiar que levaria a uma radical cisão dos laços comunitários em direção a uma verdadeira "sociedade" entre pessoas (DURKHEIM, 2008).

Por sua vez, a origem do Estado, para Weber, encontra-se na capacidade de mobilizar formas específicas de dominação e disposição para exercê-las, com a ressalva de que tais formas são consideradas como *legítimas* na medida em que se expressam sob formas específicas - legal, tradicional e carismática - e também na medida em que exista uma *crença* nesta base de legitimidade. De maneira geral, a dominação legal se expressa sob formas juridicamente válidas e a sua forma burocrática é a mais pura. O seu exercício se realiza mediante o cumprimento de regras que caracterizam uma estrutura de poder *impessoal* imiscuído com a noção de serviço. Neste tipo de dominação, Weber enquadra o Estado, o município e até mesmo empresas privadas. O segundo tipo, o da dominação tradicional, é exercido através da crença na sacralidade dos poderes existentes por muito tempo. A dominação confunde-se com a antiguidade das instituições e a administração constitui-se em um sistema de dependências pessoais, nas quais a competência não entra como um fator discriminatório na escolha de um administrador e sim o *privilégio*. Weber enquadra as relações feudais, as de Antigo Regime e a dominação patriarcal neste tipo de dominação. Ademais, há de se fazer uma distinção entre a dominação patriarcal e a estamental, em que a primeira constitui-se em uma forma pura de dominação tradicional pela obediência a um *chefe*, ou pai de família, enquanto a segunda, pela natureza dos laços com o senhor, há uma divisão entre o poder senhorial e o poder administrativo, neste caso, aproximando-se da dominação legal. O tipo de dominação carismático, por sua vez, é fortemente amparado em uma crença afetiva nas qualidades da pessoa cujo cargo que ocupa provém da sua posição. É uma forma de dominação oposta a dominação tradicional na medida em que há a possibilidade de se subverter uma ordem estabelecida segundo a atuação de um líder carismático. Em geral, líderes religiosos ou demagogos se enquadram nesta concepção e a burocracia, na sua conceituação mais pura, é impossível (WEBER, 2008).

Os autores até agora discutidos versam de maneiras específicas sobre as origens do Estado, uma tema de grande importância no século XIX. Mas todas as abordagens possuem alguns elementos em comum: em primeiro lugar, partem das estruturas econômicas e sociais da sociedade burguesa europeia e buscam os elementos constitutivos do Estado-Nação em realidades distintas. Segundo, a projeção histórica é um recurso amplamente utilizado pelos autores (com exceção de Durkheim), mas

através de perspectivas distintas: o materialismo histórico, vinculado com a ideia de progresso, através do qual seria possível estabelecer as bases da sociedade contemporânea e o “historicismo” weberiano, que privilegia uma análise comparativa na qual a História seria meramente auxiliar, quase como um exemplo, perto das categorias maiores que a perpassam, objeto da sociologia.

Em cada uma destas abordagens, a cultura clássica possui um papel central no que diz respeito à circulação de capital, modalidades de apropriação e o papel do direito na viabilização do exercício do poder. Em todas elas, o Oriente Médio surge de modo especial: primeiramente, não se trata do principal objeto de estudo, nem mesmo de Marx que, ao teorizar sobre o Modo de Produção Asiático, por mais que forneça um quadro teórico que influenciará toda uma geração de pesquisadores, presta-se a reforçar a partir da diferença entre Europa e Ásia as peculiaridades acerca das formas de apropriação dos meios de produção pela burguesia europeia. Engels terá um objeto histórico mais bem definido utilizando o materialismo como instrumento analítico, mas as sociedades médio-orientais não fazem parte de sua análise, concentrada em uma aplicação histórica das teorias de Morgan acerca dos estágios de Selvageria, Barbárie e Civilização. Weber, por sua vez, também revisita a História Antiga, sobretudo na análise do papel das estruturas fundiárias em Roma e as instituições que a definiam. Faz algumas ligeiras considerações sobre as sociedades médio-orientais com o intuito de compará-las com fases da História Romana em que há maior atuação do capital privado.

Suas fontes, em geral, são os textos clássicos e algumas doses de especulação filosófica através de um método de regressão a partir da constituição da sociedade contemporânea. Mas havia pouca, ou quase nenhuma, documentação direta. Em termos de disponibilidade, as expedições de Champollion no Egito, assim como a Bíblia e estudos mesopotâmicos amparados pelas primeiras investidas europeias no Oriente Próximo, poderiam fornecer algum arcabouço teórico. Haveria também um segundo entrave: a busca pelas origens do Estado enquanto instituição que encontra seu auge na Europa oitocentista levou a uma volta radical ao passado clássico, e não mesopotâmico, este considerado um modelo à parte.

Ademais, nenhum destes teóricos se pretendeu um historiador de fato. A História, como uma disciplina em desenvolvimento em meados do XIX, com seus próprios postulados, também se debruçava sobre as origens do Estado. A inata

preocupação com a mobilização de documentos motivada por assegurar à História um estatuto científico orientou uma intensa compilação por documentos escritos, e no caso da História da Arte, uma busca por artefatos, sobretudo greco-romanos, que atestassem as realizações artísticas daquelas civilizações. A contribuição do historicismo, neste caso, foi o de chamar a atenção para a necessidade de se reorientar as discussões acerca da origem do Estado desde que pautadas sobre uma base documental sólida (LIVERANI, 1998: 4).

Com Gordon Childe, a Arqueologia, até então considerada como “caça aos tesouros”, finalmente alcança um estatuto científico. O exercício intelectual de interpretação dos abundantes dados arqueológicos sob o viés do materialismo histórico levou-o a elaboração do consagrado conceito de Revolução Urbana, um modelo que explicita sua inclinação à interpretação histórica dada a tal natureza deste conceito e uma inegável influência evolucionista na medida em que a Revolução Neolítica teria preparado o terreno para a posterior urbanização. A abundância de material arqueológico proveniente dos colossais projetos de escavação no Oriente Médio permitiu que se prestasse atenção de maneira privilegiada aos processos formativos do Estado mesopotâmico, sendo Uruk o caso paradigmático da Revolução Urbana.

A atual corrente materialista enfatiza o caráter revolucionário através de condicionantes de natureza predominantemente econômica, o que inegavelmente os leva a uma aceitação e reavaliação das teorias de Childe no resgate de conceitos marxistas, principalmente no que diz respeito ao conceito de Revolução. Por outro lado, a corrente neo-evolucionista tende a se afastar de Childe por este oferecer um modelo de evolução cultural considerado arcaico já na década de 40. Para esta corrente, a mudança social não se opera pela revolução, mas sim em longo processo cujos elementos de mudança já estariam gestados muito antes do “evento” em si.

4.1.2 Os Neo-Evolucionistas

O Neo-Evolucionismo surge nos meios norte-americanos por volta da década de 40 como uma reação ao funcionalismo boasiano e ao difusionismo, representado principalmente por Gordon Childe. Em um primeiro momento, a origem do Estado não

se constituía como um problema capital, sendo privilegiada a problemática concernente à natureza da evolução da cultura e suas dinâmicas de funcionamento. O principal teor da crítica neo-evolucionista nesta época era o excessivo particularismo das abordagens funcionalistas, o que contribuiria para uma “descientização” das humanas e que teria motivando White a buscar um esquema explicativo geral e negar os particularismos culturais. A busca por um grande modelo teórico foi uma forma de radicalização, mas o necessário para dotar a antropologia de cientificidade na medida em que leis gerais pudessem reger o funcionamento de todas as culturas ao redor do mundo sob uma perspectiva única, que segundo Yoffee, repousava na idéia de que

A escala utilizada [...] na avaliação do progresso da cultura humana [...] foi baseada na quantidade de energia utilizada por uma cultura. Segundo a lei da termodinâmica, o universo está se desestruturando e se movendo a uma distribuição de energia. A cultura desenvolve, então, a partir do aumento da eficiência de captura de energia com o acúmulo de bens e serviços produzidos por unidades de trabalho também aumenta. Esta, de acordo com White, é a lei da evolução cultural (YOFFEE, 2005: 9).

White, a partir de uma visão generalizada e partindo de um pressuposto tecnológico, define estágios de desenvolvimento cultural que posteriormente irão influenciar Service e Sahlins, na clássica sequência “Bando, Tribo, Chefia e Estado ou sociedades simples e complexas” (SERVICE e SAHLINS, 1960). No entanto, um modelo generalista mostrou-se inadequado e daí Julius Steward irá considerar a evolução cultural possuindo um caráter multilinear, ligados intrinsecamente a um dado meio-ambiente. Este autor ainda admite a existência de estágios evolutivos uma vez que constituem o cerne da natureza do devir, mas observando as particularidades locais. Isto desenvolve em grande medida estudos comparativos que serão predominantes a partir da década de 60, sobretudo de caráter ecológico.

Assim, estavam lançados dois princípios que orientariam os estudos de Service, Morton Fried e Kent Flannery, considerados os grandes expoentes do neoevolucionismo: compreender a natureza das mudanças em uma perspectiva da

continuidade, através de estágios evolutivos que seriam determinados em culturas distintas através de uma abordagem comparativa. Neste ponto, Sahlins e Service admitem a possibilidade das duas dimensões, denominadas por eles como Evolução Generalizada e Evolução Particular, conciliando as visões de Steward e White (SERVICE, SAHLINS, 1960: 32). A mudança social não pode ser totalmente revolucionária, pois elementos de uma determinada organização social estão presentes em formas anteriores, o que não significa em absoluto que haja uma correspondência cronológica direta entre os estágios evolutivos. Por isso, a explicação antropológica não é histórica, esta uma dimensão previamente substituída por estágios: aqui entra a sequência bando, tribo, chefia e Estado, este dividido em Estado Arcaico (redistributivo) e Estado Moderno (tributário).

Após a década de 60, a problemática da origem do Estado passa a figurar sob a roupagem do neo-evolucionismo, quando a arqueologia processual já se desenvolvia plenamente e grandes *surveys* ambientais eram o método por excelência na busca pela relação entre os locais centrais e o seu entorno. E neste momento há uma grande atenção nos mecanismos de passagem de uma sociedade simples para outra complexa, em que a última apresenta um intenso grau de intermediação social como o resultado de uma liderança em tempos de mudança. O Estado resignifica e institucionaliza a desigualdade típica da *chefia* e resulta das reflexões acerca da natureza do poder. Portanto, compreender o Estado significava compreender o incremento das relações de poder, o poder hipertrofiado que resignifica aquela desigualdade em uma perspectiva de conflito social e consenso através de um sistema baseado nas vantagens observadas na liderança de um dirigente político forte (EISENSTADT, 1963: 14).

A reformulação da problemática da origem do Estado sob a corrente neo-evolucionista colocou sérios problemas para os teóricos deste modelo explicativo. Se em um primeiro momento o estágio era verificável como organização social, era necessário pensar *como* se processa a mudança, colocando um problema histórico paradoxalmente retirando a História do escopo explicativo. O embrião do Estado estaria presente em organizações sociais em que não são verificadas propriedades que definem o Estado como tal (YOFFEE, 2005: 7). Esta problemática leva ao surgimento do conceito de sociedade complexa que, embora apareça intimamente ligado ao Estado, possui uma diferença conceitual básica: enquanto o primeiro é social, enfatizando o nível de diferenciação, o segundo diz respeito à formação de subsistemas intra-sociais,

como a especialização do trabalho e surgimento de atividades extra-produtivas coordenadas por um poder central, ou seja, um conceito político.

As atuais críticas procuram minimizar os problemas teóricos aqui colocados, absorvendo os ataques e reafirmando a natureza progressiva da mudança social. Este ponto se constitui no principal ponto de divergência de uma escola teórica surgida nos anos 60, baseada nas ideias marxistas. Veremos como cada um destes representantes mobiliza de maneira particular um aspecto da teoria marxista através da revitalização atual das ideias de Childe. A questão da origem do Estado possui uma roupagem radicalizada, e encontra seu ápice nesta corrente.

4.1.3 Materialismo histórico renovado

Denominaremos de “materialistas renovadores” aqueles autores que revisitam diretamente conceitos marxistas com a finalidade de interpretar o fenômeno do Estado, focando precisamente o conceito de Revolução enquanto natureza da mudança social e o Modo de Produção Asiático enquanto chave explicativa para a compreensão das estruturas sociais do antigo estado Médio-Oriental. Procuraremos traçar brevemente o percurso de aplicação destas ideias ao longo do século XX e as oposições feitas à antropologia neo-evolucionista norte-americana recuperando principalmente a estrutura do conceito de Revolução Urbana em Childe e os desdobramentos da tese do Despotismo Oriental de Wittfogel, que remonta a noções weberianas de poder e ao modo de produção asiático enquanto um sistema no qual exerce-se uma modalidade despótica de poder oriunda de determinadas relações econômicas.

O conceito de Revolução em Childe é complexo, transitando entre o revolucionário e o evolucionismo social: as Revoluções são acelerações do tempo histórico que inauguram condições para o progressivo acúmulo primitivo através do desenvolvimento tecnológico. Uma transição radical gestada por um longo processo, através de etapas representadas pela associação direta entre tecnologia e incremento produtivo. Liverani classifica a teoria de Childe dentro de um panorama historiográfico cujas problemáticas recaem na proeminência de certos fatores oriundos da

complexificação social sobre outros que teriam sido decisivos para a origem do Estado. (LIVERANI, 1998: 8).

Wittfogel discorre sobre dinâmicas de poder particularmente orientais, revisitando este conceito a partir de famosa fórmula de Engels retomada por Childe e, posteriormente, por Julius Steward: a administração da Irrigação como fonte de poder. Este poder despótico caracterizou por muito tempo as sociedades orientais que, desde o século XV com a intensificação do comércio, têm despertado a curiosidade de filósofos europeus sobre a natureza de seu poder hipertrofiado, ainda mais que nos Estados europeus de Antigo Regime. Wittfogel se propôs a analisar a natureza deste poder sob a ótica do materialismo histórico: sua proposta foi avaliar se de fato *houve* um Estado denominado Oriental, uma motivação política que levou o autor a dirigir pesadas críticas contra o regime chinês – segundo ele, totalitário. O Estado Oriental, para o autor, é um Estado agrário, mas especificamente hidráulico. Um Estado hidráulico que seria fruto da necessária cooperação de populações para levar a cabo o trabalho de irrigação e os reis-sacerdotes assegurariam a coesão do modelo social assim constituído (WITTFOGEL, 1977).

Em anos recentes, Mario Liverani procurou realizar uma crítica da historiografia sobre Mesopotâmia a partir da qual procura revitalizar o conceito de Revolução – pensado por Childe – preterido, segundo ele, devido a questões políticas presentes na academia. Tal revitalização foi possível graças a uma análise mais detalhada dos vestígios arqueológicos mais recentes, de uma revisitação de fontes antes estudadas em um caráter generalista. Liverani, em uma análise particular do período proto-histórico propõe uma nova reflexão acerca das dinâmicas de poder relacionadas com trabalhos de irrigação, retomando o conceito de Revolução e contrapondo-o com a tendência neo-evolucionista que preconiza a continuidade. Para este autor, o Antigo Oriente Próximo constitui-se em um problema específico na medida em que a ausência de textos escritos teria incentivado, principalmente no período proto-histórico, a aplicação de modelos não-históricos na interpretação do fenômeno da origem do Estado (LIVERANI, 1998: 8). Tal interpretação reivindica a exclusividade da explicação histórica necessariamente sob o viés marxista.

A revisitação do conceito de Revolução por Childe e de Modo de Produção Asiático por Wittfogel deram início à formação de uma agenda alternativa ao paradigma

neo-evolucionista, embora sempre tenha havido um importante intercâmbio de ideias entre as vertentes. A aplicação de um modelo ruptural constitui-se em uma fonte de equilíbrio com relação às explicações antropológicas no que concerne aos padrões de mudança social que, em nosso caso, desembocam no surgimento do Estado, evitando excessivos generalismos. Por mais que a auto-crítica neo-evolucionista admita uma certa imprecisão nas “passagens” de um modo a outro de organização social, ainda existe uma certa relutância em abandonar grandes esquemas explicativos em nome de estudos de caso.

O percurso teórico aqui demonstrado teve por finalidade apresentar o desenvolvimento da noção de origem do Estado frente às mais diversas formulações teóricas. Desde as primeiras investidas evolucionistas com Spencer, Tylor e Morgan, passando pela formulação econômica materialista com Marx e Engels, e as abordagens sociopolíticas de Weber e Durkheim, a mudança, ou a evolução social, assumiu novas roupagens frente ao surgimento de fontes documentais diversas, com atuação pioneira de Childe. Uma vez retirada de cena a noção de progresso associada ao evolucionismo, a crítica antropológica, buscando recuperar a cientificidade da Antropologia, retoma o evolucionismo como matriz explicativa da mudança social, no entanto, admitindo múltiplas possibilidades em perspectiva comparada. A origem do Estado relaciona-se, neste caso, com uma progressiva superação de fases precedentes sem que haja uma ruptura radical no processo, amparada em grande medida pelos estudos ecológicos e teorias regionais.

Por outro lado, especialmente após a década de 60, os partidários do materialismo histórico tendem a rejeitar a abordagem antropológica, reforçando o caráter traumático das revoluções de Childe e buscando as motivações econômicas no surgimento do Estado, amparado cada vez mais por novas descobertas arqueológicas e apostando nas particularidades das dinâmicas sul-mesopotâmicas.

4.1.4 O impacto das discussões sobre a origem do Estado na interpretação do Fenômeno de Uruk

a) A Revolução Urbana em Uruk

A Revolução Urbana é um conceito de raiz materialista que explica genericamente a passagem da barbárie para a civilização, termo que se refere a uma organização social própria de culturas que superaram o estágio da barbárie através do acúmulo primitivo de capital e, posteriormente, pela estruturação radical e completa da divisão social do trabalho materializada nas cidades. É a teoria da *mudança* social, sendo manifesto o caráter da evolução que enfatiza o lado *ruptural* através do tradicional método comparativo, centrado na cidade de Uruk. Gordon Childe emula o esquema explicativo marxista dos estágios diferentes do capital, em que o capital comercial na Inglaterra teria se transformado em Capital Industrial através de um processo de acumulação primitiva, conceito central em sua formulação teórica (CHILDE, 1958: 95-115).

O cerne da argumentação de Childe acerca da Revolução Urbana está no sacrifício da independência econômica das pequenas comunidades. A irrigação é um fator determinante na perda de autossuficiência econômica pelo volume de trabalho imposto e pela estimulação da divisão social do trabalho. O aumento do volume e especialização de trabalho e a complexidade das obras impunha a necessidade de importação de matérias-primas, montando uma rede de comércio de longa distância. O desenvolvimento técnico surge também como uma variável de grande importância em todo o processo orientado não apenas em relação aos meios ou modos de produção relacionados com formas de aproveitamento do solo, mas em produção de excedente e seu realocamento segundo influências sociais ou políticas. (CHILDE, 1961: 142-160)

Desde a Revolução Neolítica nota-se uma mudança qualitativa na distribuição de excedente. A realocação de recursos parece não só acompanhar um crescimento demográfico, mas a criação de um grande fundo de reservas está na base do controle da oferta de produtos básicos, sobretudo cereais. Dessa forma, as mudanças observadas no que ele chama de “Segunda Revolução” ou “Revolução Urbana” são produto não apenas de um aumento quantitativo de pessoas ou de desenvolvimentos nos meios de produção, mas de novas lógicas no armazenamento e redistribuição de bens impulsionados pela relação econômica cada vez mais entrelaçada entre núcleos especializados. A atividade redistribuidora ganhou um caráter totalmente especializado, contando com aparatos administrativos e burocráticos: para Childe, a escrita surge associada à complexificação social graças à mobilização de grandes quantidades de recursos que impunham novas demandas administrativas (CHILDE. 1958: 109)

De maneira geral, ele relaciona as principais características que definem as novas dinâmicas humanas oriundas do assentamento em um determinado local. É revolucionário, segundo Childe, não somente porque é uma situação irreversível, acelerando o curso histórico. Este é um aspecto acidental. O que conta como revolucionário em sua teoria é o modo de produção e o impacto que as novas maneiras de obtenção de recursos têm diretamente na sociedade. Childe enfatiza a importância da intervenção humana na natureza como um marco fundamental em relação aos períodos predecessores, de quase total dependência para o sustento. A redistribuição de riqueza seria a base material de todas as relações sociais, cimentadas pelas mais diversas ideologias de poder e o templo, como instituição intermediadora de grande parte das relações sociais, representava uma modalidade de exercício de poder que propiciou um acúmulo de bens sem precedentes da mesma forma que potencializou a concentração de riquezas. (CHILDE, 1958: 77-170).

A cidade desponta como o substrato material da Revolução Urbana, surgindo ao mesmo tempo em que o Estado. A organização do espaço urbano refletiria a especialização do trabalho cuja coordenação se deu pela atuação de um poder central hipertrofiado, que estaria por trás da coordenação de grandes obras públicas e pela mobilização ideológica em torno da configuração social estratificada. A cidade reflete o Estado em sua forma madura, o qual conteria doze elementos: um centro urbano, especialistas, concentração de excedente, prédios públicos monumentais, uma classe dominante e funcionários diretos, escrita e notações numéricas, ciências exatas, arte representativa, comércio de longa distância a nível regular, solidariedade orgânica entre os membros da sociedade, templos proeminentes, organização estatal dominante e permanente (MAISELS, 1998: 343).

As maiores críticas ao modelo de Revolução Urbana dizem respeito à presença destes elementos que despontariam no surgimento das cidades. Primeiramente, a relação entre escrita e Estado não é necessária, uma vez que a urbanização precede a escrita em sua forma mais acabada, conforme visto no período aqui estudado. Tal asserção decorre da desmedida importância dada à escrita em um período que a interpretação das sociedades do passado era realizada mediante documentos eminentemente escritos. Outro ponto de crítica, concernente ao modelo difusionista, está na real influência da urbanização sul mesopotâmica com relação ao processo denominado “estatalização secundária”: as realizações urbanas em regiões distantes, posteriores ao fenômeno de

Uruk teriam como marca distintiva soluções autóctones mais do que derivadas de uma relação difusionista, como demonstram recentes pesquisas (BUTTERLIN, 2003; STEIN, 2005). Os elementos que Childe define com um Estado urbano aparecem em poucas sociedades na sua totalidade, o que leva a se pensar mais em termos de diversidade do que modelos incompletos.

b) “*Heartland of Cities*”, de Adams e Nissen

A influência da Ecologia Norte-Americana nos anos 60 associada fortemente à Antropologia neoevolucionista estimulou o uso de novos métodos de pesquisa que favorecessem uma abordagem integrada entre os padrões de assentamento e os condicionantes regionais ambientais. Neste sentido, a compreensão do surgimento do Estado mesopotâmico e das dinâmicas sociais envolvidas neste processo estariam subjacentes a interações de nível regional, com o desenvolvimento de locais centrais e adjacências compondo um sistema econômico integrado que favorecia a divisão social do trabalho. A reconsideração da Revolução Urbana através do método de grandes *surveys* permitiu a Robert McC. Adams e Hans Nissen mapearem exaustivamente uma rede de assentamentos interconectados por canais, apresentando padrões distintos de adensamento populacional ao longo do tempo, com grande concentração na cidade de Uruk em detrimento dos assentamentos vizinhos ao final do Período Uruk Tardio. Os aspectos ideológicos, assim como o papel que a burocracia desempenhou na configuração do exercício do poder, foram aspectos privilegiados em suas considerações.

Este estudo nasceu de uma continuidade de um projeto de *surveys* no norte mesopotâmico, adaptado para o sul, no que Nissen e Adams chamam de “*Heartland of Cities*”: Suméria como um sistema interacional de regiões e especializações cujo paradigma se sobressaiu e, em certa medida, foi imposto arbitrariamente (ADAMS e NISSEN, 1972: 5-9) Em *Uruk Countryside*, os autores focam suas atenções para uma região onde teria se desenvolvido uma série de relações entre Zabalam, Umma, Bad-Tibira, Larsa, Uruk e Shuruppak, ao mesmo tempo em que procuraram definir um padrão de mudanças através de uma abordagem geomorfológica – sobretudo com

relação à erosão eólica e deposição de sedimentos - a partir da qual pudessem obter subsídios analíticos para a interpretação das relações entre os assentamentos considerados e do ponto de vista metodológico, compreender as dinâmicas de soterramento dos sítios, que concluem não ter sido uniforme. A palavra-chave para se compreender os estudos regionais de Nissen e Adams é *padrão*, ou seja, a observação de fenômenos - geomorfológicos, históricos, econômicos, sociopolíticos - em longo prazo forneceriam padrões sistêmicos de interpretação dos vestígios.

Os autores concluíram que houve um grande aumento na quantidade e no tamanho de sítios durante as fases iniciais do período Uruk em relação a períodos precedentes, concentrados na região do Médio Tigre e Eufrates. Segundo evidências geomorfológicas, estes rios eram unidos e formavam uma série de canais através dos quais se distribuíam os assentamentos. Possivelmente, isto se deveu ao desenvolvimento de sistemas regionais com um núcleo especializado havendo, portanto, uma maior integração entre núcleos populacionais. Este quadro se modifica no Uruk final: se durante o Uruk inicial e médio a população se encontrava bem distribuída na região da média Mesopotâmia e no sul, no final do período Uruk houve um grande aumento populacional no sul e diminuição em outras regiões, expresso no aumento das dimensões dos assentamentos em relação ao norte. Uruk logo passa a se constituir em uma cidade de enormes proporções, ocupando cerca de 100 hectares nos últimos anos do Período Uruk e crescendo até atingir 850 hectares no final do Dinástico Antigo I. Em suma, Uruk parece desenvolver-se não apenas como um núcleo regional de alcance localizado, comuns já no período Ubaid, mas suas alargadas dimensões permitem supor uma esfera de influência social e econômica de proporções consideráveis, acirrando a concorrência entre cidades em formação a qual se torna evidente no final do período posterior ao Uruk: Jemdet Nasr (ADAMS e NISSEN, 1972: 9-33).

Portanto, o padrão da Revolução Urbana se localizaria no final do período Uruk, quando houve um crescimento em assentamentos rurais e Uruk já se constituía em um centro teocrático com hierarquias bem definidas entre assentamentos ao redor, indicando um desenvolvimento de estruturas administrativas relativas a um poder centralizado. Os resultados do estudo permitiram ainda recusa de Adams e Nissen ao modelo de Civilização Hidráulica, uma vez que Wittfogel teria imputado um modelo interpretativo para o momento de surgimento do Estado que não levasse em conta as particularidades históricas e geográficas. Os vestígios disponíveis demonstram que o

formato de Estado Hidráulico, no qual o poder teria se estruturado a partir de imensas obras de irrigação, é um modelo que teria respaldo apenas em momentos posteriores da história mesopotâmica (MANZANILLA, 1978: 273). Embora os trabalhos de irrigação tenham se constituído em fontes de liderança, os canais no período Uruk são muito mais modestos em comparação com períodos posteriores. Ademais, a aridez do solo mesopotâmico demandava trabalhos de irrigação, os quais já existiam antes mesmo do advento do Estado (ADAMS, NISSEN, 1972).

Adams e Nissen não desconsideram os trabalhos hidráulicos como fontes de liderança. Eles apenas rechaçam o modelo de Wittfogel por considerá-lo anacrônico e extremamente generalizante. Os trabalhos de alteração no curso dos rios sem dúvida exigiram o envolvimento de um pessoal especializado, submetidos a uma cadeia de decisões coordenada por um órgão decisório que respondesse pelo conjunto social. Desta forma, o padrão de alterações nos cursos dos rios obedeceria a uma lógica social, exercida por uma instituição supradoméstica cujos interesses eram alargados em função do conjunto. Esta seria a base dos desenvolvimentos sociais, políticos e ideológicos que vieram à tona com o advento do Estado, com um papel especial reservado às instâncias religiosas que possuíam a função de consagrar ideologicamente a coesão social e favorecer a mobilização do trabalho em larga escala. O exercício do poder estava, portanto, atrelado não exclusivamente ao fator hidráulico, mas à gerência da diversidade econômica relativa à especialização do trabalho, sendo que as obras de irrigação eram uma dentre diversas outras atividades a serem coordenadas.

O modelo de Adams e Nissen confirma muitas das ideias de Childe, embora os autores sejam tributários de correntes cuja matriz teórica recusou frontalmente as ideias do arqueólogo australiano. A diferença, por sua vez, é metodológica: ao invés de um processo formativo de longuíssima duração e extraterritorial, no qual acumular-se-ia um capital primitivo posto em marcha com o advento da urbanização, Adams e Nissen procuram por padrões formativos em perspectiva regional – o *countryside*. As interações entre núcleos urbanos diferenciados social e economicamente, amparados por uma agricultura intensiva que se desenvolvia graças a trabalhos de alterações nos cursos dos rios seriam a base do poder estatal, consolidado através de intensa atuação ideológica das instâncias religiosas que garantiam a concepção de *todo* social. Este paradigma metodológico foi quase esquecido em virtude de radicais mudanças de perspectiva com a descoberta de sítios no norte mesopotâmico que compartilhavam

características comuns com Uruk. Assim, as teorias de sistema-mundo, em voga na época, passaram, através de Algaze, a se constituir na matriz conceitual dominante, cujos ecos soam até hoje.

4.2 O Debate em torno dos Sistemas-Mundo

O alcance do fenômeno de Uruk extrapola as imediatas dimensões da cidade. No final do período Uruk, postos avançados no norte mesopotâmico, Síria, Anatólia e Planalto Iraniano deixam entrever o alcance deste modelo, aplicado em regiões distintas. O fato notável é o alargamento conceitual de uma estrutura política profundamente vinculada com as vicissitudes naturais localizadas no sul mesopotâmico e sua instalação em regiões circunvizinhas, de natureza menos hostil que em tese dispensariam cuidadosos trabalhos de administração dos trabalhos de irrigação que pudessem levar a uma hipertrofia do poder enquanto estratégia de gestão. A adoção deste modelo por regiões vizinhas despertam uma série de discussões acerca das formas de contatos culturais entre o Sul Mesopotâmico, Susiana e Norte Mesopotâmico.

Uma vertente que encontra grande respaldo nos estudos mesopotâmicos é a da História Mundial Sistêmica, cujo objetivo é o de analisar as *durações* mais do que as superações estruturais, de encontrar padrões intrínsecos a qualquer sociedade (DENEMARK, FRIEDMAN, GILLS e MODELSKI, 2000). Desde Toynbee e Braudel, passando por Wallerstein e Andre Gunder Frank, os grandes esquemas explicativos dão a tônica metodológica, sejam de orientação pós-marxista ou de crítica a este embasamento teórico. Suas origens estão na explicação de um grande sistema capitalista, de longa duração e iniciado em meados do século XV, mas a metodologia com o passar dos anos tornou-se flexível a ponto de abarcar outros objetos (não sem grande preocupação de Wallerstein), inclusive o surgimento e consolidação do Estado enquanto aspecto integrante de um determinado sistema.

A ascensão e a queda de determinados sistemas constitui uma preocupação metodológica que se relaciona com a definição do próprio objeto. Estas dinâmicas resultam em identificar os processos históricos subjacentes à transformação de estruturas, o que em última medida equivale a uma busca pelos reais agentes de transformação. Neste caso, um sistema mundial é composto eminentemente pela temática das hegemonias e lideranças, relações de centro e periferia e a economia mundial que engloba todos os outros fatores. Ainda há de se resolver outro problema: o da *repetição* do processo histórico, oposto ao conceito revolucionário. Neste sentido, a decadência e a queda sintetizam a mudança social, ao mesmo tempo em que a repetição é uma característica histórica.

Segundo Sanderson, o sistema-mundo de Wallerstein, se constitui em uma síntese de uma historiografia braudeliana, mesclando o materialismo histórico marxista e teoria da dependência (SANDERSON, 2000: 185). Nas mãos de Wallerstein, a teoria de sistema mundo é muito mais generalizada do que em Fernand Braudel, possuindo como elementos constitutivos uma inerente luta de classes, um sistema composto de metrópoles e satélites e considerável amplitude geográfica. Sua estrutura interna possui como características básicas a autonomia, mesmo quando se relacionando com outros sistemas-mundo, uma divisão social do trabalho bem estabelecida em termos econômico-geográficos a pluralidade de sociedades e culturas. Em seu modelo, há dois tipos de sistema-mundo: o império mundo e a economia mundo, a qual não necessita necessariamente de unificação política ou econômica, embora não exclua tais possibilidades. Compõem-se basicamente de um núcleo e uma periferia, uma semi-periferia de mediatização entre núcleo e periferia e uma área externa, que se constitui na maior parte dos casos apenas como fornecedores de bens de luxo (WALLERSTEIN, 1979).

Evitaremos nos aprofundar demasiadamente nas discussões. Antes, isolamos apenas alguns aspectos do debate – a real aplicabilidade do sistema de Wallerstein a realidades pré-capitalistas assim como as possibilidades de alargamento conceitual dos sistemas frente à complexificação histórica. Há pelo menos duas fases teóricas: a que consiste na formulação de Wallerstein, adaptada ao desenvolvimento do capitalismo na Baixa Idade Média, e a atuação de Andre Frank no que diz respeito ao alargamento do “tamanho” histórico dos sistemas-mundo. Algaze, no entanto, não realiza um alargamento, ou seja, encontrar variáveis em períodos cada vez mais recuados que

expliquem fenômenos relativamente recentes. Antes, procura transpor diretamente os fundamentos teóricos de Wallerstein em um movimento que coloca em evidência o problema das relações verticalizadas em sociedades pré-capitalistas. A evolução social, neste caso, estaria subjacente às transformações sociais oriundas do contato comercial verticalizado entre regiões que formavam um sistema econômico coerente.

4.2.1 O sistema-mundo de Uruk, de Algaze.

O antropólogo Guillermo Algaze mobiliza de maneira particular a teoria de Sistema-Mundo de forma pioneira estimulando discussões acerca da possibilidade de aplicação em sociedades anteriores ao século XV. A descoberta de sítios no norte mesopotâmico que compartilhavam traços em comum com Uruk reorientou drasticamente a historiografia sobre o surgimento do Estado Mesopotâmico, este passando a ser considerado como fruto dos contatos entre centro e periferia, permeada por ciclos de unidade e disputa. Neste caso, há um importante avanço de uma teoria fundada em princípios econômicos, mas agora dando grande ênfase ao comércio no lugar da redistribuição.

Como pressuposto metodológico, Algaze nota a necessidade se uma abordagem supraregional para a compreensão das organizações políticas complexas do aluvião mesopotâmico na medida em que esta abordagem revelaria uma tendência constante ao invés de tendências específicas de cunho regional – como aquelas observadas por Adams e Nissen - cuja importância poderia variar no espaço e no tempo. Para Algaze

A longevidade de organizações políticas complexas no aluvião mesopotâmico é incompreensível fora de um horizonte universal mais abrangente, um sistema mais amplo de relações econômicas e [...] políticas entre [o aluvião] e áreas com recursos complementares e sociedades a níveis significativamente diferentes de integração sócio-econômica. (ALGAZE, 1993:2)

Nesta perspectiva, os pressupostos estruturais de longa duração da História Mundial Sistêmica fornecem os instrumentos analíticos mais adequados à sua argumentação. A adoção do modelo de Wallerstein o levou a considerar a existência de relações assimétricas a partir de esquemas explicativos oriundos da teoria do subdesenvolvimento, levando em conta o tradicional modelo de comércio de longa-distância com nova roupagem. Em princípio, haveria uma necessidade intrínseca de adequar o desequilíbrio supra-regional com a fluência de bens, não apenas de luxo, mas de uso cotidiano de atestada carência no aluvião. Não há uma explícita preocupação com a “origem” propriamente dita do Estado, mas sim a verificação da duração das estruturas que o caracterizavam.

A tese geral de Algaze é a de que Uruk teria possuído capacidade e recursos suficientes para empreender uma atividade colonizadora que compreendia uma larga área – Síria, Anatólia, Planalto Iraniano - cujo objetivo era o de garantir o constante abastecimento de produtos inexistentes no aluvião. A captação destes produtos foi realizada a partir da instalação de assentamentos os quais mantinham uma relação assimétrica com as populações locais (quando não se tratavam de entrepostos instalados em locais ermos), considerando que Uruk se constituía em um centro dinâmico a partir do qual emanavam as influências econômicas e culturais. Em suma, trata-se de um fenômeno de diáspora de mercadores, formando um quadro complexo de centro e periferia cuja natureza da integração é, em seu argumento, dúbia, embora prefira considerar como um “quase” império comercial. Esta expansão não foi homogênea, variando de local para local a partir de um quadro tipológico estabelecido pelo autor, o qual será um dos principais alvos de críticas à sua teoria (BUTTERLIN, 2003: 103-105).

Consequentemente, a crise deste sistema colonial foi ocasionada por uma crise no coração da estrutura, ou seja, na própria Uruk. Uma vez que os modelos de assentamento eram distintos, a crise do Uruk Tardio se fez sentir de maneiras diversas, com especial gravidade nas colônias siro-anatólicas e com pouca intensidade no Planalto Iraniano (daí a prosperidade de Susa). Esta crise, segundo Algaze, estaria relacionada com o ganho do controle regional do comércio de longa-distância pelos enclaves coloniais, associado a mudanças políticas estruturais na Metrópole que

coincidem com o a passagem do Período Uruk IV para o Jemdet Nasr (ALGAZE, 1993: 111).

As maiores críticas à tese de Algaze são diversas, mas todas concordam em um ponto: a validade de aplicação de um modelo caracteristicamente moderno, relativo ao desenvolvimento do capitalismo no Ocidente quinhentista, para uma realidade tão distante espacial e temporalmente. De fato, uma das discussões mais acirradas dentro da própria História Sistêmica Mundial, como já observamos, é pensar o alcance dos sistemas e o quão eles podem ser utilizáveis. Mais especificamente, há uma crítica mais contundente, elaborada por Gil Stein, com relação à natureza das relações entre “centro e periferia” (STEIN, 1999), que o próprio Algaze deixa em aberto na sua obra e que se constituirá no pilar central das tendências atuais de estudo (BUTTERLIN, 2003: 105). Stein irá utilizar o conceito de “encontros coloniais” e pensar em resultados de mão dupla ao invés de relações assimétricas (STEIN, 2005). Outros eixos de discussão questionam a natureza comercial dos entrepostos, além de apontar problemas diversos na categorização dos enclaves por Algaze.

Em 2001, Algaze reelabora sua teoria absorvendo as críticas mas preservando o essencial de sua tese, a saber, as relações assimétricas entre centro e periferia. Sua revisão consiste sobretudo na readequação das categorias dos enclaves e na afirmação do dinamismo urukiano na conformação do que ele denomina *outposts*. Nos anos 2000, Algaze reorienta seus estudos em direção à emergência do Estado sul mesopotâmico interpretando-o como o produto de uma vantagem ecológica estrutural, se aproximando das teses de Adams e Nissen. Diante das intensas críticas a seus modelos de entrepostos e de colonização, somado às tendências anticentrífugas com relação às origens da cultura de Uruk, volta-se com força para o que ele considera como centro dinâmico, demonstrando com variáveis ecológicas os motivos pelo qual Uruk teria vencido seus concorrentes e partido para uma precoce expansão comercial, com ênfase no sistema fluvial de transporte (ALGAZE, 2001: 20-25).

4.2.2 Tendências atuais da problemática da expansão

As constantes críticas à aplicação da teoria do Sistema-Mundo por Algaze para compreender a realidade mesopotâmica proto-estatal não retiram sua importância em buscar pioneiramente compreender o fenômeno de Uruk através de uma perspectiva global. Ao ser responsável, na década de 70, por inaugurar uma corrente de estudos voltada para a compreensão de fenômenos de expansão econômica e, conseqüentemente, cultural do sul mesopotâmico, o tema da aculturação começa a ganhar novo fôlego e atualmente se constitui em um dos temas historiográficos dominantes. Childe, através de uma perspectiva difusionista, já procura dar conta dos fenômenos de aculturação a partir de Uruk como uma força centrífuga, problematizando o surgimento de Estados primários e secundários, a partir do material disponível em sua época. Hoje, mais de meio século depois, os avanços nas escavações nas regiões periféricas (em detrimento das escavações em Uruk devido aos problemas políticos enfrentados atualmente no Iraque) demonstram uma inegável necessidade de revisão da cronologia dos achados de artefatos tipicamente “urukianos” em locais periféricos. Daí, Butterlin sugere a radical necessidade de se pensar sobre o *mundo proto-urbano*, um conceito mais amplo que considera em maior grau o fenômeno urbano de uma perspectiva mais ampla, reduzindo o poder conceitual da velha dicotomia centro-periferia (BUTTERLIN, 2003:383).

A ideia central por detrás do conceito de mundo proto-urbano em Butterlin é uma readequação cronológica que busca substituir o termo “período Uruk” em favor de “Calcolítico Tardio”. O autor recusa ainda este último termo e prefere “proto-urbano” na medida em que designa uma especificidade que o recorta de uma possível continuidade com o Calcolítico Médio, a saber, a formação de centros urbanos. Tal período teria durado de 4100 a 3100, marcado por tendências políticas de integração e desintegração. Ao mesmo tempo, o mundo protourbano é caracterizado por um “laço dialético” entre mutações decisivas no sul mesopotâmico e contatos interculturais. Nesta perspectiva, o autor revisita o conceito de cultura, arqueologicamente orientado, que faz referência a um padrão de estilos em vestígios materiais que denotam uma expressão cultural específica (BUTTERLIN, 2003:383-385).

Os estudos mais recentes de Gil Stein têm procurado enfatizar o “lado colonial” desta relação dialética, recusando o modelo de relações assimétricas e buscando motivações mais razoáveis do que as propostas por Algaze para a empresa colonial uma vez que o autor a considera, como vimos, desnecessária. Durante o terceiro milênio, as

trocas inter-regionais acontecem sem colônias. Há que se distinguir aqui um importante elemento na argumentação do autor. Há o fenômeno das trocas inter-regionais e sua dinâmica pode ou não conter colônias. No entanto, as motivações para o estabelecimento de colônias são ainda pouco conhecidas. A partir de um estudo mais detalhado de Hacinebi, realizado no início da década de 90, mais atenção foi dada a características locais, a partir das quais a própria cidade de Uruk teria se readequado em função das relações que mantinha com seu entorno (STEIN, 1999).

Marcella Frangipane têm contribuído para renovar o panorama de surgimento do Estado, interpretando este fenômeno como um produto da expansão de Ubaid pela Mesopotâmia. Neste sentido, Uruk seria um modelo de Estado específico, assim como Arslantepe, um Estado não-urbanizado. Embora tenha existido uma diferença na organização econômica, a presença de um substrato cultural comum que impelia à centralização política teria levado ao surgimento de diversos modelos de Estado. Portanto, a autora é tributária da ideia de complexidade social regional. Enquanto o sul apresenta um modelo baseado em *staple finance* – ou seja, uma riqueza baseada na produção de alimentos e sua redistribuição, o norte mesopotâmico, pela força do meio-ambiente, teria produzido pouco excedente alimentício e se concentrado no comércio de luxo, desenvolvendo uma *wealth finance*. Haveria assim, uma complementaridade potencial entre estas duas situações e Arslantepe seria o resultado local do contato entre o sul e o norte mesopotâmico (FRANGIPANE, 1996). Já Butterlin afirma que a colonização foi um evento esporádico, e que a aculturação foi um fenômeno muito mais amplo. Neste sentido, desenvolveu-se um debate em torno da reciprocidade ou não de influências entre Uruk e as regiões colonizadas (BUTTERLIN, 2003: 387).

Cabe aqui fazer algumas observações: a redefinição do conceito de cultura de Uruk – ligado tradicionalmente aos estilos cerâmicos e de artefatos - e sua diferenciação da ideia de modelo civilizacional, bem como problemáticas cronologias com relação à presença da cultura de Uruk em Susa, em que reavalições de sequências estratigráficas têm demonstrado a possibilidade de que a dita “cultura de Uruk” tenha sido um produto intercultural, uma fusão entre duas realidades, leva a uma necessária reavaliação da ideia de “origem” do Estado enquanto matriz explicativa. Um motivo é que a noção de origem implica um antes e um depois, localizados temporal e espacialmente. As últimas tendências na pesquisa têm demonstrado que o advento do Estado têm fundamentos muito mais complexos, frutos de intensos contatos culturais. Em segundo lugar, ao

mesmo tempo em que a cultura de Uruk parece ser autônoma em relação à cidade propriamente dita, os diversos modelos estatais surgidos na Mesopotâmia são indícios de diversas “origens” do Estado cuja definição torna-se mais volátil. Desta forma, as soluções autóctones ganham mais evidência, embora possam se desenvolver a partir de um cabedal cultural semelhante. Frangipane, como demonstramos, resolve esta questão a partir de características econômicas intrínsecas a cada local. Uma nova roupagem da discussão agência e estrutura, ou ainda causa e efeito, buscando-se relações mais simétricas.

4.3 Reavaliação do problema da origem da escrita sob as problemáticas urukianas

O percurso teórico aqui descrito demonstrou como a questão “origem do Estado” desenvolveu-se desde as primeiras formulações filosóficas do XIX, profundamente vinculadas com o evolucionismo clássico, o Materialismo Histórico, Escolas Sociológicas até uma guinada heurística promovida por Childe, que reorientou a questão para o seu surgimento ocorrido no Oriente Médio. A retomada do evolucionismo, sem a noção de progresso em sua formulação, levou a uma reconsideração do problema a partir de uma abordagem comparativa, sendo acusada pela escola materialista-histórica de alijar o processo histórico da argumentação e promover esquemas excessivamente generalizantes. Há ainda, por sua vez, teóricos da História Sistêmica Mundial que, ao invés das mudanças, ocupam-se das durações das estruturas. Todas essas tendências apresentam algum grau de intercâmbio, mas o seu espraiamento para os estudos mesopotâmicos foi marcado pela heterogeneidade.

A origem do Estado logo ganha contornos precisos em Uruk. Com Adams e Nissen, este Estado possui suas bases através de um sistema de interações regionais amparados por um regime de agricultura intensiva. Até que, com Algaze, o Estado seja fruto de contatos culturais, mas neste caso, amplas relações assimétricas. As tendências atuais em enfatizar o caráter das “periferias” e compreendê-las como soluções autóctones e não desvirtuadas, bem como a retirada de Uruk de um patamar de centro dinâmico superior reconfigura a noção de origem do Estado mesopotâmico como o produto de relações dialéticas, difícil de detectar no tempo e no espaço.

Dentro desta perspectiva, à luz das novas considerações acerca do fenômeno de Uruk, há também a necessidade de se repensar a natureza do poder exercido em tempos proto-urbanos. Uma vez que a ideia de Uruk como um centro dinâmico – seja comercial, seja cultural – é questionada, conseqüentemente as soluções encontradas para a organização e o exercício do poder podem ser particularizadas. De forma genérica, seria como abordar Uruk como um fenômeno não mais paradigmático, mas específico que transita de maneira especial dentro de um contexto cultural maior. Enfatizamos a mudança histórica que leva ao exercício do poder centralizado no templo a partir de mecanismos específicos e de que forma elites seculares tenderam a se sobrepôr a elites religiosas (HEINZE, 2012: 184).

A questão que se coloca é: qual a relação precisa entre o surgimento do grafismo e do Estado? Uma vez que o Estado institucionaliza mecanismos de controle social, sua relação com a escrita parece-nos indubitável: ela seria um instrumento deste controle. Esta correlação já defendida por Levi-Strauss (LEVI-STRAUSS, 1955), aprofundada por Ignace Gelb, para o qual não há civilização sem escrita e vice-versa (GELB, 1963: 222) e radicalizada por Jack Goody, que procura demonstrar como a lógica da escrita literalmente influenciou na organização de sociedades complexas (GOODY, 1977), figura atualmente nos manuais como um dado irrefutável. No entanto, há um longo debate desenvolvido na Antropologia que questiona o papel crucial da escrita no processo de complexificação social, sobretudo através de análises comparativas entre a sociedade mesopotâmica e inca. Esta problemática depende, por sua vez, dos conceitos de escrita envolvidos e neste ponto é necessário enfatizar algumas particularidades das notações encontradas nas supracitadas sociedades.

Definir a escrita não é tarefa fácil, mas é possível *grosso modo* entendê-la como um sistema de comunicação material estruturado a partir das relações entre notações gráficas e a sintaxe da fala, com algumas variações no tempo e no espaço (VANSTIPHOUT, 1995: 2182). O problema é que tanto o protocuneiforme como os *quipos* incas não apresentam indícios claros de reprodução fonética ao passo que se associam mais diretamente ao processo de incremento da complexidade social em suas regiões de origem: notações gráficas que reproduzem indubitavelmente o idioma sumério, por exemplo, surgem na Mesopotâmia apenas em 2800 a.C., quase um milênio após os impulsos iniciais da urbanização. Para Mogens Trolle Larsen, a evidência comparada entre Peru e Mesopotâmia demonstra a importância de um sistema genérico

de notação e registro ao invés de um sistema de "escrita", enfatizando a semelhança funcional entre a organização dos registros contábeis expressos nos *quipos* e nos *tokens*, *bullae*, selagens e tabletes protocuneiformes, todos objetos que circulavam em sociedades que já apresentavam um considerável grau de complexidade (LARSEN, 1986: 185).

As teorias que versam sobre a origem da escrita possuem contrapartidas importantes no que se refere às múltiplas visões sobre a natureza das transformações que levaram ao surgimento do Estado. A reutilização de formatos de *tokens* como posteriores notações numéricas ou conceitos no protocuneiforme seria evidência de um desenvolvimento cognitivo contínuo associado ao progressivo incremento das trocas econômicas ocorridas em um amplo horizonte geográfico. Em um determinado momento, em fins do quarto milênio, este processo quantitativo associado ao rápido desenvolvimento econômico teria estimulado um segundo passo: a abstração das notações empregadas, que teriam perdido o necessário vínculo de concretude com o objeto referenciado (NISSEN, 1986; SCHMANDT-BESSERAT, 1992). Se do ponto de vista do formato das notações gráficas as evidências corroboram o percurso *tokens*-tabletes numéricos-protocuneiformes-cuneiformes, uma análise sob outra perspectiva demonstra que este encaminhamento não é tão linear quanto parece.

As críticas feitas por Glassner com relação à tese evolutiva da escrita se dividem em duas frentes: uma teórica, que aponta a deficiência em explicar como notações concretas tornam-se abstratas e que a escrita (rótulo sob o qual o autor também coloca os protocuneiformes) seria um produto completamente inovador; outra empírica, ao demonstrar a contemporaneidade dos tabletes protocuneiformes e dos numéricos, dois sistemas que, na visão de Besserat, correspondem a estágios distintos na evolução da escrita. Michalowski afirma que o protocuneiforme surgiu repentinamente e constituiu-se em uma tecnologia de poder que funcionava de forma paralela a outros sistemas como tabletes numéricos, proto-elamitas e *tokens* (MICHALOWSKI, 1990:54-58). Já para Pollock, o protocuneiforme surgiu como resposta a mudanças sócio-econômicas que demandaram a criação de um sistema *de registro e arquivagem* mais flexível, enfatizando o processamento mais do que a notação em si (POLLOCK, 1999: 167).

Há, no entanto, uma certa generalização do conceito de escrita, de certa forma remontando às ideias de Gordon Childe, no qual a Escrita (com E maiúsculo) teria sido

inventada graças a fatores geograficamente amplos que confluíram na cidade de Uruk, no momento da Revolução Urbana. Porém, a exemplo de Peter Damerow, é necessário particularizar este evento de forma a resgatar a sua dimensão histórica, evitando-se excessivas generalizações que passem ao largo das particularidades encontradas neste momento tendo o protocuneiforme acompanhado tais mudanças. Outra crítica a ser feita é o caráter excessivamente filológico-semiótico das abordagens sobre a Escrita: como afirma Larsen, é necessário encarar os tabletes como objetos assim como potes e outros artefatos, objetos que circularam e que tiveram vida social. Disto resulta duas possibilidades de análise: em primeiro lugar o particularismo e o aspecto incomum do protocuneiforme frente a outros sistemas de notação e em segundo lugar a crítica à ideia de *necessidade* por um tipo específico de notação gráfica, o que discutiremos sob a ótica do conceito de imaterialidade, formulado por Daniel Miller (MILLER, 2005).

Atualmente, o fenômeno de Uruk não pode mais ficar restrito ao sítio homônimo. As recentes críticas ao modelo de Sistema-Mundo tal qual aplicado à Mesopotâmia por Algaze têm admitido a possibilidade de que os aspectos culturais verificáveis nos vestígios arqueológicos em Uruk são, na verdade, associados a uma dinâmica complexa de contatos culturais sem que estejam necessariamente vinculados a um centro ou periferia (STEIN, 2005). Desta forma, por ocasião da ênfase dada às escavações na "periferia" de Uruk, aspectos locais dos sítios urukianos têm sido enfatizados como uma estratégia metodológica de relativização do modelo de dominação monocêntrica a partir do sul mesopotâmico. Neste sentido, seria possível falar *grosso modo* em aspectos gerais e particulares de cada assentamento, sendo o primeiro relacionado à cultura proto-urbana como um todo e o segundo a forças locais que de alguma forma seriam recalcitrantes ao processo de expansão cultural cujo centro dinâmico tem se mostrado cada vez mais difuso. O protocuneiforme, historicamente considerado, parece estar mais associado ao segundo caso, enquanto os tabletes numéricos despontam como dispositivos econômicos em um largo contexto geográfico, inclusive Uruk. Em suma, enquanto os numéricos representam técnicas econômicas bem difundidas, os protocuneiformes começam a despontar como instrumentos que circulam em um primeiro momento em um contexto bastante localizado e que oscilam entre uma referencialidade econômica e outra institucional, conforme visto no capítulo anterior.

Em contrapartida, a desmontagem do esquema evolucionista da origem da escrita coloca diversos problemas no estabelecimento das cronologias referentes ao momento de expansão. Por exemplo, os últimos estágios de Habuba Kabira e Jebel Aruda são tradicionalmente correlacionados ao nível Uruk-Eanna V, entre outros critérios pela ausência de tabletas protocuneiformes ou algum equivalente como o proto-elamita. Estes sítios, que representariam um impulso expansionista na planície síria, teriam seus momentos finais coincidindo com o surgimento de uma arquitetura monumental em Uruk no nível Uruk-Eanna IV que pode estar de alguma forma relacionada com alguma reação ao declínio daquele impulso caso a tese evolutiva da escrita seja utilizada como um critério. Uma vez admitida a contemporaneidade dos sistemas numérico (mais antigo) e protocuneiforme, é necessário reformular interpretações que relacionem a escrita com o processo de expansão.

Glassner argumenta que a diferença entre tabletas numéricas e protocuneiformes não é conceitual ou temporal, mas contextual sendo os numéricos denominados por ele de "tabletas privadas" (GLASSNER, 2000: 234). Pascal Butterlin sugere que as notações numéricas teriam sido difundidas com mais facilidade dado o caráter "democrático" deste sistema (BUTTERLIN, 2003: 85-86). De qualquer forma, nenhuma destas interpretações recusa frontalmente a ideia de que o protocuneiforme é inicialmente uma especificidade de Uruk e que esta particularidade possa estar associada a um momento crítico. Este momento teria criado determinadas condições em Uruk para o desenvolvimento de notações gráficas cujo contexto de circulação foi notavelmente pequeno antes de sua difusão por toda a Baixa Mesopotâmia no Período Jemdet-Nasr.

Estas condições são normalmente traduzidas por "necessidades". Nissen afirma que o protocuneiforme teria sido inventado como uma "resposta" à necessidade de gerenciamento de quantidades imensas de informação que surgiam em decorrência da expansão dos processos econômicos em fins do quarto milênio (NISSEN, 1986:323-326). De maneira semelhante, Bottéro diz que a escrita seria um instrumento mnemônico utilizado em um contexto no qual a capacidade da memória orgânica teria sido ultrapassada e isso teria estimulado o desenvolvimento de uma tecnologia que auxiliasse o administrador no desempenho de suas funções (BOTTÉRO, 1987). Childe afirma que a presença de escrita é um critério fundamental para se definir uma cidade e,

consequentemente, um Estado e que a escrita seria uma ferramenta de poder (CHILDE, 1958).

Estas visões, embora consagradas, parecem-nos extremamente mecânicas. As informações geradas parecem surgir em um vácuo para depois serem processadas em tabletes. No entanto, devemos considerar alguns fatores: em primeiro lugar, de que forma informações são geradas, ou seja, o que interessa manter sob controle econômico e/ou administrativo? Vimos no capítulo anterior, com o exemplo dos tabletes lexicais, que isto depende do grau de referencialidade do sistema administrativo e das categorias surgidas em seu seio. Em segundo lugar, como estas informações serão armazenadas ou veiculadas? Em terceiro, qual a relação entre sociedades eminentemente orais e memória orgânica? Até que ponto a ideia de uma "falta" de memória se associa ao desenvolvimento da escrita como um substituto direto? Todas as perguntas estão intimamente vinculadas e o fator em comum entre elas é o conceito de materialidade e seu oposto, imaterialidade.

Colin Renfrew observa que a sociedade humana pós-sedentarização tendeu a tornar-se mais material, o que teria ocorrido graças a um desenvolvimento cognitivo subdividido em dois momentos principais: um associado ao período dos primeiros assentamentos produtivos (*early farming*), quando monumentos e outros objetos de cultura material literalmente *criam* memória coletiva, coesão grupal e hierarquias; e um segundo momento associado ao trabalho com metais, no qual ouro, cobre e bronze ajudam a criar noções de valor em que riqueza e prestígio associar-se-iam mais tarde à hierarquização social. Neste sentido, mais do que *expressar* fatos sociais, os objetos materiais *imiscuem-se* fenomenologicamente à ação humana, possuindo um papel ativo na sociedade em que ocorrem: “mente e objeto são mutuamente constituídos” (RENFREW, 2001; HODDER, 2004: 46)

Segundo Hodder, o argumento de Renfrew segue uma tradição de crítica à dicotomia cartesiana entre mente e matéria cuja superação pelo conceito de *substancialização* ou *material engagement* levaria à transcendência da dualidade mente e objeto. Hodder endossa a visão de que “o simbolismo material é inseparável de seu próprio conceito” (HODDER, 2004: 47.), mas procura reverter a hipótese de Renfrew ao afirmar que este salto qualitativo da materialidade em fins do Neolítico não conduz apenas a relações simbólicas, mas é produto do emaranhamento inevitável entre a

sociedade humana e o mundo físico. Uma das consequências sociais mais evidentes do emaranhamento seria uma equivalência entre a quantidade de objetos envolvidos, e o ciclo de dependência de humanos e objetos (e vice-versa), entre humanos e humanos, entre os próprios objetos e também o conjunto e a heterogeneidade do emaranhado, levando em consideração as diferentes temporalidades das vidas humanas e da duração das “coisas” (*things*).

A duração e especificidade dos objetos, chamadas por Hodder de “coisicidade” (*thingness*) das coisas “evocam momentos históricos fixados em um fluxo de eventos”, ou seja, os objetos “sobrevivem aos compromissos (*engagement*) materiais momentâneos e interações da vida social”, criando conexões e histórias (HODDER, 2004: 47). Desta forma, o emaranhamento assume também uma dimensão temporal na medida em que objetos, por um lado, criam extensões de eventos e de egos e, por outro, permitem sua guarda, acumulação e recuperação. Esta atitude material de retenção parece em um primeiro momento se opor à prática das trocas imediatas que caracterizaram sociedades menos complexas baseadas na imediata reciprocidade. No entanto, a retenção de objetos pode assumir naturezas distintas: pode referir-se a obrigações dos homens com deuses (INGOLD 1995; HODDER, 2004), ao acúmulo de bens envolvendo prestígio e alta posição social (CHILDE, 1961; RENFREW, 1998), armazenamento de bens em virtude de períodos de entresafra (CHILDE, 1958), e, em nosso caso, guarda de documentos relativa ao controle de acesso a bens socialmente produzidos.

A guarda de documentos na Mesopotâmia do quarto milênio se situa, portanto, em um contexto de “salto” material de fins do neolítico que teve como uma das consequências mais evidentes a possibilidade de acumular o mundo físico culturalmente apropriado. Desta forma, mais do que expressões físicas de transações econômicas, os documentos *se inseriam* como um elemento específico no todo da transação, tanto em relação a outros dispositivos como em relação aos bens movimentados. A manipulação consciente das distintas temporalidades dos mundos material e humano levou ao disciplinamento e sistematização necessários para a estabilidade das práticas administrativas orientadas por arquivos. A guarda de selos e, posteriormente, de tabletas protocuneiformes conformaram uma estrita dependência material em torno da prática da administração. Não seria possível, levando em conta conceber um sistema de vigilância de portas sem a possibilidade física da argila moldável transformada em selo através de um processo cultural de gravação e escolha de imagens com uso de um dispositivo

específico designado para tal fim.

Verificamos que, no capítulo anterior, a autorreferencialidade do sistema administrativo tendeu a emaranhar o homem em uma relação de dependência cada vez maior com documentos, cuja instrumentabilização da temporalidade da matéria prima – argila endurecida - passou a ser utilizada na administração em profunda relação com o fator tempo. Portanto, a capacidade de geração de informações depende em grande medida do repertório mental já existente para produzi-las. E neste caso, a produção de notações como uma característica intrínseca de sociedades complexas – seja mesopotâmica ou inca – parece um fator crucial e não apenas como um instrumento de memória, mas como um objeto ativo na conformação de uma memória escrita específica que inclusive caracterizará a cultura mesopotâmica posterior, bem como laços de autoridade pautados na circulação e recuperação dos artefatos-documentos.

Aquelas visões mecânicas que interpretam a relação entre escrita e complexidade social consideram a materialidade como um instrumento passivo de satisfação de necessidades, subjugada pela mente humana proveniente de um mundo de ideias descolado da realidade física. Uma alternativa possível seria considerar a criação de dispositivos de controle através de uma relação dialética com a realidade, em um processo que Miller denomina “objetivação”. Neste fenômeno não há uma separação fundamental entre humanidade e materialidade e a partir deste pressuposto desenvolve-se um

processo no tempo pelo qual o ato de criar formas cria consciência ou capacidade tal como habilidades e a partir daí transforma ambas forma e autoconsciência do que se tem consciência ou uma capacidade daquilo que agora tem-se habilidade. (MILLER, 2005: 9)

A partir desta definição, a própria criação de necessidades parece-nos um ato de consciência calcado na própria realidade: tabletas com notações foram criados (forma) a partir de uma relação histórica entre homem e matéria que contempla, por um lado, o uso de argila como matéria-prima de quase todo o universo culturalmente apropriado e, por outro, o uso desta argila em atividades administrativas e econômicas prévias. Não se trata de uma teoria da representação, mas de como homens e coisas se co-produzem.

O problema é que tal definição dificilmente comporta a historicidade destas relações. Como o próprio Miller afirma, a criação de leis faz com que nos observemos

como pessoas com direitos e limitações (MILLER, 2005: 8). Mas quando e por que tais leis são criadas? Miller foca-se no processo de objetivação em si e em seu conceito oposto “imaterialidade”, no qual a criação de autoconsciência do que se tem consciência e de habilidades dentro do que se cria em termos de capacidades não são mediadas pela criação de formas. Neste sentido, Miller considera a imaterialidade como uma “falha” (MILLER, 2005: 20) no processo de objetivação, embora note que, em termos religiosos, a busca pelo imaterial é mediada pelo físico em diversas vertentes. Imaterialidade e materialidade não correspondem a momentos históricos distintos, mas a formas opostas de criação de autoconsciência e habilidades, bem como identidades.

Lynn Meskell apresenta uma visão histórica dos processos de objetivação, como *worldy engagement*, que realiza-se através da materialidade entendida como um conjunto de relações sociais. Esta relação é historicamente constituída

Uma vez que materialidade não é legível como um dado conjunto de condições ou práticas comuns a todas as culturas em todas as épocas, é seguramente necessário estudar momentos culturais específicos para entender noções contextuais do mundo material e sua propensão para forjar, moldar, interpolar e possibilitar mesmo desafiar e subverter relações sociais e experiências (MESKELL, 2013:2)

A partir destas considerações, a origem de artefatos-documentos não pode ser restrita a uma explicação que emula nossas próprias limitações de uso da memória orgânica ou das dúvidas que envolvem a capacidade da oralidade como veículo de expressão. Além do mecanismo simplista da “satisfação de necessidades”, há ainda uma projeção ao passado que está baseada em uma equação atual entre capacidade de acúmulo de informações na memória e volume de informação.

5. Conclusão

As relações entre o desenvolvimento de notações gráficas e o incremento da complexidade social não devem ser vistas de forma mecanicista, como a satisfação de uma necessidade por uma tecnologia de registro que superasse as limitações da memória individual. Além da cautela que devemos ter com relação à capacidade de armazenamento de informações na memória por indivíduos oriundos de sociedades orais – como a de Uruk no quarto milênio - o ato da documentação possuía motivações sociais e jurídicas, expressando ao seu modo atos relevantes para a administração bem como conformando materialmente laços de autoridade baseados na consulta e verificação de informações preservadas em argila endurecida. A primeira conclusão geral, portanto, é uma relação direta entre a proliferação de conceitos administrativos e hipertrofia documental que em grande medida decorreu da experiência da fabricação de dispositivos para a manutenção do controle social em um momento de retração da expansão de Uruk, por volta de 3200-3100 a.C. Esta retração, por sua vez, coincidiu com um momento de crescente autorreferencialidade administrativa, observado com mais clareza no período Jemdet Nasr pelas práticas administrativas envolvendo a contagem de produtos por tempo, com a informação arquivada gerando novas informações arquivísticas. Neste contexto, o protocuneiforme conhece sua forma mais desenvolvida sendo, portanto, um tipo de notação característico de um momento de reformulação de uma sociedade que já apresentava um considerável nível de complexidade.

Admitimos que o estudo de tais práticas como uma alternativa a estudos sobre a origem da escrita não pode ser feito sem riscos, uma vez que as incertezas cronológicas que pairam sobre o sítio de Uruk, bem como as relações com seu entorno, parecem insolúveis. Da mesma forma, a reconstituição da vida social dos objetos aqui analisados foi feita não sem uma pequena dose de especulação, embora tenhamos – poucas, mas existentes – evidências contextuais de como os tabletes operavam em conjunto, bem como dados referentes à arquitetura da época que apontam para uma inexistência de um grande espaço para arquivo. As etiquetas sugerem ainda a existência de unidades de arquivamento perecíveis – como sacolas de palha ou couro – nas quais aquelas etiquetas eram afixadas (SZARYNSKA, 1994; ENGLUND, 1998).

Porém, devido às limitações da filologia no que se refere à análise do protocuneiforme (DAMEROW, 2006: 2), consideramos oportuno, apesar das evidentes dificuldades, empreender um estudo que minimamente pudesse esclarecer os mecanismos administrativos intrínsecos à instituição que comandou nada menos do que o processo de centralização política na Mesopotâmia. É verdade que este processo ocorreu em esferas diversas, mas a instância da administração oferece uma perspectiva privilegiada para pensarmos como agentes efetivam concretamente mecanismos de poder e de que maneira conduzem seus esforços na consolidação de hierarquias sociais. Assim, procuramos uma análise das práticas administrativas pelo viés da materialidade, em nosso estudo de caso operando sob uma lógica arquivística.

O espaço de circulação dos dispositivos de controle e sua relação com outros objetos também são reveladores. No auge da expansão urukiana, enquanto tabletas seladas apresentam em sua maioria motivos relacionados a animais e poucos humanos apresentados em atitude de poder, as selagens de portas e produtos apresentam justamente a tendência oposta. Neste sentido, há uma mensagem que se refere à natureza do produto lacrado em determinado recinto (e não tanto a nosso ver a uma pessoa específica ou cargo), cujo acesso deveria ser realizado através de trâmites “oficiais”. O trabalho envolvido na gravação de um selo poderia se relacionar inclusive com certa rigidez que caracteriza o ato administrativo, ritualizado e reproduzido.

Na retração desta expansão, ideogramas que eram apenas ocasionalmente gravados passaram ser hegemônicos no lugar das selagens. Seu aprendizado em um primeiro momento era restrito a administradores locais, o que sugere um ganho de força de certos setores da elite em termos de capital de exercício de poder. A hipótese de Heinze sugere a subida de uma elite “secular” cuja hegemonia se manifestou concretamente com a remodelação completa do recinto de Eanna (HEINZE, 2012:184), porém necessitaríamos de estudos mais aprofundados para descobrir se é esta elite que está por detrás do desenvolvimento do protocuneiforme. Um fator de evidência é que o grupo social hegemônico do final do período Uruk Tardio foi capaz de mobilizar recursos suficientes para criar novos conceitos jurídico-administrativos, o que conseqüentemente conduz a uma maior fiscalização e dependência de trâmites documentais. Interessante notar que as primeiras listas lexicais lidavam em sua maioria com cargos oficiais, ou seja, uma maior preocupação em definir com clareza os deveres e obrigações de pessoas em uma dada instituição.

A hipertrofia documental e a potencial pulverização da informação colocavam sérios riscos à administração. Os tabletes parecem ter sido agrupados em locais diversos, sob a tutela dos mais diversos oficiais responsáveis por diversos atos administrativos, não havendo mesmo um padrão geral de composição. Esta descentralização do arquivo é uma tendência que pode ser vista na própria composição dos tabletes: pequenas séries que apresentam estruturas similares possivelmente como uma estratégia de organização visual que vinculava os documentos a um determinado processo. É o caso de documentos de Uruk IV que associam os sinais GAR3 e ZATU 694 e Uruk III, que associam UDU ŠITA BA, conforme vimos no capítulo de análise.

Outros conceitos parecem ser mais transversais, sobretudo aqueles ligados à redistribuição de alimentos: BA, GI e GU7. Os dois primeiros conceitos aparecem abundantemente tanto na documentação da fase IV como na fase III enquanto o terceiro cresce em importância na fase III. GU7 aparece como indexador da mensagem, localizado em lugares de destaque do tablete tais como o resumo no obverso ou do lado direito em uma coluna sem segmentos. Há conceitos compostos como GU7 |GI.GI|, cujo significado não é claro. De qualquer forma, esses três conceitos aparecem com frequência – juntamente com oficiais responsáveis não pela movimentação dos bens, mas pela consulta e fabricação documental – na documentação U4, e constituem-se em informações arquivísticas usadas para compor estatísticas de produção e consumo. Os documentos U4 demonstram com maior clareza o crescimento da autorreferencialidade institucional e a geração de documentos a partir de outros documentos, estruturando um universo meta-informacional que mantém o homem em uma dependência cada vez maior de instrumentos físicos de controle administrativo.

A particularidade das evidências revela, por sua vez, que em uma dada instituição os atos comunicativos envolvendo o uso de dispositivos como selagens e tabletes têm por finalidade assegurar certos laços hierárquicos entre a própria camada de administradores e não entre administradores e a sociedade em geral. Os mecanismos de exercício do poder variavam segundo os polos da equação: entre os administradores e a sociedade, mecanismos simbólicos e ideológicos, expressos pela monumentalidade das construções e pelo monopólio da força e da intermediação entre o homem e sua esfera divina parecem ter sido hegemônicos; entre os próprios administradores, o uso dos dispositivos de controle analisados teria exercido uma função importante no que se refere ao controle do trânsito de produtos nas instituições geradoras da informação. Este

controle pode ter sido uma estratégia que buscou diminuir a influência de chefias locais por uma elite administrativa que as aproximou da esfera administrativa pelo preço da obediência. Porém, esta hipótese necessitaria estudos mais aprofundados.

Os modelos teóricos de surgimento do Estado revelam uma tendência em se buscar as causas e a natureza do incremento da complexidade social, se ruptural ou transicional, com variáveis mais ou menos decisivas dependendo da hipótese aplicada. Em nosso estudo, procuramos demonstrar que o exercício do controle social – que pressupõe a existência de setores recalcitrantes ao processo de centralização política – não se realizou sem negociações entre os mais diversos setores da elite que progressivamente abandonam a participação direta na esfera produtiva. Neste caso, a expressão concreta de estruturas hierárquicas passou pela relação cada vez mais volumosa entre um setor específico de controle social e a fabricação de documentos decorrente da ritualização e padronização de atos administrativos. Tal foi permitido graças à experiência histórica do uso da argila como matéria-prima.

O desenvolvimento histórico de mecanismos autorreferenciais observados no período Jemdet Nasr estaria atrelado ao que Miller denominaria formação de uma autoconsciência institucional. O funcionamento da máquina administrativa teria gerado demandas específicas consequentes, por um lado, da tentativa de controle através da criação de conceitos administrativos e, por outro, da hipertrofia documental associada à formação de um vínculo concreto entre oficiais. Dito de outra forma, quanto mais atos administrativos, maior a necessidade de envolver oficiais para sua realização e quanto mais oficiais, maior a necessidade de fiscalização e controle, papel desempenhado pelos tabletes que conformavam laços de autoridade entre administradores. A partir das dificuldades geradas pelo inchaço da máquina administrativa, as soluções encontradas – estatísticas de tempo de modo a preservar informações essenciais - coincidiram com o “despertar” de uma consciência de que a administração possuía dinâmicas próprias.

Entre o Uruk Tardio e Jemdet Nasr as práticas administrativas tenderam a convergir para um aspecto mais localizado às novas configurações sociais que se avolumavam em decorrência da crise expansionista. Enquanto tabletes potencialmente selados – apenas os tabletes já que as selagens continuaram a existir *per si* – se constituíam em instrumentos característicos do auge da expansão urukiana, assim como as informações lacunares por eles veiculadas se relacionavam por um lado à existência

de um amplo horizonte cultural e, por outro, de um papel preponderante da oralidade no processo, os tabletes protocuneiformes da fase IV tenderam a reforçar o aspecto ideográfico dos tabletes e abandonar as selagens. Isto se radicaliza na fase III, quando mecanismos de autorreferencialidade administrativa são mais evidentes com a administração por tempo. A extrema dependência do homem por tabletes na administração ao mesmo tempo se avolumava ao mesmo tempo em que se verificava um baixo nível de padronização de composição, bem como de transferência de informação para outros documentos.

A escrita, desenvolvida após o fim da cultura de Jemdet Nasr, surge a partir de alguns princípios: em primeiro lugar, ao reproduzir a fala, passa a ser uma ferramenta de racionalização documental já que permitia a condensação de um grande volume de informações em um único tablete – que foi obviamente mantido como artefato de controle administrativo; possui uma flexibilidade maior que o protocuneiforme embora seu aprendizado fosse igualmente árduo. Com isso, a escrita ganharia um enorme potencial arquivístico: enquanto os protocuneiformes tendiam a registrar o essencial dos atos administrativos, sem necessariamente fazer referência à oralidade, a escrita passou a materializar a oralidade intrínseca aos atos oficiais, possibilitando o registro de todo o contexto do ato. Assim, e através do desenvolvimento de padrões arquivísticos mais claros – como a fabricação de resumos anuais em Ebla que obedecia a critérios padronizados – a escrita passou a se constituir na principal ferramenta de controle da Mesopotâmia, trazendo, por sua vez, influências de sistemas anteriores do ponto de vista do processamento arquivístico.

As evidências, portanto, demonstram que o surgimento do protocuneiforme ocorre em um momento avançado de urbanização, ou seja, entre o momento de surgimento das primeiras cidades e utilização dos primeiros tabletes as atividades econômicas e administrativas não teriam sofrido incrementos substanciais. Neste sentido, os tabletes protocuneiformes estão no bojo da criação de referências administrativas, ou seja, as primeiras instituições passaram a ter consciência de mecanismos que eram intrínsecos ao seu próprio funcionamento, em que suas funções administrativas ligavam-se à economia, porém de forma indireta. De maneira simples, era como se as instituições, através do uso de tabletes, passaram a ter uma espécie de autoconsciência de seu papel administrativo, descolado da realidade produtiva, porém controlando-a. Evidentemente mecanismos de poder são anteriores à escrita, mas em

Uruk as grandes instituições passam a ter consciência de um funcionamento interno da administração, ou seja, é o início do controle indireto das esferas produtivas.

As atividades econômicas de até então eram eminentemente permeadas pela oralidade, mediadas pela utilização de tabletas numéricas cuja instrumentabilização da materialidade passava pelo referencial concreto entre informação no tablete e produto trocado. Este sistema, funcionou perfeitamente, inclusive em Uruk, mas como os tabletas demonstram, funcionavam como dispositivos econômicos em pequena escala. Assim, o grande volume de informações não pode ser usado como explicação direta sem que se pense qual era o objeto do controle, e este objeto foi constituído dialeticamente através da criação de tabletas e de conceitos administrativos. Se em um primeiro momento, o objeto eram as trocas econômicas, em um segundo momento o objeto da administração era a própria administração, e os problemas colocados eram intrínsecos à contradição inerente a este sistema, ou seja, quanto mais tenta-se o controle, mais isso será feito pela via administrativa, aumentando o objeto da administração e contribuindo para o seu colapso graças ao seu volume hipertrofiado. E o objeto central da administração em Uruk foi a supervisão de oficiais, que multiplicaram em número na fase III.

A criação de conceitos administrativos e o uso cada vez maior de tabletas geraram por sua vez novas demandas administrativas. Mas não se trata em absoluto de um problema de falta de memória ou uma resposta a necessidades que, provavelmente, os urukianos nem sabiam que as possuíam. O fato é que em um primeiro momento, mecanismos de poder existiam, mas a oralidade ainda constituía um elemento importante. Historicamente, devemos pensar que a invenção do protocuneiforme é originada em Uruk e, na fase III, exportada para outros centros. Isto nos leva às seguintes questões: qual o papel da escrita em sociedades orais? Certamente não é o da substituição da memória orgânica. Em Uruk, o protocuneiforme revela uma autoconsciência da administração que se estrutura através de mecanismos arquivísticos que tem por objetivo primário conformar relações de autoridade as quais tornam-se cada vez mais difusas. Os tabletas mantêm o referencial concreto no que diz respeito a relações de autoridade, mas suas notações vão se tornando cada vez mais abstratas com o tempo.

Neste sentido, as relações entre o surgimento do protocuneiforme (e não “escrita”) e a complexidade social não devem ser vistas mecanicamente, como sujeitos

que criam e objetos que expressam ideias humanas e satisfazem necessidades “ideais”. Antes, o incremento da complexidade, em termos históricos e geográficos, não está relacionado com qualquer tipo de escrita, sendo a Civilização Inca uma evidência contundente neste sentido. Mecanismos de autoridade já existiam, e a oralidade desempenhou um papel importante. A utilização de tabletes em Uruk, portanto, não deve ser vista como uma regra, mas como uma exceção, ou seja, não é a substituição da memória orgânica, mas a utilização de objetos que, sendo usados arquivisticamente, associam-se a um rígido controle hierárquico de funcionários. Não é a toa que os primeiros conceitos administrativos são oficiais. As “necessidades” criadas na verdade são fruto de uma relação dialética entre o homem e o mundo físico, ou seja, criaram-se tabletes na administração porque sabiam que existiam tal possibilidade e esta possibilidade física, um agente, conformou as possibilidades dos inventores da escrita. Agora, eles tem de ser entendidos não como desdobramentos inevitáveis, emulando expectativas atuais baseadas em nossa experiência com o uso de documentos na administração pública, inerentes à complexificação, mas a uma demanda localizada no espaço e no tempo que na verdade não vingou, pelo menos em Uruk com o fim abrupto da fase III.

6. Bibliografia

- ADAMS, R. McC.; NISSEN, H. *The Uruk Countryside: the natural setting of urban societies*. Chicago: University of Chicago Press, 1972.
- ALGAZE, Guillermo. *The Uruk world system: the dynamics of expansion of Early Mesopotamian civilization*. Chicago: University of Chicago Press, 1993.
- _____. The Uruk Expansion: Cross-cultural Exchange in Early Mesopotamian Civilization. In: *Current Anthropology*, Vol. 30, No. 5 (Dec., 1989), pp. 571-608.
- _____. Initial Social Complexity in Southwestern Asia: The Mesopotamian Advantage. In: *Current Anthropology*, Vol. 42, No. 2 (April 2001), pp. 199-233
- _____. *Mesopotamia en los albores de la civilización: la evolución de un paisaje urbano*. Barcelona: Belaterra, 2008
- _____. The end of prehistory and the Uruk Period. In: CRAWFORD, Harriet. *The Sumerian world*. New York: 2012
- AMIET, Pierre. *La glyptique mésopotamienne archaïque*. Paris: CNRS, 1980.
- APPADURAI, A. (org.) *The Social Life of Things*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986
- AURENCHE, O. *La maison orientale, l'architecture du Proche-Orient ancien des origines au milieu du quatrième millénaire*. Paris: Institute français du Proche-Orient, 1981
- BELFER-COHEN, Anna. GORING-MORRIS, Nigel. Becoming farmers. In: *Current Anthropology*, v52, n S4, 2011.
- _____. Neolithization processes in the Levant. In: *Current Anthropology*, v52, nS4, Oct. 2011.
- BELLOTTO, H. L. *Arquivística: objetos, princípios e rumos*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.
- BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UNB, 2007. 2v.
- BOIVIN, Nicole. The Malice of Inanimate Objects: Material Agency. In: HICKS, Dan; BEAUDRY, Mary C. (orgs.). *The Oxford Handbook of Material Culture Studies*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- BOSERUP, Ester. *Conditions of agricultural growth*. Chicago: University of Chicago Press, 1965.
- BOTTERO, Jean. De l'aide-mémoire à l'écriture. In: BOTTERO, J. *Mesopotamie, la*

raison et les dieux. Paris. Gallimard, 1987.

BOYD, Brian. On 'Sedentism' in the Later Epipalaeolithic (Natufian) Levant in: *World Archaeology*, Vol. 38, No. 2, Sedentism in Non-Agricultural Societies (Jun., 2006), pp. 164-178

BRANDES, M. Modelage et imprimerie aux débuts de l'écriture en Mesopotamie. In: *Akkadica*, v. 18, p. 1-30, 1980.

BRENIQUET, Catherine Tell es-Sawwan: Realites et problems. In: *Iraq*, Vol. 53, (1991), pp. 75-90

BUTTERLIN, Pascal. *Les Temps proto Urbains de la Mesopotamie*. Paris, CNRS Editions, 2003

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. BELLOTTO, Heloisa Liberalli.(orgs.) *Dicionario de terminologia arquivística*. São Paulo: ARQ-SP, 1996

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Modo de produção Asiático*. Nova Visita a um velho conceito. RJ: Campus, 1990.

CHILDE, Gordon. *Evolução Social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.

_____ Idem. *Evolução cultural do Homem*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1958

CHRISTIN, A.M. *L'image écrite ou la déraison graphique*. Paris: Flamarion, 1995

COPELAND, L. HOURS, F.L. L'Expansion Halafienne: Une interpretation dela répartition des sites. In: *Préhistoire de la Mesopotamie*.

DAMEROW, P. The origins of Writing as a Problem of Historical Epistemology. *Cuneiform Digital Library Journal*, 2006:1

DAMEROW, P. ENGLUND, Robert K.. Die Zahlzeichensysteme der Archaischen Texte aus Uruk. In: GREEN, M.W.; NISSEN, H. *Die Zeichenliste der Archaischen Texts aus Uruk*. [s.n.t.]

DANIELS, P.T. The Study of writing systems. In: DANIELS, P.T.; BRIGHT, W. (eds.) *The world's writing systems*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

DENEMARK, R.A. FRIEDMAN, J. GILLS, B.K. MODELSKI, G. *World System History*. London: Routledge, 2000

DIAKONOFF, I.M. Ancient writing and ancient written language: pitfalls and peculiarities in the study of Sumerian. In: LIEBERMAN, S.J. *Sumerological studies in honor of Thorkild Jacobsen*. Chicago: University of Chicago Press, 1975.

_____. The rise of despotic state in Ancient Mesopotamia. In: *Ancient Mesopotamia: socio economic History: a collection of studies by soviet scholars*. Moscow: Nauka, 1969

- _____. *Paths of History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004,
- DITTMAN, R. Seals, sealing and tablets. Thoughts on the changing pattern of administrative control from the late-Uruk to the proto-Elamite period at Susa. In:.
- DURAND, J-M. *Diffusion et pratiques des écritures cunéiformes au Proche-Orient ancien: L'espace et la lettre*. Cahiers Jussieu. 3. Paris: Union Générale d'Éditions, 1977.
- DURANTI, Luciana. *Ciencia Archivística*. Córdoba, 1995.
- _____. Los conceptos de hecho e acto y la función de un documento con relación a ellos. In: *Diplomatica: usos nuevos para una antigua ciencia*. Carmona: S&C Ediciones, 1996
- DURKHEIM, ÉMILE. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes 2008.
- EISENSTADT, S. *The political system of empires: the rise and fall of the historical bureaucratic societies*. New York: Free Press, 1963
- ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. RJ: Civilização Brasileira, 1980
- ENGLUND, R. The Origins of script. In: *Science*, 260, p.1670-1671, 1993.
- _____. Texts from the late Uruk Period. In: BAUER, J.; ENGLUND, R.K.; KREBERNIK, M. *Mesopotamien Spärtuk-Zeit und Frühdynastische Zeit*. Freiburg/Göttingen: Universitätsverlag/Vandenhoeck & Ruprecht, 1998.
- FALKENSTEIN, A. *Archaische texte aus Uruk*. Berlin: Deutsche Forschungsgemeinschaft, 1936.
- FERIOLI, P.; FIANDRA, E.; FISSORE G.G.; FRANGIPANE, M. (eds.) *Archives before writing*. Roma: pubblicazione Degli Archivi di Stato, 1994
- FINKBEINER, U.; RÖLLIG, W. (eds.) *Gammadat Nasr Period or Regional Style?* Wiesbaden: Ludwig Reichert Verlag, 1986
- FISSORE, Gian Giacomo. Introduction. In: FERIOLI, P.; FIANDRA, E.; FISSORE G.G.; FRANGIPANE, M. (eds.) *Archives before writing*. Roma: pubblicazione Degli Archivi di Stato, 1994.
- FRANGIPANE, Marcella. *La Nascita Dello Stato nel Vicino Oriente*. Roma: Laterza, 1996.
- _____. Trade versus Staple Economy: Some Remarks on the Background of Mesopotamian Urbanization. *Current Anthropology*, Vol. 52, No. 2 (April 2011), pp. 300-301
- _____. Different Types of Egalitarian Societies and the Development of Inequality

- in Early Mesopotamia. IN: *World Archaeology*, Vol. 39, No. 2, The Archaeology of Equality (Jun., 2007), pp. 151-176
- _____. Idem. Arslantepe-Malatya: external factors and local Components in the Development of Early State Society. In: MANZANILLA, Linda. *Emergence and Change in Early Urban Societies*. London – New York: Plenum Press, 1997.
- FOREST, J.D. *Mésopotamie, Naissance de l'État*. Paris: Éditions Paris Méditerranée, 1996
- GARELLI, Franco. Controle Social. In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UNB, 2007. 2v.
- GARELLI, Paul. *O Oriente Próximo Asiático*. v.1. São Paulo: Edusp, 1982.
- GELB, Ignace J. *A study of writing. The foundations of grammarology*. Chicago: University Press, 1986.
- GELL, Alfred. *Art and agency: an anthropological theory*. Oxford: Clarendon press, 1998
- GLASSNER, Jean Jacques. L'Écriture Sumérienne: invention et premiers usages. In: *Revue Européenne des Sciences Sociales*, n.26, p. 33-45, 1998.
- _____. *Écrire à Sumer: l'invention du cunéiforme*. Paris: Seuil, 2000.
- GOODY, Jack. *The logic of writing and the organization of society*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- GOODY, Jack; WATT, I. The consequences of literacy. In: *Comparative Studies in Society and History*, 5, p. 304-345, 1998.
- GREEN, M. W. The construction and implementation of the cuneiform writing system. In: *Visible Language*, 15, p. 345-372, 1981.
- GREEN, M. W. and NISSEN, H. J. *Zeichenliste der Archaischen Texte aus Uruk*. Archaische Texte aus Uruk. 2. Ausgrabungen der Deutschen Forschungsgemeinschaft in Uruk/Warka, Berlin [s.d.]
- HAUSLEITER, Arnulf. KERNER, Susanne. MÜLLER-NEUHOF, Bernd. (eds.) *Material Culture and Mental Spheres*. Münster: Ugarit-Verlag, 2002.
- HEINRICH, E. *Die Tempel und Heiligtümer im alten Mesopotamien*. Berlin: de Gruyter, 1982
- HEINZ, Marlies. Public buildings, palaces and temples. In: CRAWFORD, Harriet. *The Sumerian world*. New York: 2012
- HICKS, Dan. The Material Cultural Turn. Event and Effect. In: HICKS, Dan; BEAUDRY, Mary C. (orgs.). *The Oxford Handbook of Material Culture*

- Studies*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- HODDER, Ian. *Symbols in Action*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982
- _____. Neo-Thingness in: CHERRY, J; SCARRE, C. SHENNAN, S. *Explaining social change: studies in honour of Colin Renfrew*. McDonald Institute Monographs, 2004.
- _____. *Entagled: an archeology of the relationships between Humans and Things*. Oxford: Willey-Blackwell: 2012
- HOLE, Frank. Investigating the Origins of Mesopotamian Civilization. In: LAMBERG-KARLOVSVY, C.C. SABLOFF, J. (eds.) *The rise and fall of civilizations*. Menlo Park: Cummings Publishing Co., 1974
- HUOT, J.L. THALMANN, J-P. VALBELLE, D. *Naissance des cités*. Paris: Nathan, 1990.
- JOHNSON, G. The changing organization of Uruk administration in the Susiana plain. in: HOLE, Frank *The archaeology of western Iran*. Washington, D.C.: Smithsonian Institution Press, 1987
- JOLY, Fábio Duarte. Capitalismo e burocracia: economia e política nas Relações agrárias na Antigüidade, de Max Weber. in: Rev. hist. n.140 São Paulo jul. 1999.
- LARSEN, M.T. Introduction: Literacy and Social Complexity. In: GLEDHILL, J. BENDER, B.; LARSEN, M.T. (eds.) *State and society: the emergence and development of social hierarchy and political centralization*. London: Unwin Hyman, 1988.
- LATOUR, Bruno. *We have never been modern*. Harvard University Press, 1993
- LAW, John. *Organizing Modernity*. Oxford: Blackwell Publishers, 1994.
- LENZEN, H. *Die Tempel der Schicht Archaisch IV in Uruk*. 1950
- LIVERANI, Mario. *Uruk, la prima città*. Roma-Bari: Laterza, 1998
- _____. *Myths and Polithics in Ancient Near Historiography*. London: Equinox, 2004
- LODOLINI, Elio. El Problema fundamental de la archivística: la naturaleza y el ordenamiento del archivo. In: GUTIERREZ MUÑOZ, Cesar (ed.) *Archivística*. Lima: Pontificia Universidad Católica, 1991.
- MAISELS, C.K. *Early civilizations of the old world: the formative histories of Egypt, The Levant, Mesopotamia, India and China*. London: Routledge, 2001.
- _____. Models of Social Evolution: trajectories from Neolithic to State. In: *Man, New Series*, v22, n°2, 1987.
- _____. *The Emergence of civilization: from hunting and gathering to agriculture, cities and State in the Near East*. London: Routledge, 1999.

- MANZANILLA, L. *Cultural Evolution*. Contemporary viewpoints. New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers, 2000
- _____. (ed.). *Studies in the neolithic and urban revolutions*. The V. Gordon Childe Colloquium. BAR International series, 349, 1987
- MARGUERON, J.-C. Prolégomènes à une étude portant sur l'organisation de l'espace sacré en Orient. In: ROUX, G. *Temples et Sanctuaries*, 1984.
- MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *Sobre el Modo de Producción Asiático*. Barcelona: M. Roca, 1969.
- MELLAART, J. *Çatal Hüyük: a neolithic town in Anatolia*. New York. McGraw-Hill, 1969.
- MESKELL, Lynn (ed.). *Archaeologies of Materiality*. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.
- _____. *Object worlds in Ancient Egypt*. Material biographies past and present: 2013.
- MICHALOWSKI, Piotr. Early mesopotamian communicative systems: art, literature and writing. In: GUNTER, A.C. (ed.) *Investigating artistic environments in the ancient Near East*. Washington: 1990.
- MILLER, Daniel (Ed.). *Material Cultures. Why Some Things Matter*. Chicago: The UCP, 1997.
- _____. *Materiality*. Londres: Duke University Press, 2005
- MILLER, Richard W. Social and Political Theory in: CARVER, Terrell. *The Cambridge Companion to Marx*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991. p. 66
- MORGAN, L.H. *Sociedad Primitiva*. Buenos Aires: Lautaro, 1946
- MORONY, Michael G. In a City without watchdogs the fox is the overseer. In: *Organization of Power*. Chicago: Orientalia Institute, 1985.
- NISSEN, H.J. The archaic texts from Uruk. In: *World Archaeology*, v.7, n.3. p 317-334
- NISSEN, H.J. L'invention de l'écriture cunéiforme: les tablettes archaïques d'Uruk. In: BERTIN, Ch. et al. *En Syrie aux origines de l'écriture*. Turnhout: Brepols, 1997
- NISSEN, H.J. *Early History of Ancient Near East*. Chicago: The University of Chicago Press, 1997
- NISSEN, H.J., DAMEROW, P.; ENGLUND, Robert K. *Archaic Bookkeeping*. Writing and techniques of economic administration in the ancient Near East. Chicago: Chicago

University Press, 1993.

PELLEGRAM, Andrea. The message in paper. In: MILLER, Daniel (ed.). *Material Cultures: why some things matter*. Chicago: University of Chicago Press, 1999, p. 103-120.

PERROT, J.; LADIRAY, D. La haute terrasse et la nécropole au IV millénaire. *Dossiers Histoire et Archaeologie* n138, p38-42, 1989.

PITTMAN, H. Towards an understanding of the glyptic imagery in the administrative systems of Proto-Literate greater Mesopotamia. In: FERIOLI, P.; FIANDRA, E.; FISSORE G.G.; FRANGIPANE, M. (eds.) *Archives before writing*. Roma: pubblicazione Degli Archivi di Stato, 1994

OPPENHEIM, A. L. *Ancient Mesopotamia: portrait of a dead civilization*. Chicago: The University of Chicago Press, 1977.

PASTORI, Giorgio. Administração Pública. In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UNB, 2007. 2v.

POLANYI, Karl. *The Great Transformation: the political and economic origins of our time*. Boston: Beacon Press, 2011

POLLOCK, Susan. *Mesopotamia: the Eden that never was*. Cambridge: Cambridge Press, 1999

PORADA, Edith. The Relative chronology of Mesopotamia. Par I. Seals and trade 6000 – 1600 a.C. In: *Chronologies in World Archaeology*. Chicago: Chicago University Press, 1965, p 133-181.

POWELL, M.A. Three problems in the history of cuneiform writing: origins, direction of script, literacy. *Visible Language*, 15, p. 419-440 1981.

REDE, Marcelo. Complexidade social, sistemas comunicativos e gênese da escrita cuneiforme. *Classica*, São Paulo, v.11/12, p 37-59, 1998/1999.

_____. História e Cultura Material in: CARDOSO, C.F.; VAINFAS, R. *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

RODRIGUES, José Albertino (org.) FERNANDES, Florestan (coord.) *Durkheim*. Coleção Sociologia. São Paulo: Ática, 1998

ROTHMAN, Mitchell S. Sealing use and changes in administrative oversight and structure at Tepe Gawra during the fourth millennium BC. In: FERIOLI, P.; FIANDRA, E.; FISSORE G.G.; FRANGIPANE, M. (eds.) *Archives before writing*. Roma: publicação Degli Archivi di Stato, 1994.

SASSON J. Some comments on archive keeping at Mari. *Iraq*, 34, 1972.

- SANDERSON, STEPHEN K. World systems and social change in agrarian societies, 3000 BC 1500 AD. In: DENEMARK, R.A. FRIEDMAN, J. GILLS, B.K. MODELSKI, G. *World System History*. London: Routledge, 2000
- SCHMANDT-BESSERAT, Denise. An archaic recording system and the origin of writing. *Syro-mesopotamian Studies*, 1, p 31-70, 1977.
- _____. *Before Writing: from counting to cuneiform*. V.1. Austin: University of Texas Press, 1992.
- _____. Tokens: a prehistoric archive system. In: FERIOLI, P.; FIANDRA, E.; FISSORE G.G.; FRANGIPANE, M. (eds.) *Archives before writing*. Roma: pubblicazione Degli Archivi di Stato, 1994.
- _____. Record keeping before writing. In: SASSON, J. (ed.) *Civilization of Ancient Near East*. v. IV. New York: Charles Scribner's Sons, 1995.
- SERVICE, E. SAHLINS, M. *Evolution and Culture*. Michigan: The University of Michigan Press, 1960
- SHENDGE, M. J. The use of seals and the invention of writing. *Journal of the Social and Economic History of the Orient*, 26, p. 113-136, 1983.
- SHENK, Mary K. et alii. Intergenerational Wealth Transmission among Agriculturalists: Foundations of Agrarian Inequality. In: *Current Anthropology*, Vol. 51, No. 1 (February 2010), pp. 65-83
- SPENCER, H. *The Evolution of Society*. Chicago: University of Chicago Press,
- SCHWARTZ, Mark. HOLLANDER, David. Bulk stable carbon and deuterium isotope analyses of bitumen artifacts from Hacinebi Tepe, Turkey: reconstructing broad economic patterns of the Uruk expansion. In: *Journal of Archaeology Science*, v 35, n. 12, dez. 2008, p 3144-3158.
- STEIN, Gil. *Rethinking World Systems, Diasporas, Colonies and Interaction in Uruk Mesopotamia*. Tucson: University of Arizona Press, 1999.
- _____. Economy, Ritual and Power in Ubaid Mesopotamia. In: *Chiefdom and Early States in the Near East: the organization dynamics of complexity*. Monographs in Old World Archaeology, n.18. Madison pre-history Press, 1994, p. 35-47
- _____. (ed.). *The archaeology of Colonial Encounters: comparative perspectives*. Santa Fe: SAR press, 2004.
- STEIN, Gil. et.alii Uruk Colonies and Anatolian Communities: An Interim Report on the 1992-1993 Excavations at Hacinebi, Turkey. In: *American Journal of Archaeology*, Vol. 100, No. 2 (Apr., 1996), pp. 205-260

- STROMMENGER, Eva. The chronological divisions of the Archaic Levels of Uruk-Eanna VI to III/II: past and present. *American Journal of Archaeology* n.84, p 479-487.
- SÜRENHAGEN, D. Relative chronology of the Uruk Period. *Bulletin de la société canadienne des Etudes mésopotamiennes* n.25, p 57-71.1993
- SZARYNSKA, K. Archaic sumerian tags. *Journal of Cuneiform Studies*, v 46, p 1-10.1994
- TILLEY, C. *Reading Material Culture*. Oxford: Blackwell, 1990
- THOMAS, Julian. *Rethinking the Neolithic*. Cambridge: CUP Archive, 1991
- THOMASSEN, Theo. Uma primeira introdução à Arquivologia. *Arquivo e Administração*, v.5, n.1, jan/jul 2006.
- TYLOR E.B. *Anthropology*. London: Watts, 1946
- VANSTIPHOUT.H.L.J. Memory and literacy in ancient western Asia. In: In: SASSON, J. (ed.) *Civilization of Ancient Near East*. v. IV. New York: Charles Scribner's Sons, 1995.
- VÁZQUEZ, Manuel. *Introducción a la Archivología*. Buenos Aires: Asociación Bonaerense de Archiveros, [s.d].
- VEENHOF, K. *Cuneiform Archives and Libraries: papers read at the 30 rencontre Assyriologique Internationale*. Leiden, 1983.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The capitalist world economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- _____. *The Modern World-System*. New York: Academic Press, 1979
- WEBER, Max. *História Agraria romana*. Madrid: Akal, 2004
- _____. *The Theory of social and economic organizations*. New York: Simon & Schuster Inc. 2008
- WHITE, Leslie. *The Evolution of Culture: the development of civilization to the fall of Rome*. New York: McGraw-Hill, 1959
- WRIGHT, H.T. A consideration of interregional exchange in Greater Mesopotamia: 4000-3000 B.C.," in: WILMSEN, E. *Social exchange and interaction*. Ann Arbor: University of Michigan, 1972
- WITTFOGEL, Karl. *Le Despotisme Oriental: étude comparative du pouvoir total*. Paris: Editions de Minuit, 1977.
- YOFFEE, N. *Myths of the Archaic State*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005

_____. The Decline and Rise of Mesopotamian Civilization: An Ethnoarchaeological Perspective on the Evolution of Social Complexity. In: *American Antiquity*, Vol. 44, No. 1 (Jan., 1979), pp. 5-35.














ZAGARELL, A. Trade, women, class, and society in ancient western Asia. *Current Anthropology* 27:415-30. 1986

ZEDER, Melinda A. Post-Neolithic Subsistence in Northern Mesopotamia. In: *American Anthropologist*, New Series, v96, n°1, 1994.

ANEXO: LISTAS DE SINAIS CITADOS NO TEXTO

BA		Distribuir
DUG		Recipiente com produto manufaturado
DUR		?
EN		Oficial; "administrador-chefe"
ESZDA		Oficial
GAR		Ração; pão; produto de cereal
GAR3		Medida de líquidos

GEŠTU		Oficial
GI		Entrega (?)
GU7		Ração
GURUŠDA		Recipiente de gordura; ato oficial de engordar animais (?)
N07		Numeral
KAB		corda(?)
MAŠ		Filhote de gado pequeno (?)
NAM2		Senhor; chefe; soberano
NUN		Oficial

PA		Líder, chefe da família, pai, viril
		
		
SANGA		Oficial; "chefe da contabilidade"
ŠITA		Oficial (?)
ŠE		Trigo
TE		Oficial
U4		Dia; tempo
UDU		Gado pequeno
UDUNITA		Gado pequeno macho
UTUA		Espécie de gado pequeno
UNUG		Uruk
ZATU694		?

